

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
MESTRADO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO X DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
EXÓGENO - ESTUDO DE CASO EM CANDELÁRIA - RS

Cíntia Porto Schmitt

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Mário Riedl

Santa Cruz do Sul, março de 2010

*“No cemitério estão enterrados valiosos sonhos que nunca  
foram alcançados.  
No cemitério encontram-se livros que jamais foram  
publicados.  
No cemitério estão sepultadas visões que jamais se  
materializaram, quadros que nunca foram pintados,  
canções que não foram gravadas, idéias que jamais foram  
colocadas em prática.  
No cemitério está sepultado todo o potencial do homem.  
Dentro de cada ser humano tem um admirável e  
inexplorado tesouro.  
Portanto: não enriqueçamos mais o cemitério, não  
percamos esse tesouro, essas obras dentro de nós. Não  
podemos deixar esse mundo com esse tesouro.  
Temos que sair vazios.  
Precisamos cumprir com a nossa missão ”*

*Sérgio Almeida*

## AGRADECIMENTOS

Sinto que sou privilegiada por hoje estar concluindo meu mestrado, enquanto muitos não conseguem nem sequer frequentar uma escola. No entanto, estar aqui representa uma luta de muitos anos, onde as dificuldades só serviram para que eu não desistisse. Mas, para percorrer este caminho muitas pessoas estiveram comigo...

Assim, gostaria de agradecer minha amada filha Anna Clara por compreender minha ausência durante o tempo que tive que me dedicar aos estudos e a minha querida mãe Livete que sempre soube me mostrar de forma sábia os caminhos da vida.

Não posso deixar de agradecer toda a minha família e aos meus amigos com um carinho todo especial ao Eder, a Fabi e a tia Ana, bem como todos os envolvidos nos projetos em estudo que contribuíram de alguma forma para o meu crescimento pessoal e profissional. Gostaria de agradecer também minha amiga Daniela Richter que foi minha maior incentivadora durante essa caminhada.

Agradeço a Prof. Régia Eichemberg, a qual me presenteou com a oportunidade de estagiar na docência. Não tenho palavras para agradecer aos meus amados alunos, os quais, nunca esquecerei. Muito obrigada também à secretária Luana, pela amizade sincera.

Preciso agradecer todos os meus professores e colegas que souberam transformar cada dia de convivência que tivemos, em dias especiais e acredito que mais do que colegas nós fomos amigos. Bem como todas as secretárias do programa, principalmente a Cássia que sempre me surpreendeu com sua ajuda, compreensão e carinho.

E, será com imensa gratidão que sempre lembrarei do Prof. Dr. Mario Riedl, meu orientador que me acompanha, me incentiva e acredita no meu potencial há muitos anos.

Enfim, chego ao fim de uma trajetória e graças a Deus e a todas estas pessoas pude então cumprir mais uma etapa da minha jornada.

Obrigada a todos vocês por existirem e fazer parte da minha vida!

## **RESUMO**

O presente trabalho consiste num estudo comparativo da influência de um projeto gerado endogenamente e de um projeto exógeno de desenvolvimento econômico e social de populações em situação de vulnerabilidade social. Essas populações são assistidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil implantado pelo governo federal juntamente com o município de Candelária (RS) durante os anos de 2001 a 2009 e as que são assistidas pelos projetos sócio-assistenciais mantidos pela municipalidade de Candelária – RS.

Palavras-Chave: Desenvolvimento endógeno, desenvolvimento exógeno, vulnerabilidade social, capital social.

## **ABSTRACT**

This dissertation consists of a comparative study on the influence of an endogenous project and an exogenous project of socioeconomic development of populations in a situation of social vulnerability. This population is assisted by a Program of Erradication of Infant Labour managed by the federal government jointly with the county of Candelária (RS) during 2001 and 2009 and the ones attended by projects developed by the municipality of Candelária – RS.

Key-words: Endogenous development, exogenous development, social vulnerability, social capital

## LISTA DE TABELAS

1 Idade dos entrevistados responsáveis pelos projetos.....	99
2 Sexo dos entrevistados responsáveis pelos projetos.....	100
3 Estado civil dos entrevistados responsáveis pelos projetos.....	100
4 Raça/cor dos entrevistados responsáveis pelos projetos.....	101
5 Situação do domicílio .....	101
6 Tipo de construção da moradia do entrevistado.....	102
7 Número de pessoas que residem no domicílio.....	102
8 Tipo de escola que frequenta ou frequentou.....	103
9 Grau de instrução do entrevistado.....	104
10 Situação escolar dos dependentes.....	105
11 Qualificação profissional do entrevistado.....	106
12 Renda do chefe da família.....	107
13 Renda familiar.....	107
14 Grupos e redes .....	108
15 Tipo de organização ou grupo .....	109
16 Número de dias de trabalho dedicados ao projeto (Acreditar/PETI) no ano de 2009...	110
17 Benefícios de fazer parte do projeto (Acreditar/PETI).....	110
18 Religião, sexo e raça dos entrevistados e da sua comunidade.....	111
19 Ocupação, formação educacional/grau de escolaridade dos entrevistados e da sua comunidade.....	112
20 Fontes de financiamento dos projetos em estudo .....	112
21 Proveniência das pessoas mais influentes, que aconselham ou orientam os grupos dos projetos (Acreditar/PETI).....	113
22 Origem e criação dos projetos de estudo.....	114
23 Frequência que as pessoas participantes do mesmo projeto social ajudam-se mutuamente.....	115
24 Contribuição dos entrevistados para projetos da comunidade que não lhes beneficiassem diretamente.....	115

25 Participação em atividades comunitárias.....	116
26 Quantidade de participações nas atividades comunitárias.....	117
27 Relação de confiança e ajuda mútua.....	117
28 Frequência com que os entrevistados do projeto Acreditar utilizam os meios de comunicação.....	118
29 Frequência com que os entrevistados do projeto PETI utilizam os meios de comunicação.....	119
30 Classificação das diferenças entre as pessoas que vivem no mesmo bairro/localidade	120
31 Capacidade de tomar decisões e mudar o destino.....	122

## LISTA DE FOTOS

1 Ruas localizadas próximas ao PETI.....	50
2 Ruas localizadas próximas ao PETI.....	50
3 Casas de alguns dos participantes, localizadas próximo ao PETI.....	51
4 Casas de alguns dos participantes, localizadas próximo ao PETI.....	51
5 Casas de alguns dos participantes, localizadas próximo ao PETI.....	51
6 Crackolândia.....	52
7 Lixão ao lado da Crackolândia.....	52
8 Ruas localizadas próximas ao Acreditar .....	53
9 Ruas localizadas próximas ao Acreditar .....	53
10 Casas de alguns dos participantes, localizadas próximo ao Acreditar.....	54
11 Casas de alguns dos participantes, localizadas próximo ao Acreditar.....	54
12 Casas de alguns dos participantes, localizadas próximo ao Acreditar.....	54
13 Prédio do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil /Centro Social Amigo da Criança.....	58
14 Biblioteca do PETI.....	59
15 Sala de reforço do PETI.....	60
16 Sala de vídeo do PETI .....	60
17 Sala de brinquedos do PETI.....	61
18 Sala de brinquedos do PETI.....	61
19 Cozinha do PETI.....	62
20 Refeitório do PETI.....	62
21 Lanche oferecido aos participantes do PETI.....	63
22 Distribuição do lanche aos participantes do PETI.....	63
23 Hora do lanche no PETI.....	63
24 Aulas de reforço escolar no PETI turno manhã.....	64
25 Aulas de reforço escolar no PETI turno tarde.....	64
26 Sala de estudos, biblioteca do PETI.....	64
27 Aulas de música no PETI.....	65
28 Aulas de música, violão no PETI.....	65

29	Alas de informática no PETI.....	65
30	Aula sobre utilização de materiais reciclados no PETI .....	66
31	Aula de artesanato no PETI .....	66
32	Aula de costura .....	66
33	Aula de dança, ballet.....	67
34	Apresentação do grupo de ballet do PETI.....	67
35	Aulas de hip hop e street dance.....	67
36	Aulas de Capoeira.....	68
37	Apresentação do grupo de capoeira do PETI.....	68
38	Apresentação da escolinha de futebol.....	68
39	Play ground do PETI.....	69
40	Casinha de bonecas do PETI.....	69
41	Sala de jogos.....	70
42	Reunião com os pais.....	70
43	Pedágio beneficente em prol do PETI.....	71
44	Bric mensal.....	72
45	Bric mensal 2.....	72
46	Excursão de final do ano 2008 – Pinheiral /RS.....	73
47	Equipe de funcionários do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Candelária/RS.....	73
48	Centro de Múltiplo Uso – Projeto Acreditar.....	74
49	Crianças do projeto Acreditar com o uniforme, moletons confeccionados pelas oficinas dos projetos sociais, com doação da serigrafia.....	76
50	Brincadeiras e jogos no Acreditar.....	77
51	Brinquedos provenientes de doações da comunidade em geral e dos clubes de serviços.....	77
52	Aulas de música com monitores voluntários.....	77
53	Aulas de informática.....	78
54	Reforço escolar turno manhã.....	78
55	Reforço escolar turno tarde.....	78
56	Recreação.....	79
57	Brincadeiras e jogos 1 .....	79
58	Brincadeiras e jogos 2 .....	79
59	Aulas de capoeira .....	80

60 Apresentação do grupo de capoeira do Acreditar.....	80
61 Palestras.....	81
62 Distribuição das doações da comunidade em geral e dos clubes de serviço.....	81
63 Preparação do reforço alimentar.....	82
64 Reforço alimentar.....	82
65 Distribuição do reforço alimentar.....	82
66 Casa antes da reforma do Banco da Sucata.....	83
67 Casa depois da reforma do Banco da Sucata.....	83
68 Mutirão da cidadania.....	84
69 Alimentos doados para o Mutirão da Cidadania.....	84
70 Horta comunitária.....	85
71 Almoço comunitário dos participantes da Horta comunitária.....	85
72 Campanha do agasalho .....	86
73 Entrega de doações da Campanha do agasalho.....	86
74 Sopão comunitário.....	87
75 Distribuição do sopão comunitário.....	87
76 Oficina de costura.....	88
77 Crianças beneficiadas com os abrigos de moletom.....	88
78 Oficina de fraldas.....	89
79 Cursos para gestantes.....	90
80 Cursos de culinária.....	91
81 Alimentos produzidos distribuídos entre os participantes.....	91
82 Oficina de pintura.....	92
83 Meninas participantes do Baile dos sonhos.....	93
84 Baile dos sonhos.....	93
85 Alguns integrantes da equipe de voluntários do Projeto Acreditar.....	94
86 Camiseta voluntárias gabinete 1º Dama.....	95

**LISTA DE MAPAS**

1 Localização do município de Candelária no Rio Grande do Sul.....	45
2 Limites geográficos e características físicas do município de Candelária – RS.....	47
3 Imagem através do satélite do município de Candelária – RS.....	49

## LISTA DE QUADROS

1 Tripé Estado-Sociedade-Mercado.....	31
2 Indicadores teórico-conceitual de referência.....	41
3 Indicadores, informação para controle social das políticas.....	41

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
1.1 A política do desenvolvimento endógeno.....	19
1.2 Políticas públicas X pobreza e exclusão social.....	26
1.3 A política do terceiro setor.....	30
1.4 Capital social .....	33
1.5 Indicadores sociais no Brasil.....	40
2 MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA.....	44
2.1 História localização e aspectos sociais.....	44
3 OBJETOS DE ESTUDO: PROJETOS DE AÇÃO SOCIAL.....	56
3.1 PETI – programa de erradicação do trabalho infantil.....	56
3.2 Projeto Acreditar.....	74
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137
7 ANEXOS.....	145

## INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a problemática do desenvolvimento local. Trata-se de um estudo comparativo da influência de um projeto endógeno e de um projeto exógeno de desenvolvimento econômico e social de populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social assistidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil implantado pelo governo federal juntamente com o município de Candelária – RS durante os anos de 2001 à 2009 e as que são assistidas pelos projetos sócio-assistenciais desenvolvidos e mantidos pelo município de Candelária-RS.

O interesse pelo tema está atrelado diretamente ao crescente número, a nível mundial, de estudos sobre desenvolvimento local no que tange tanto à inclusão econômica e social, como a influência da variável capital social em projetos que fomentam o desenvolvimento local e regional. Neste sentido o estudo deste capital diferenciado se apresenta como detecção de uma nova variável de suma importância na análise dos resultados de programas e políticas de desenvolvimento local e regional, já que o tema vem sendo alvo de importantes estudos.

Este tema também se apresenta relevante para a sociedade uma vez que o capital social em suma está embasado em como os indivíduos membros de uma sociedade local se relacionam e como agem coletivamente na busca pelo cumprimento dos seus direitos como cidadãos.

Atualmente é sabido pelos pesquisadores sociais, que os estudos referentes aos processos de desenvolvimento tanto endógenos como exógenos partem fundamentalmente de uma desconstrução da relação entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento. Recentemente começamos a auferir um consenso em torno do entendimento de que desenvolvimento envolve fatores sociais, culturais e políticos que não são regulados e explicados pelo sistema de mercado.

O estudo de caso do presente projeto localiza-se no município de Candelária, RS que possui uma população aproximada de 30 mil habitantes e que conta hoje com uma elevada concentração de pobreza, à qual poderá eventualmente ser minimizada por programas que fortaleçam a identidade social e a cidadania, promovendo a inserção social dos necessitados, vulnerabilizados pelas precárias condições de sobrevivência. A originalidade do estudo, portanto, consiste no nível de abordagem, e na possibilidade de analisar dois projetos de desenvolvimento na sua concepção, sendo um de inspiração endógena e outro exógena.

No presente caso, o trabalho teve unidade de análise os indivíduos envolvidos com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e com o Projeto Social Acreditar, sendo o primeiro mantido por recursos do governo federal (exógeno), em convênio com a Prefeitura Municipal, e o segundo de inspiração e manutenção exclusivamente de recursos comunitários locais (endógeno).

Para atingir os objetivos, uma pesquisa bibliográfica e documental foi realizada para explorar aspectos relacionados às bases conceituais e metodológicas aplicadas à promoção do desenvolvimento local no município de Candelária. Foram levantadas informações através de visitas técnicas a instituições e produtores envolvidos nesse projeto. A utilização da técnica da observação participante contribuiu tanto para a testagem da hipótese formulada inicialmente como para uma maior compreensão dos fatos a partir da convivência da autora com as atividades diárias mantidas pelos projetos em estudo.

A partir de uma adaptação do material proposto por Christian Grootaert (Questionário Integrado para medir Capital Social) para pesquisas desenvolvidas pelo Banco Mundial foi elaborado um questionário, o qual foi aplicado aos responsáveis das famílias de beneficiários dos projetos.

Para a análise utilizamos tanto métodos qualitativos, quanto quantitativos de avaliação, o que no ponto de vista da autora engrandece significativamente em termos de relevância este trabalho.

Esperamos que eventuais contribuições decorrentes deste trabalho proporcionem algum benefício nesta área de estudo, uma vez que nossa proposta envolve uma análise a nível micro-social, ou seja, pretende-se analisar a efetividade de um projeto de integração social mantido por agentes comunitários locais, ou seja, endógeno, em comparação com outro projeto similar, em termos de seus objetivos, porém mantido e apoiado por agentes e recursos exógenos; bem como analisar a capacidade de mobilização de capital social existente na comunidade em estudo por ambos os projetos de desenvolvimento que são diferenciados apenas na sua gênese e concepção.

Com efeito, no primeiro capítulo encontra-se a revisão bibliográfica, a qual faz referência às políticas públicas sociais e seus efeitos na sociedade bem como aborda os diferentes conceitos de capital social e suas interfaces complexas, como também debate os conceitos de desenvolvimento endógeno e exógeno hodiernos.

No segundo capítulo, as atenções são concentradas no estudo de caso do presente projeto, ou seja, o município de Candelária - RS, sua história, localização e seus aspectos sociais.

O terceiro e derradeiro capítulo enfatiza a unidade de análise que consiste nos resultados obtidos nos indivíduos envolvidos com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e com o Projeto Social Acreditar, sendo o primeiro mantido por recursos do governo federal (exógeno), em convênio com a Prefeitura Municipal, e o segundo de inspiração e manutenção exclusivamente de recursos comunitários locais (endógeno).

A análise desse estudo deverá constituir uma contribuição para a compreensão do papel de fatores eminentemente sociais e culturais no esforço continuado e urgente de erradicação da pobreza e, conseqüentemente, no processo de desenvolvimento local e regional.

A experiência do município de Candelária, se bem sucedida, poderá servir de modelo e inspiração para outros projetos comunitários de desenvolvimento econômico e social.

Outrossim, o trabalho intenta demonstrar que, a despeito das enormes dificuldades para o almejo desse fim, há caminhos plausíveis de serem trilhados, bastando, para tanto, que o poder público esteja articulado e sincronizado aos atores sociais capacitando às comunidades para que elas próprias possam se organizar para solucionar os seus problemas e exigir de maneira sensata os seus direitos, condições básicas na busca uma sociedade justa, democrática e participativa.

## **1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **1.1 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO**

Uma das indagações mais relevantes e recorrentes da atualidade perpassa, sem dúvida, pelo debate das questões referentes às significativas mudanças ocorridas no início dos anos 80, nas quais, os atores locais e regionais passaram a explorar ações objetivando influenciar os processos de desenvolvimento das economias locais. Esta transformação desencadeada pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento proposto até os anos 70, surge como reação a esta insatisfação referenciada pelas novas proposições da teoria territorial de desenvolvimento. Neste sentido, Baquero complementa:

Nessa direção principalmente em âmbito local, as práticas de gestão democrática que têm produzido políticas públicas eficientes na promoção do bem-estar dos cidadãos estão relacionadas: (a) ao desenvolvimento de mentalidades coletivas; (b) à diminuição de práticas clientelistas tradicionais; (c) à captura das esferas políticas por meio da institucionalização de modalidades de participação política autônomas e não manipuladas; (d) à promoção da confiança recíproca via capital social; e (e) ao estabelecimento de relações políticas e econômicas de caráter horizontal. (BAQUERO, 2008, p.24)

O desenvolvimento sempre foi visto como um processo que ocorre numa localidade desencadeado por esferas superiores através de investimentos públicos ou instalação de empresas privadas. Porém, inúmeras experiências com projetos de desenvolvimento evidenciam, no entanto, que a capacidade de auto-organização local e a utilização do estoque de capital social são dados essenciais em sua consolidação, haja vista que, o desenvolvimento não pode mais ser considerado um conjunto de projetos voltados ao crescimento econômico, mas sim um complexo processo transformador da vida social. Em suma, podemos auferir que mesmo quando as decisões externas desempenham uma função determinante na reestruturação sócio-econômica de uma localidade, o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo, pois, do contrário,

o mais provável é que as transformações objetivadas pelo exterior não sejam internalizadas na estrutura social, econômica e cultural do local de forma sustentável.

Sendo assim, podemos dizer que a política econômica local está associada a uma abordagem de “baixo para cima” da política de desenvolvimento, na qual são os atores sociais – administrações públicas, empresas, sindicatos, organizações da sociedade civil – que se organizam para mobilizar o potencial local e que desempenham o papel central em sua definição, execução e controle, características específicas de processos de desenvolvimento endógeno. Inúmeras sociedades já se deram conta desta dimensão do desenvolvimento, pois, perceberam que os aportes externos são importantes, mas devem atuar como complementos a uma dinâmica que pertence à própria sociedade local.

A teoria endogenista, portanto, contribuiu significativamente para esta nova percepção de desenvolvimento através da identificação dos fatores de produção determinantes atualmente como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa, a informação, a coletividade, não mais de uma forma exógena como sempre foi compreendido e aceito, mas sim, endógena. Assim, logo se verificou que uma localidade que dispõe destes fatores ou que está estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente possui condições mais favoráveis de alcançar um desenvolvimento sustentável.

O grande avanço da hodierna teoria endógena é enfatizar a relevância da sociedade e das relações sociais nos processos desenvolvimento. Na visão de Boisier (1997), a sociedade civil, e nela compreendida as formas locais de solidariedade, integração social e cooperação, pode ser considerada o principal agente da modernização e da transformação sócio-econômica em uma região.

O protagonismo da sociedade civil e das relações sociais é, com a mesma ênfase, auferido por outros pesquisadores do desenvolvimento endógeno como Grootaert et al.:

Uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre seus atores. Também é conveniente particularizar a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre eles contanto que o objetivo seja o desenvolvimento local. (GROOTAERT *et al.*, 1987, p. 139).

Neste sentido, cabe aludir à existência de importantes traços diferenciais na organização e administração da estratégia de desenvolvimento endógeno, uma vez que, as políticas regionais tradicionais se encontravam a cargo da Administração do Estado, sendo aplicadas de forma centralizada, ao passo que, a política de desenvolvimento endógeno trabalha com uma gestão descentralizada. Deste modo, o desenvolvimento local, que pode ser referenciado tanto a comunidade, ao município, como a região, depende de uma complexa, demorada e contínua interação e sinergia entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais para acontecer.

No desenvolvimento endógeno, assim sendo, busca-se instalar uma dinâmica horizontal-territorial para tratar problemas setoriais o que limita os tradicionais mecanismos de relação vertical-centralista existentes até hoje. Dowbor, segue este viés e nos reporta:

As ações locais de desenvolvimento não podem ocorrer como monopólio do poder público. Este deve funcionar como um articulador e facilitador de ações, que só terão eficácia quando representativas de um projeto de desenvolvimento apropriado pela sociedade, no qual o poder público seja apenas um dos agentes envolvidos. É importante trabalhar também com a cultura local para afirmar direitos. Qualquer ação local de desenvolvimento deve ser organizada de maneira a garantir a afirmação de direitos iguais para todos os grupos da sociedade. Onde a cidadania não é um conceito absorvido e vivenciado pela maioria da população, exige-se uma grande preocupação com a criação de uma cultura política democrática.  
(DOWBOR, 1996, p.43).

Observa-se, nesse sentido segundo Tenório (2007), a necessidade de buscar um modelo de gestão pública fundado em processo democrático, cooperativo e educativo, de modo que a população, conscientizada de seu papel político-deliberativo, possa influenciar em todos os âmbitos decisórios, desde o planejamento, passando pela execução até avaliação, sendo solidária no empenho para realização dos objetivos propostos. Para o mesmo autor é inolvidável a conscientização dos indivíduos no que tange a seus direitos como cidadãos atuando como protagonistas na sua comunidade por meio do diálogo e não do monólogo, do interesse comum e não do individual. Assim, como enfatiza o autor a prática da cidadania pressupõe um compromisso com o bem público, porém não confundindo público com estatal. Cidadão é aquele que compreende que o bem-estar da sua comunidade depende da responsabilidade coletiva.

Portanto, podemos perceber que o desenvolvimento endógeno ocorre em uma sociedade organizada, cujas formas de organização e cultura condicionam os processos de mudança estrutural e, que, por sua vez, respondem às condições do processo de desenvolvimento. Neste viés, o que acaba por definir um processo de desenvolvimento endógeno é a capacidade da comunidade local de controlar as mudanças ocorridas em uma localidade ou região, o que é facilmente percebido, pois o território não se mostra um receptor passivo das ações das organizações externas, ao passo que, ao contar com uma estratégia própria se encontrará em condições de influenciar a dinâmica econômica local e regional. Sachs, ilustra bem essas questões nos relatando que:

A enorme diversidade das configurações socioeconômicas e culturais bem como das dotações de recursos que prevalecem em diferentes micro e mesoregiões, excluem a aplicação generalizada de estratégias uniformes de desenvolvimento. Para serem eficazes, estas estratégias devem dar respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade, superar os gargalos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e liberar as energias sociais e imaginação. Para tanto, deve-se garantir a participação de todos os atores envolvidos (trabalhadores, empregadores, o estado e a sociedade civil organizada) no processo de desenvolvimento”. (SACHS, 2004, p.61).

Este contexto nos esclarece que o desenvolvimento endógeno visa atender às necessidades e demandas da população local através da participação da comunidade envolvida. Projetos endógenos além de influenciar os aspectos produtivos também atuam sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade, levando a diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e as capacidades de cada sociedade local. O conceito “endógeno” está baseado na idéia de que as localidades dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais que formam o seu potencial de desenvolvimento, e, a existência de um sistema que empregue estes recursos disponíveis e introduza inovações, acaba por avaliar a criação de riquezas e a melhoria do bem-estar local e regional.

Por conseguinte, analisando o modelo de desenvolvimento da história recente Romão sintetiza:

Em suma, pois as três décadas [1960-1989] analisadas dão guarida a que se possa inferir, enfaticamente, que o estilo de desenvolvimento adotado no país não engendrou mecanismos que pudessem promover uma melhor distribuição regional do desenvolvimento nacional, reverter o processo de concentração de renda e diminuir a incidência de pobreza entre os brasileiros. É necessário, pois, que se tenha convicção de que o atual modelo de desenvolvimento é inapropriado aos requisitos básicos da sociedade e extremamente excludente na sua essência, sendo inadmissível que perdue por mais tempo. (ROMÃO, 1991, p.118).

Todavia, é a teoria do desenvolvimento endógeno que focaliza, com toda atenção, a questão regional, apresentando as maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e os melhores instrumentos de políticas para sua correção. Para Tenório, (2007, p. 44), “o desenvolvimento local procura reforçar a potencialidade do território mediante ações endógenas, articuladas pelos seus diferentes atores: sociedade civil, poder público e o mercado”.

Baquero elucida essas afirmações complementando que:

...a reforma das instituições precisa vir acompanhada de políticas de estímulo ao envolvimento político dos cidadãos por meio de mecanismos que complementem os dispositivos formais de mediação política. O desenvolvimento social necessita de uma base política social de longo prazo que garanta a inclusão, diminua as desigualdades sociais e produza equidade. Tal esforço implica em ter de mudar a prática política contemporânea que desloque a ênfase da dimensão meramente econômica para a área social. Falar em democracia orientada para o social significa inserir na pauta de discussões não só o tema do desenvolvimento tradicionalmente considerado um problema técnico, mas incorporar temas tais como coesão social, qualidade democrática, cultura política e integração para gerar um círculo virtuoso que produza estabilidade econômica e social, desenvolvimento, inclusão e democracia orientada para o social. (BAQUERO, 2008, p. 36)

Assim, quando as comunidades locais conseguem fortalecer sua capacidade organizacional adquirem condições de evitar que organizações externas limitem suas potencialidades de atuação. É justamente esta capacidade de liderar o próprio processo, aliada à mobilização de seu potencial, que torna possível o desenvolvimento endógeno. Carmo e Falcoski, citados por Tenório (2007), exemplificam este viés de metodologia participativa em que a relação de poder público e sociedade civil deve produzir um plano de ações para alcançar objetivos desejáveis pela comunidade local, levando em conta as vulnerabilidades e potencialidades da base econômica, social, cultural e ambiente local.

Barquero (2002), esclarece que as políticas de desenvolvimento exógeno muitas vezes, não geram processos de desenvolvimento auto-sustentados, na medida em que o impulso inicial sofre “vazamentos”, reduzindo, assim, a capacidade difusora dos investimentos externos. Essa situação tende a acarretar em um desenvolvimento mal-sucedido, nem tanto porque está sendo fomentado um modelo alheio a seu entorno e muito mais porque não é aproveitado o potencial local para o desenvolvimento, deixando de auferir ao processo uma estratégia para a ação de desenvolvimento local-regional sustentável.

Assim sendo, para que esse avanço seja sustentável, é imprescindível articular e generalizar novas formas de inclusão dos atores sociais. Para que, desta forma, quando o poder público implementar políticas sociais abrangentes que vizam incluir os desassistidos e/ou os excluídos do desenvolvimento nacional, seja dada a devida atenção ao conjunto de ações que emergem da própria iniciativa local, e definir tanto mecanismos para estimulá-la, como artifícios para reduzir os entraves que a bloqueiam.

Destarte, a inclusão social dos excluídos resultantes do processo de desenvolvimento nacional, não pode ser vista apenas como questão de cunho filosófico ou ideológico, ela é fator determinante e condicionante do desenvolvimento. Definir desenvolvimento includente é por oposição ao crescimento perverso conhecido como excludente e concentrador, o qual impossibilita que grande parte da população, pouco instruída, suborganizada e absorvida pela luta diária da sobrevivência participe das ações desenvolvidas como cidadão digno de seus direitos. Neste viés, para Cohen e Franco, (1998. p. 98) as “Políticas sociais, são mais do que recolher os mortos e feridos da política econômica, elas são políticas ativas de desenvolvimento humano, e se exige recuperar as grandes prioridades sociais: nutrir, educar e atender a saúde”.

Como no dito popular, não se trata de uma alternativa entre dar o peixe ou ensinar a pescar, haja vista que ninguém consegue pescar passando fome. Mas se trata de municiar as comunidades para que possam atuar como protagonistas no processo de desenvolvimento nacional, mediante iniciativas endógenas de desenvolvimento local. Trata-se de mudar o ponto de vista da comunidade em relação ao governo; não mais esperando que seja feita alguma coisa para resolver o problema da vulnerabilidade social, mas sim esperando um retorno, um apoio

do poder público as ações propostas endogenamente. E do ponto de vista do poder público trata-se de entender que, somando-se às iniciativas que a comunidade assimila como suas, a produtividade dos esforços aumenta, minimiza-se custos e maximiza-se os resultados. Sachs esclarece bem essa complexidade propondo que:

É importante fazer uma distinção entre as políticas compensatórias financiadas pela redistribuição de renda mediante o sistema fiscal e as políticas de emprego que mudam a distribuição de renda primária. Ambas são necessárias, porém as primeiras são de natureza puramente social e requerem despesas contínuas, ano após ano, enquanto que as segundas, mediante a criação de oportunidades de trabalho descente, geram renda e proporcionam uma solução duradoura ao problema social (SACHS, 2004, p. 83).

Na realidade, é necessário reconhecer que os indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, foram privados das oportunidades a que têm direito. É sabido, que essas pessoas, não vivem em situação precária por falta de criatividade ou vontade, mas por falta de oportunidades oriundas da insuficiência e pouca articulação dos sistemas de apoio. Cabe auferir mais uma vez que, o desenvolvimento – inclusivo, participativo e democrático – não é promovido só de cima, ou só de baixo, mas resulta da articulação e do sincronismo do poder público e dos atores sociais.

As pessoas vulnerabilizadas socialmente, vivem excluídas, isoladas, sem informações condizentes com a sua realidade, tornam-se naturalmente espectadoras de um universo que não lhes pertence, e não protagonistas do seu desenvolvimento. A informação e a comunicação devem estar efetivamente ligadas à sua realidade, aos problemas do seu cotidiano e às iniciativas que contribuam para a percepção das potencialidades e especificidades subutilizadas da sua região, para que um município ou região possa atuar como protagonista da sua própria dinâmica de transformação. Souza ilustra essas afirmações, nos proferindo que:

...a disseminação da educação é capaz de reduzir desigualdades estruturais, ao abrir o leque de oportunidades de ascensão social e econômica, melhorar a distribuição do poder na sociedade e fazer do pobre ( do ponto de vista político e econômico) um sujeito do enfrentamento de sua pobreza. Isso libera os recursos que a sociedade emprega em políticas assistencialistas para investimentos que promovam o desenvolvimento. (SOUZA, 1997, p.12).

Alguns autores afirmam que o espaço deve ser visto como a arena onde os diversos grupos sociais se manifestam, permitindo a construção de novas relações sociais que assumam como premissa que os interesses comuns sejam respeitados, discutidos e compatibilizado.

Por derradeiro, não se trata de retirar as responsabilidades do Estado, nem sequer minimizá-las. Trata-se de capacitar às comunidades para que elas próprias possam se organizar para solucionar os seus problemas e exigir de maneira sensata os seus direitos, condições básicas na busca uma sociedade justa, democrática e participativa.

## **1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS X POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL**

Na atual conjuntura em meio ao mundo globalizado urge a necessidade de repensarmos sobre a ineficácia das políticas públicas hodiernas que objetivam combater o quadro de pobreza e miséria no Brasil. Neste sentido, torna-se inofidável ressaltar que cabe ao Estado assegurar direitos e propiciar condições mínimas de dignidade e cidadania, porém, nas últimas décadas os investimentos públicos brasileiros, na área social, estão cada vez mais vinculados ao desempenho da economia gerando elevados níveis de pobreza e uma enorme desigualdade na distribuição de renda.

Assim, torna-se imprescindível iniciarmos o debate referente a essas questões esclarecendo alguns conceitos que se apresentam arraigados na complexidade do tema proposto. Neste viés cabe ressaltar a pobreza e referenciar que pobres são os indivíduos que não possuem renda suficiente nem acesso a condições básicas de sobrevivência como educação, saúde, moradia e trabalho.

Neste sentido podemos verificar que essa numerosa classe social é, muitas vezes, reconhecida pela sociedade somente a partir das suas necessidades e pelos obstáculos enfrentados diariamente na luta pela sobrevivência; isso acaba os condicionando a uma situação de carência e exclusão. Neste contexto surgem inúmeros observadores que supõem

diagnósticos referentes às necessidades e as privações que estas pessoas são submetidas, porém os mesmos acreditam que logo após as carências supridas, os assistidos automaticamente disponham de força para continuar a enfrentar a falta de oportunidades, as quais convivem diariamente, o que na grande maioria das vezes não é o que acontece.

Inúmeras são as críticas referentes a esse modelo de combate a miséria, alguns críticos o classificam como assistencialismo o qual geralmente cria uma relação de submissão e apenas ameniza as infinitas carências dos desassistidos, porém o mesmo, não oferece os instrumentos necessários para superação dessas carências, isso dito em outras palavras, apenas protela a solução do problema. Dessa forma, podemos perceber que o processo de reinclusão destes desassistidos não ocorrerá apenas por conta da superação da fome, haja vista que estes indivíduos somente serão considerados cidadãos, quando desenvolverem confiança e auto-estima bem como quando estiverem engajados coletivamente transformando-se em protagonistas plenamente capazes de modificar sua condição social.

Essa crise de cunho social se evidencia hodiernamente, uma vez que parte da população é incapaz de produzir renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos como alimentação, saúde, água e saneamento, educação, habitação, renda e cidadania, os quais garantem uma qualidade de vida digna.

As autoras Gomes e Pereira (2005), esclarecem bem essas questões, nos elucidando que, os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira - uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social. Neste viés, podemos verificar que no Brasil, o termo exclusão social está relacionado principalmente à situação de pobreza, uma vez que essas pessoas vulnerabilizadas socialmente encontram-se excluídas das políticas sociais básicas. Percebe-se, que esse sistema de desigualdade e má distribuição de renda acabam destruindo toda a sociedade e que na verdade, a questão fundamental é a necessidade de promoção e apoio às famílias vulneráveis através de políticas sociais bem articuladas e focalizadas.

Sendo assim, seria correto afirmarmos que um determinado país possui pobreza quando há escassez de recursos e não quando os mesmos são mal distribuídos. Visto desta forma

podemos perceber que o Brasil é um país, portanto, desigual e não pobre como muitos acreditam. Infelizmente o que geralmente ocorre é que grande parte da população que deveria ser beneficiada com a distribuição igualitária de renda do país é atingida diretamente pela ineficácia ou inexistência de políticas públicas: são escolas públicas funcionando em condições precárias, são hospitais sem condições de atendimento; são famílias desassistidas, sobrevivendo em condições subumanas; são milhares de crianças e adolescentes que buscam, nas ruas, sua sobrevivência, como resultado da ineficácia ou inexistência de programas que os assistam eficaz e continuamente, não permitindo assim, a esses desassistidos, uma condição social mais humana e justa.

Se tratando de justiça, cabe auferir que o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990) em seu art. 4º, garante a proteção integral através da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público, à criança e ao adolescente. Porém, o que se percebe é que a precária situação socioeconômica só contribuí para a desestruturação familiar, e acaba atingindo principalmente os mais vulneráveis, neste caso os filhos, vítimas da injustiça social que muitas vezes não desfrutam sequer dos seus direitos fundamentais. Assim, a pobreza, e a falta de efetividade das políticas públicas acabam impondo a toda a família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência.

Diante da ineficácia de políticas estatais de proteção social à população vulnerabilizada, em consequência do retraimento do Estado, tanto a família como a sociedade muitas vezes são forçadas a tentar suprir estas deficiências sem dispor de condições principalmente financeiras e organizacionais, para tanto. O Estado deveria sim, pensar em políticas públicas de caráter universalistas, que assegurassem proteção social, mas que também reconhecessem a sociedade civil como sujeito potencializador a essas ações propostas.

Nesse panorama, parece claro segundo Magalhães (2002), apenas um fato: não é mais possível pensar uma política para o enfrentamento das novas formas de privação centrada unicamente na esfera do Estado. Novos espaços públicos e arenas decisórias, incorporando necessariamente um leque amplo de atores coletivos e interlocutores em direção a um novo perfil de gestão social, tornam-se fundamentais.

Seguindo este viés podemos dizer que o Brasil, torna-se um caso atípico haja vista que a consolidação das políticas sociais ocorreu sem o necessário fortalecimento das instituições democráticas. Assim, para Da Matta:

Nosso perfil de cidadania aponta, para a existência de amplos contingentes da população à margem da comunidade política, o que certamente tem implicações no que se refere ao nosso padrão de intervenção pública e integração social. Ao mesmo tempo, nossos vínculos associativos tendem a ser precários, frouxos e pouco eficazes na consolidação de laços de solidariedade horizontal.  
(DA MATTA, 1990, p.80).

Ainda neste contexto, podemos aludir Narotzky (2001) citada por Tenório (2007), que no remete a idéia de que:

O desenvolvimento local de orientação não-econômica é instituído por meio e relações sociais fundadas em sentimentos de pertencimento a uma família ou a uma comunidade, em sentimento de fidelidade cimentada na amizade, no amor ao próximo e na população do local. São relações sociais estruturadas pela reciprocidade, solidariedade, processos de transferência de bens e/ou serviços realizados por meio de laços sociais alheios ao mercado e definidos sob imperativos democráticos. O local não deve ser visto como um mero espaço de sentimentos compartilhados e de experiências vividas: uma cultura e uma comunidade.  
(TENÓRIO, 2007, p. 95).

Godbout (1999), já apontava diferenças entre as experiências associativas e o modelo estatal de intervenção principalmente por as associações disporem tanto de uma solidariedade voluntária bem como de estabelecer vínculos pessoais e laços de confiança. A essa ação praticada voluntariamente, o autor chama de "circuito da dádiva" e faz referência expondo que:

A dádiva vive de afinidades, ligações privilegiadas, personalizadas, que não apenas caracterizam, por definição, as relações pessoais, mas também são a base dos organismos cujo princípio de funcionamento é a dádiva. Mesmo quando se aplica a estranhos, a dádiva é um sistema de circulação de coisas imanentes aos próprios vínculos sociais, ao passo que a circulação governamental se faz num sistema situado externamente aos cidadãos e a suas relações.  
(GODBOUT, 1999, p.77)

Assim, frente à complexidade das sociedades urbanas modernas é importante repensarmos as estratégias de ações sociais frente à participação do terceiro setor, pois, apesar

das ações voluntárias e da ajuda mútua se configurarem uma esfera distinta do Estado e do mercado, tendem a articular-se freqüentemente a instituições, empresas privadas e agências estatais, no combate à pobreza. Não restam dúvidas de que tensões e conflitos surgirão dessa interação, principalmente em momentos de transição política, o que fatalmente irá vulnerabilizar as instituições voluntárias, mesmo assim, ainda vale muito a pena investir nessa interação, pois enormes são as possibilidades futuras de cooperação social e combate a exclusão, advindas desse sincronismo.

### **1.3 A POLÍTICA DO TERCEIRO SETOR**

Este é certamente um momento positivo para um debate sobre novos caminhos para uma sociedade melhor, pois, atualmente, no Brasil, a consciência da necessidade de eliminar do mundo a mancha da fome, da falta de acesso à educação, à saúde e à garantia dos direitos humanos básicos generalizou-se por todos os setores. É sabido que a sociedade não está mais aceitando passivamente a enorme desigualdade decorrente de um mundo globalizado, onde a excelente qualidade de vida de alguns convive com situações subumanas dos outros.

Especialmente durante os anos 90, muitas experiências inovadoras nesse sentido foram implementadas, as quais acabaram exigindo a revisão das tradicionais políticas de assistência às populações em situação de vulnerabilidade social. Após a análise, dois aspectos dos programas sociais foram considerados responsáveis pelo contínuo fracasso do combate à pobreza, dentre eles estão: a ausência de foco dos programas para atingir seu público-alvo - os mais pobres - e o segundo, a crítica ao assistencialismo.

A ampliação do debate referente a essas questões, politizou estes temas o que infelizmente acaba gerando mais ocasiões para denúncia do que oportunidades para o diálogo construtivo. Desta forma, ressalta-se a necessidade de uma política social flexível, uma vez que, apesar da pobreza ser um problema global, sua solução é tipicamente local.

A fim de preencher uma lacuna deixada pelo Estado em função da crescente demanda por programas sociais, surgem as organizações que fazem parte do Terceiro; no contexto

social, o Terceiro Setor emerge como uma alternativa aos problemas sociais, e progressivamente, vem ocupando espaços que anteriormente eram exclusivos do poder estatal.

Hodiernamente, a realidade vem apresentando algumas transformações como à progressiva transferência das políticas sociais para o poder local, assim como, a própria articulação da sociedade civil em torno das organizações que venham a representar seus anseios e interesses, e também, a institucionalização de alguns movimentos sociais, bem como investimentos provenientes dos organismos internacionais para projetos e iniciativas promovidas na sociedade civil.

O Terceiro Setor é, portanto, um paralelo entre o Primeiro Setor, que é o Governo e o Segundo, representado pelas empresas privadas. Segundo Sapelli 2006, o Terceiro Setor é composto por iniciativas privadas e por voluntários, onde a ênfase está no plano social e não no comercial, no fim público e não no privado, onde as pessoas que fazem parte entendem que a participação ativa delas fomentará as mudanças necessárias.

Quadro 1: Tripé Estado-Sociedade-Mercado

<b>Ambiente</b>	<b>1º Setor (Estado)</b>	<b>2º Setor (Mercado)</b>	<b>3º Setor (Sociedade Organizada)</b>
<b>Agente</b>	<b>Governo e poderes públicos</b>	<b>Empresas</b>	<b>Organizações não-lucrativas, não-governamentais</b>
<b>Finalidade precípua</b>	<b>Regulação</b>	<b>Lucro</b>	<b>Emancipação e Justiça Social</b>
<b>Iniciativas</b>	<b>Públicas com fins públicos</b>	<b>Privadas com fins privados</b>	<b>Privadas com fins públicos</b>

Fonte: (BRANDÃO; SILVA; GUADGNIN, 1998, P. 11)

Quando descreve a política adotada pelo Terceiro Setor, Figueiró, (2001), citado por Sapelli, (2006), relata que esta política começa a partir da integração entre o setor econômico,

político, e entidades civis sem fins lucrativos e através dela é possível criar condições efetivas para superação dos problemas sociais que atingem grande parte da sociedade.

Neste sentido podemos asseverar que a participação da sociedade civil na esfera pública não é para substituir o Estado, mas para lutar para que este cumpra seu dever: propiciar educação, saúde e demais serviços sociais com qualidade, e para todos. Portanto, o objetivo desta parceria não é diminuir a responsabilidade dos governos na construção de uma sociedade mais justa, mas sim incorporar as inovações metodológicas e conceituais desenvolvidas no Terceiro Setor, a fim de contribuir para uma relação sinérgica operacionalizando menores custos e maior eficácia e, o que é ainda mais importante, uma maior participação das comunidades envolvidas.

Para Fernandes, (1997), o conceito de Terceiro Setor é resumido como o composto de organizações não governamentais e sem fins lucrativos, criadas e mantidas por voluntários comprometidos com as práticas da caridade, filantropia e do mecenato. Ou seja, é um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público.

Esta parceria entre o Estado e o Terceiro Setor implica necessariamente numa relação de igualdade com liberdade para a tomada de decisões de ambos os lados, uma vez que os parceiros devem concordar quanto aos objetivos, aos métodos de atuação e à transparência durante a execução dos programas. Na verdade, são lógicas diferentes que necessitam descobrir um patamar comum para que se possa progredir na construção de uma sociedade mais digna e humana.

Sabe-se que pouco se pode fazer para transformar a sociedade apenas com a participação no plano local, mas é a partir do plano micro que se dá o processo de mudança e transformação na sociedade. É no plano local que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, é onde ocorrem às experiências que constituem o poder local daquela região, ele é a fonte do verdadeiro capital social, aquele que nasce e se alimenta da solidariedade como valor humano. É sabido que o local gera capital social quando gera autoconfiança nos indivíduos de uma localidade, para que superem suas dificuldades. Gera, junto com a solidariedade, coesão social, forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social.

A importância da participação da sociedade civil se faz neste contexto não apenas para ocupar espaços antes dominados por representantes de interesses econômicos, enclavados no Estado, mas sim, para democratizar a gestão da coisa pública, para inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas as questões emergenciais, a partir do legado de recursos miseráveis destinados às áreas sociais. Assim, O Terceiro Setor ocupa seu espaço e, o estado, suas obrigações. E, a sincronia entre ambos, estimula tanto o desenvolvimento impulsionado pelo protagonismo da sociedade civil como fomenta o estoque de capital social que existe em todas as comunidades.

#### **1.4 CAPITAL SOCIAL**

A implementação de uma cultura fomentada no capital social, torna-se, portanto, necessário, pois se bem definido e valorizado poderá vir a tornar-se um inolvidável instrumento conceitual e prático para a consolidação de políticas públicas que objetivam tanto a revitalização da sociedade civil democrática quanto o desenvolvimento sustentado, problemas hodiernamente socialmente relevantes.

Até recentemente, não existiam dados nem informações proeminentes que tivessem significativa relação com indicadores de capital social. Os estudos relacionados a indicadores de desenvolvimento tratavam, sobretudo dos aspectos econômicos, uma vez que eles eram facilmente quantificáveis e mensuráveis. Somente a partir de 1990 é que cientistas percebem a necessidade de desconstruir a ligação entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico e repensar o desenvolvimento em diversas dimensões: econômica, cultural, ambiental, político-institucional, científico-tecnológica e por último, mas não menos importante a dimensão social.

A literatura relacionada ao tema cresce de forma acelerada à medida que a maioria dos estudiosos passa a entender que não é cabível mensurar o grau de desenvolvimento de uma determinada localidade apenas por indicadores econômicos, como, por exemplo, pela sua renda per capita; pois é sabido que a renda de determinada localidade raramente está equitativamente distribuída. E, que, portanto, estes indicadores econômicos devem vir acompanhados por

indicadores sociais como alimentação, educação, segurança, saúde, habitação, expectativa de vida, e, principalmente pela qualidade de vida. Assim, para Bassan e Siedenberg:

O conceito de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a, ou seja, o desenvolvimento passa a ser tratado a partir de critérios, como eficiência produtiva, a satisfação das necessidades humanas e o atendimento dos objetivos da sociedade, o que implica uma boa administração dos escassos recursos. O desenvolvimento passa a ser qualitativo, buscando, paralelamente ao aumento da produção, uma melhor distribuição de renda e maior qualidade de vida. Ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Esta complexidade traduz as diversidades das formas sociais e econômicas. (BASSAN e SIEDENBERG, 2002, p.14).

Neste viés Moraes (2003) complementa:

A urgência de um novo modelo de desenvolvimento aumentou a partir da constatação de que o crescimento das grandes empresas e o dinamismo econômico não se irradiam homogeneamente para todas as regiões de um país e nem permitem uma distribuição eqüitativa de renda entre os diversos grupos sociais. (MORAES, 2003,p.123).

Desde então, o conceito de capital social vem recebendo inúmeras críticas, no entanto é imprescindível ressaltar a sua importância como ponto de partida de inúmeras pesquisas que objetivam analisar e compreender o desenvolvimento de determinada localidade ou região, uma vez que o mesmo é produto de pesquisas multidisciplinares.

Neste sentido podemos mencionar que, tal conceito só começou a receber efetiva atenção quando as agências internacionais de apoio ao desenvolvimento e demais órgãos de fomento passaram a defender segundo Vogt (2006) a necessidade da participação da sociedade civil na formulação e na implementação de políticas públicas e de ações governamentais que objetivam o desenvolvimento e a erradicação da pobreza.

Sendo assim, inicia-se uma jornada a fim de referenciar a cultura que segundo Hermet (2002, p. 55), “durante décadas foi considerada muito mais um fator capaz de paralisar mudanças do que um possível ponto de apoio do desenvolvimento”.

Conforme Kliksberg (2001),

As possibilidades de o capital social e a cultura contribuírem para o desenvolvimento econômico e social deram-se em função da crise do pensamento econômico convencional, ocorrida no final do século XX, quando ficou patente que o fantástico incremento das forças produtivas e as revoluções tecnológicas em curso só conseguiram ampliar as já severas contradições do sistema capitalista de produção. (KLIKSBERG, 2001, p. 30).

No século XVIII David Hume, renomado filósofo escocês já proferia uma famosa parábola sobre o pensamento de dois agricultores de trigo que reflete o comportamento racional que expressa a impossibilidade de cooperação que presenciamos ainda hodiernamente. A parábola conta que um agricultor de trigo já estava com sua produção pronta para colher e se não o fizesse perderia a colheita e lhe faltaria alimento para o resto do ano, porém o mesmo, não possuía tempo para colhê-la sozinho, precisava de ajuda. O vizinho cuja produção ainda não estava pronta para colheita pensava que poderia ajudar seu vizinho naquele momento e depois os dois poderiam colher juntos a produção dele. Ambos teriam o sustento, mas e se depois de colher a primeira colheita o outro vizinho não retribuir? Na dúvida as pessoas decidem não cooperar, e no caso da parábola, ambos perdem a colheita.

Este fato evidencia a necessidade de haver confiança entre os indivíduos ou pelo menos instrumentos definidos que obrigam cada cidadão a cumprir sua parte, pois as pessoas racionais não produzem espontaneamente bens coletivos, em outras palavras o uso da razão não é suficiente para produzir o bem-estar.

A confiança componente básico do capital social possibilita uma forma de cooperação horizontal. Esse tipo de relação permite que o indivíduo experimente um grau maior de pertencimento e de importância, assim como estimula regras de reciprocidade, redimensiona a confiança e viabiliza futuras colaborações. Conforme D'araujo (2003), pode-se referenciar que o capital social é a única forma de capital que cresce na medida em que é usado.

D'araujo(2003), também definia capital social como o capital que aumenta dependendo da intensidade de seu uso, no sentido de que confiar e ser solidário remete aos beneficiados o mesmo sentimento reciprocamente. Ela acreditava que sociedades que conseguem manter essas relações sociais não produzem apenas riqueza, mas também geram sentimentos de igualdade,

de justiça, de bem comum. Desta forma o crescimento econômico estaria sempre acompanhado de bens sociais, essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade.

Outro importante economista, Amartya Sen, prêmio Nobel de economia em 1999, segue a mesma linha de pensamento onde chama a atenção para o fato de que um ser humano que vive em condições de vulnerabilidade social não possui condições e escolher nem sequer seu modo de vida, como por exemplo, o tipo de trabalho que vai exercer, pois a ausência de recursos básicos o priva de ser capaz de realizar escolhas para a sua própria vida.

Cabe lembrar, que em meados de 1830 Tocqueville já relacionava riqueza associativa com elevado nível de desempenho da economia e do comportamento democrático. O viajante e aristocrata francês, já fazia referências aos sistemas de governo democrático que limitava os poderes dos governantes e propiciava a formação de associações, essa capacidade de auto-organização significava que o governo não precisava impor de uma forma hierárquica (de cima para baixo) as normas de organização social. Tocqueville defendia a idéia de que inexistindo uma sociedade civil organizada não existiria capital social e, portanto tornava-se impossível uma democracia bem-sucedida.

No mesmo sentido, Bordieu nos anos de 1980, também já fazia referência ao tema ao afirmar que o volume de capital social que determinado indivíduo produz depende diretamente da extensão da rede de relações que o mesmo pode efetivamente mobilizar, e do volume de outros capitais (econômico, cultural ou simbólico) que possui cada um daqueles a quem esse indivíduo está ligado.

Dando seguimento aos estudos, o sociólogo americano, Coleman, em fins dos anos de 1980, aprofundou o tema, enfatizando a idéia de que o capital social se faz presente quando se torna possível a troca de favores entre os indivíduos que integram uma mesma estrutura social, onde o sentimento de obrigação torna-se o comprovante de crédito que assegura que o favor prestado será restituído.

Porém, o interesse acadêmico pelo conceito de capital social passou a intensificar-se somente a partir de uma pesquisa feita pelo professor Robert Putnam, da Universidade de Harvard sobre as regiões da Itália. Putnam foi um dos pioneiros a pesquisar as características

de uma organização social, como a confiança e os sistemas utilizados que contribuem para aumentar a relação de solidariedade entre os indivíduos, as quais ele denominou de capital social. Neste sentido Putnam definiu capital social, como sendo as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.

Segundo Putnam (2000), uma comunidade cívica se caracteriza pela participação do cidadão nos negócios públicos, pela existência de direitos e deveres iguais para todos, pela solidariedade, confiança e tolerância recíproca entre os membros e pela existência de associações civis. Portanto esse espírito de associativismo seria o desencadeador de hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público nos membros de determinada localidade.

Putnam (2000) analisou as relações entre os integrantes de diferentes regiões da Itália, e constatou que neste país, houve dois tipos de relações entre os indivíduos: a vertical (hierárquica- dependência e dominação) e a horizontal (não hierárquica- colaboração e solidariedade); e que, onde o processo das relações sociais era do tipo horizontal houve um ascendente desempenho econômico institucional. Deste modo, Putnam pode perceber que não era o grau de participação política que distinguia as regiões italianas, mas sim a participação cívica da comunidade local, e concluiu que quanto mais cívica a região, mais eficaz seu governo e maior seu desenvolvimento econômico.

O renomado autor também faz referência a North, ao nos apresentar que as relações econômicas envolvem uma relação de fideducía, a qual reafirma que ser solidário pressupõe uma relação de troca de favores intencional.

Diante desse contexto, torna-se necessário salientar que para Putnam, a solidariedade também pressupõe interesses recíprocos, ou seja, o ato de ajuda social, só é praticado se o objetivo intrínseco for à busca de igualdade através da troca de favores. Sendo assim, pode-se perceber que a base de tudo perpassa pela necessidade; onde podemos verificar que a solidariedade só é praticada quando uns precisam dos outros. Neste sentido podemos dizer que só haverá troca de favores se as pessoas necessitarem de algo, e é por isso que o autor lança a idéia de que uma sociedade só é solidária quando todos possuem direitos e quando existe uma distribuição de bens, pois, do contrário, se a luta de classes for em demasia, inexistirá nesta sociedade a solidariedade.

Putnam nota também, que o simples crescimento do 3º setor, ou seja, um setor não lucrativo, não significava uma forma tradicional de cultura cívica, pois dadas as condições de maior educação, melhores condições de vida, fatores que propiciariam um aumento de civismo, muitas vezes o resultado apresenta-se inverso corroborando a idéia de que o mundo fica mais rico, produz mais alimentos, mas os famintos aumentam.

Fukuyama foi outro pesquisador que não se conformou com a política econômica por si só ser possível de ensejar o desenvolvimento. Assim como Putnam, Fukuyama também enfatizava o papel da confiança para a prosperidade de uma nação, ele referia-se ao conceito de confiança procurando demonstrar que o bem-estar de uma nação, bem como a sua capacidade de competir, é condicionada a uma única e abrangente característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade. Fukuyama (1996) não quantificava a confiança, mas oferecia contrastes qualitativos entre os países que dispunham de um percentual mais evidente de confiança e os que não apresentavam essa característica, bem como as repercussões aparentes. No mesmo sentido, apontava significativas diferenças no que tange a formas de sociabilidade participativa e formas de sociabilidade hierárquicas na maioria das vezes autoritárias.

Segundo o pesquisador, para uma sociedade que não dispõe de confiança e associativismo, só restará manter-se economicamente organizada utilizando o Estado como fomentador do desenvolvimento ou optando a recorrer a investimentos do exterior. Do contrário, torna-se possível verificar que a descentralização favorece o surgimento de associações e de organizações com liberdade de ação e expansão. Neste viés, Fukuyama (1996) complementa enfatizando que a promoção do desenvolvimento é concebida através da combinação sinérgica do capital social, do capitalismo e do liberalismo econômico e político; o que só se torna possível, à medida que se prioriza as interações entre governo e sociedade.

Neste viés, torna-se perceptível o papel do capital social como mecanismo capaz de produzir relações de reciprocidade entre diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal) e entre diferentes atores políticos e sociais (partidos e associações informais), fundadas na confiança mútua. Fomentar a cultura do capital social implica ir além da conceituação de democracia vista apenas como um conjunto de procedimentos políticos formais. Torna-se imprescindível que as pessoas depositem fé e confiança em quem as governa, pois do

contrário, gera-se um custo social elevado, onde o estado acaba agindo em benefício das minorias poderosas ao invés de beneficiar grande parte da população com as políticas públicas propostas.

Skocpol (1999) complementa este pensamento, quando constata que os problemas organizacionais das sociedades modernas não são resultados de rupturas no “tecido social”, mas sim frutos da incapacidade do governo de atuar em um mundo globalizado e interdependente combinado ao declínio do desempenho das instituições governamentais e sociais. Skocpol já conhecida pela sua expressão “trazer o Estado de volta”, faz referência tanto sobre a importância das políticas públicas como sobre a necessidade de os governos serem transparentes e confiáveis, pois governos corruptos não estimulam o capital social.

Torna-se inolvidável lembrar que o papel do capital social não é em hipótese alguma ser substituto de nada, assim como não se pode supor que a sociedade possa substituir o papel do Estado. Pois, tanto o Estado, como a sociedade bem como o governo, possuem funções definidas, porém nada impede que atuem de forma sinérgica. A idéia de sinergia vem da necessidade de sincronismo positivo entre governo, organizações formais, mercado e sociedade civil. Não se trata de qualquer um deles substituir as irresponsabilidades dos outros, trata-se de cooperação que tem como principal objetivo o desenvolvimento sustentável.

Para a maioria dos estudiosos das ciências sociais, Capital social, é, portanto a capacidade de uma sociedade dispor de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos, em outras palavras, constitui-se em uma noção de associação voluntária e cívica em que há horizontalidade nas relações entre os membros.

## 1.5 INDICADORES SOCIAIS NO BRASIL

Neste sentido é importante ressaltar que mesmo nas diferentes esferas de governo os indicadores sociais tornam-se imprescindíveis nas atividades de planejamento público e na formulação de políticas sociais.

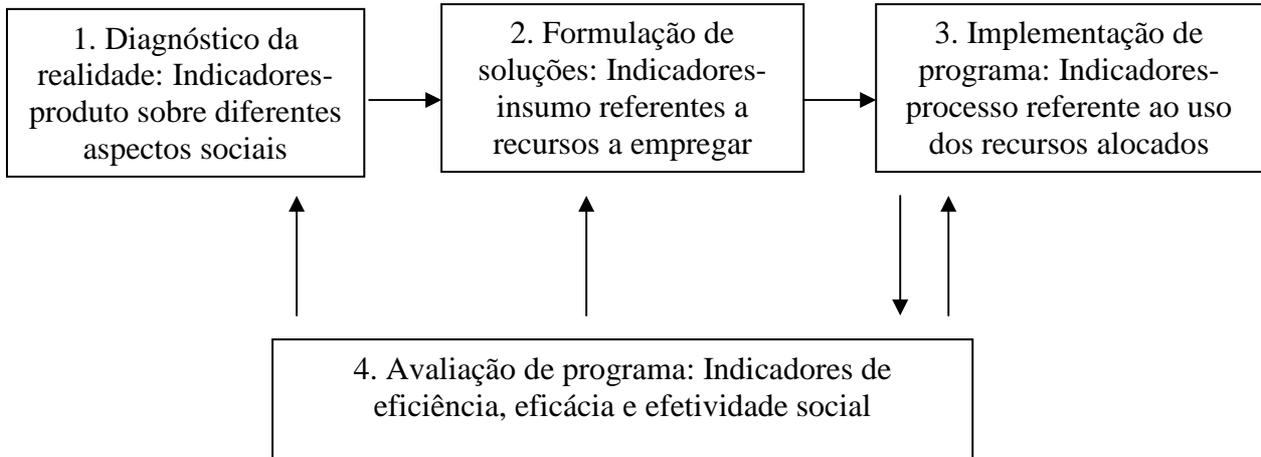
Sendo assim, segundo Jannuzzi, 2003, para uma melhor análise e formulação de políticas sociais torna-se relevante a diferenciação de indicadores sociais:

Indicadores-insumo que corresponde às medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos.

Indicadores-produto que são medidas representativas das condições de vida, saúde, nível de renda da população, indicativas da presença, ausência, avanços ou retrocessos das políticas sociais formuladas.

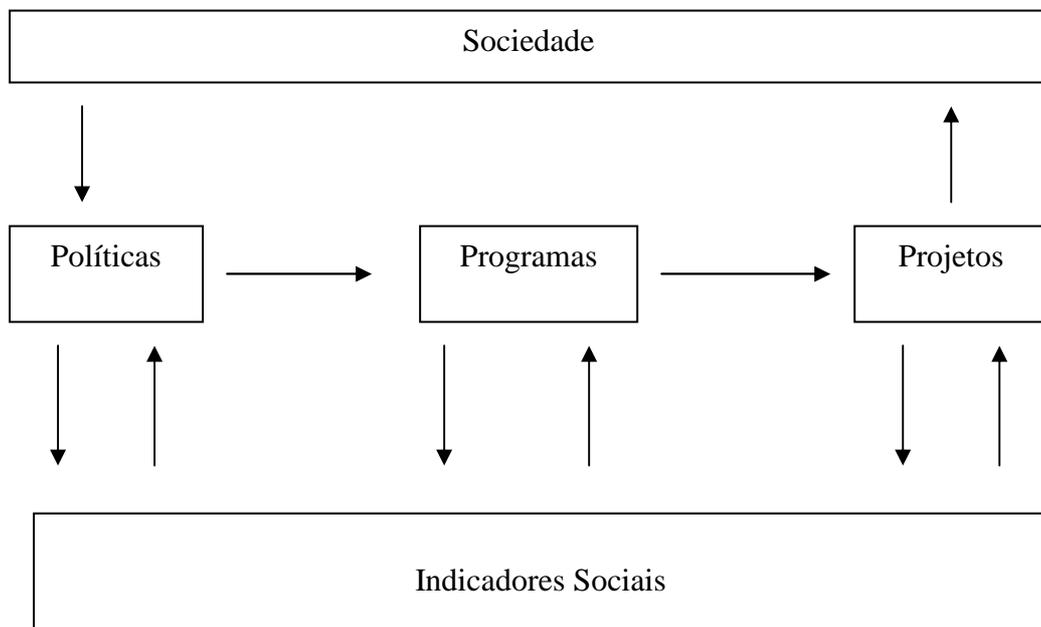
Indicadores-processo ou fluxo são indicadores intermediários, são os esforços operacionais de alocação de recursos humanos, físicos ou financeiros (indicadores-insumo) para obtenção de melhorias efetivas de bem-estar (indicadores-produto)

Quadro 2: Indicadores teórico-conceitual de referência



Fonte: JANNUZZI, 2003, pág 35

Quadro 3: Indicadores, informação para controle social das políticas



Fonte: JANNUZZI, 2003, pág 34.

Exemplos de indicadores sociais que vem adquirindo relevância nos estudos e instrumentos de pesquisa preocupados com a situação de pobreza, indigência e exclusão social.

- ✓ Expectativa de vida (É a média de anos de vida de uma pessoa em um determinado país).
- ✓ Taxa de mortalidade (Corresponde ao número de pessoas que morreram durante o ano).
- ✓ Taxa de mortalidade infantil (Corresponde ao número de crianças que morrem antes de completar 1 ano de idade).
- ✓ Taxa de analfabetismo (Corresponde ao percentual de pessoas que não sabem ler e escrever).
- ✓ Renda per capita (Corresponde ao valor de toda riqueza de um país, dividido pelo número de habitantes, resultando em um valor, geralmente em dólar, por habitante).
- ✓ Saúde (Refere-se à qualidade da saúde da sua população).
- ✓ Alimentação (Refere-se à alimentação mínima que uma pessoa necessita, cerca de 2.500 calorias, e se essa alimentação é balanceada).
- ✓ Condições médico-Sanitárias (Acesso a esgoto, água tratada, pavimentação etc.)
- ✓ Qualidade de vida e acesso ao consumo (Correspondem ao número de carros, de computadores, televisores, celulares, acesso a internet entre outros).

Existem também indicadores sociais que se referem especificadamente a situação de pobreza, indigência e exclusão social, pode-se citar como exemplo o Indicador de Pobreza como insuficiência de renda, o qual se configura quando a indigência e a pobreza demonstram situações de insuficiência de rendimentos para compra de cesta básica alimentar e inexistência de acesso a produtos e serviços imprescindíveis à reprodução social. O Indicador de pobreza como carências múltiplas, o qual possui como base o estado de carência ou de necessidade

básica insatisfeita em diversos sentidos como habitação, saúde, educação, etc. O IPH (Índice de Pobreza Humana), que se refere à privação dos meios básicos a sobrevivência. E o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que, foi criado pela ONU (Organização das Nações Unidas) na tentativa de medir o grau de desenvolvimento econômico e, principalmente, de avaliar como as pessoas estão vivendo em todos os países do globo.

Neste sentido, podemos perceber que se utilizarmos os indicadores sociais de forma responsável e inteligível, os mesmos, poderão auxiliar na discussão da natureza, conteúdo e prioridades das políticas governamentais e dos projetos de ação social, além de controlar e direcionar as atividades do poder público. Ademais, os Indicadores Sociais enriquecem a interpretação empírica da realidade social e dirigem de forma mais adequada a análise, formulação e implementação de políticas sociais.

Sendo assim, como os recursos públicos são geralmente insuficientes para atender as demandas referentes aos problemas sociais, os indicadores podem exercer uma significativa contribuição no apontamento das intervenções necessárias a serem feitas priorizando os aspectos sociais mais deficientes.

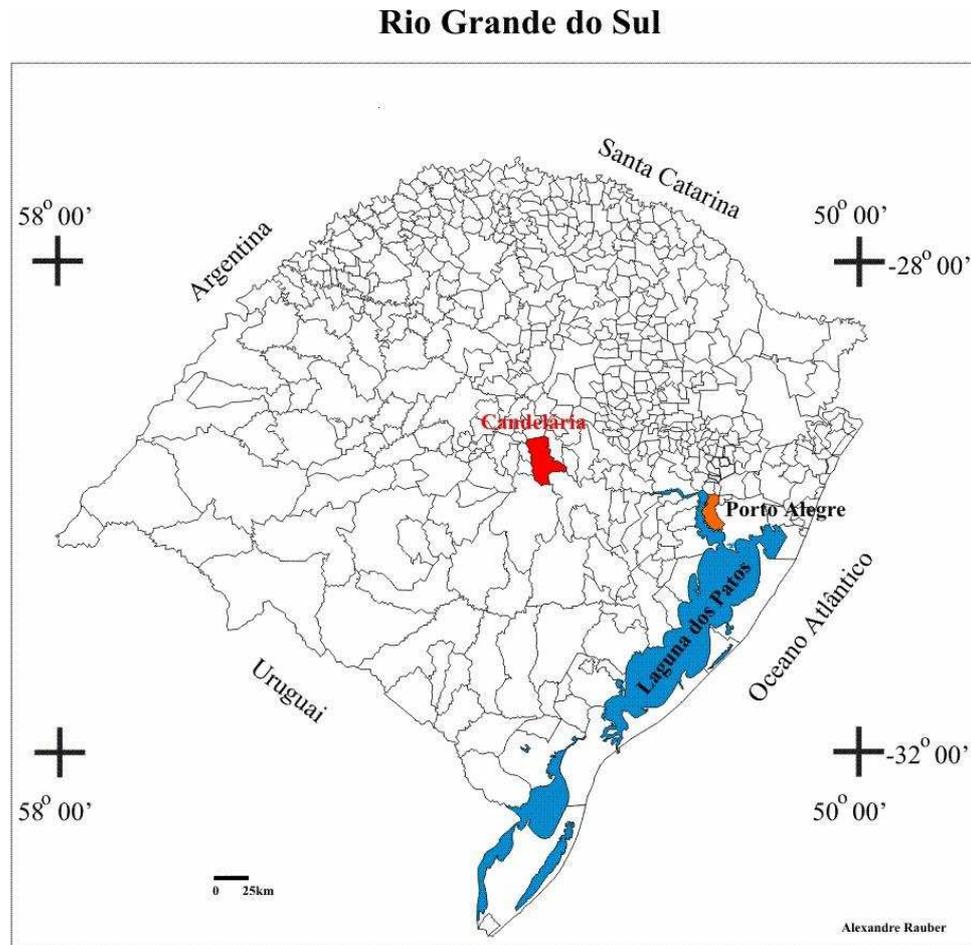
## **2. O MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**

### **2.1 História, localização e aspectos sociais**

Candelária faz parte da região da encosta inferior do Nordeste, situando-se entre a Depressão Central e o Planalto Rio-Grandense. O município apresenta aspectos topográficos variados que permitem a sua divisão em duas zonas distintas: a zona do campo e a zona da serra.

Dois afluentes do rio Jacuí, Rio Pardo e Rio Botucaraí, banham o município ao mesmo tempo em que efetuam suas divisas naturais com os municípios vizinhos: a oeste o rio Botucaraí o separa de Cachoeira do Sul e de pequena parte de Sobradinho e a leste o Rio Pardo faz divisa com Santa Cruz do Sul. Cada um desses rios possui inúmeros arroios afluentes que recortam o município, provendo de água as suas propriedades.

MAPA 1 : Localização do município de Candelária no Rio Grande do Sul



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da UNISC

A situação geográfica do município, junto ao Rio Pardo, tornou-o um dos pontos de localização dos jesuítas espanhóis que iniciaram a ocupação do território do Estado no século XVII, visando à formação de missões indígenas. Liga-se, deste modo a história da região com o início da ocupação do território Rio-Grandense. Tal como aconteceu às outras reduções, a redução Jesus-Maria, fundada em 1632, nas margens do Rio Pardo, e que reunia já em 1635, aproximadamente 10.000 almas, foi destruída por Raposo Tavares em fins de 1636, em mais uma incursão ao interior gaúcho visando o aprisionamento de índios e acabando por eliminar por completo este início de colonização do território.

Tanto para Candelária como para todo o Estado, encerra-se este primeiro início de povoamento. Como resultado econômico maior encontramos a formação de rebanhos

selvagens de gado bovino, cavalos e muares, remanescentes do gado introduzido pelos jesuítas, e que em parte se desgarrou indo proliferar nos campos do sul.

Quando da elevação do Rio Grande do Sul à categoria de Capitania em 1807, Candelária fazia parte do município de Rio Pardo, no qual ocupava posição vantajosa em virtude de servir de elo de ligação entre a vila de Rio Pardo e os Campos de Cima da Serra, denominação dada antigamente ao planalto rio-grandense.

Não se possui outros dados sobre a ocupação definitiva de territórios do município no começo do século XIX. É possível que, dada a sua proximidade com Rio Pardo e, graças ao desenvolvimento deste município, como área urbana e militar das mais importantes da Capitania, tenha havido algum povoamento de sua área de campo.

A distribuição de propriedades desenvolveu-se a partir do século XIX. As extensas fazendas de sesmária eram concedidas aos militares e soldados, que deixavam o exército, mas se mantinham a postos para qualquer emergência, seja para manter a paz interna ou para garantir as fronteiras recém conquistadas.

A zona de Campo do município era ocupada por grandes estancieiros de Rio Pardo, os quais viviam na cidade e mantinham capatazes e agregados, que plantavam em pequenas áreas, cuidando da propriedade. Até 1900 as estâncias era campo aberto. O gado era selvagem e o estancieiro era proprietário daqueles que conseguisse cercar.

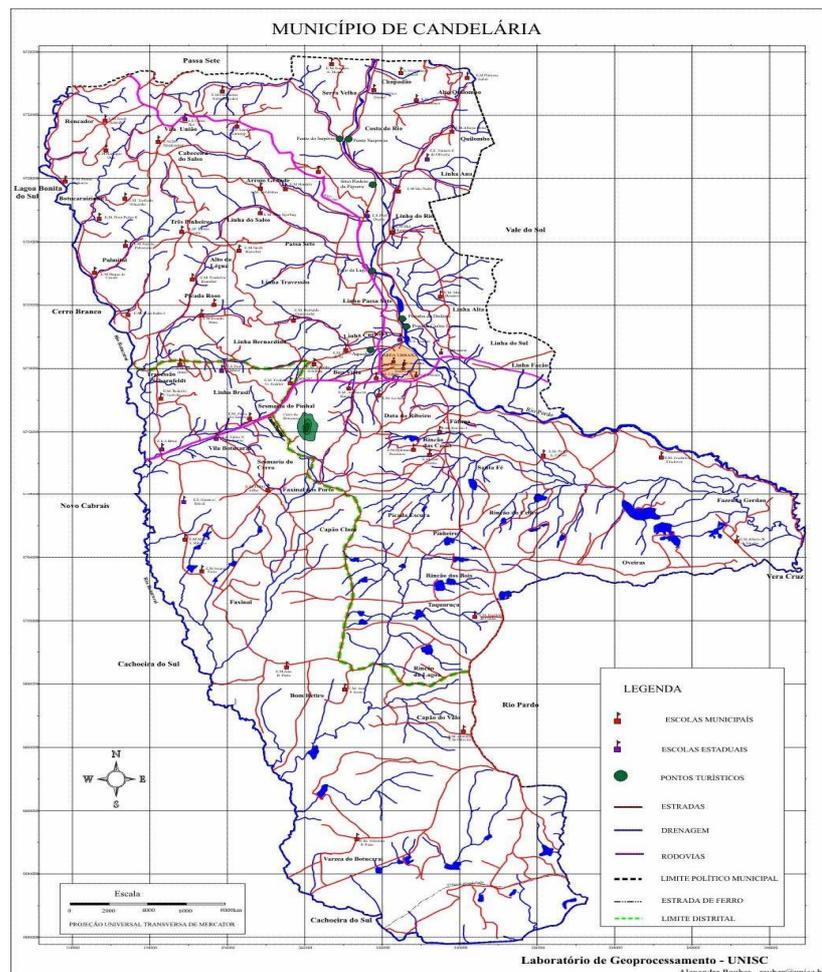
Toda atividade produtiva da região, destinada a ser comercializada, era enviada a Rio Pardo. Consistia-se este município em um entreposto comercial entre a zona rural e as zonas centrais. As vilas dessa área eram empórios donde se redistribuíam os gêneros necessários para as estâncias da região. Candelária, teve um importante papel nessa atividade comercial, pois devido a sua localização se tornou uma rota comercial. A atual avenida Pereira Rêgo, principal avenida da cidade, era naquela época uma estreita passagem de carreteiros, tropas e viajantes.

O povoamento de Candelária com imigrantes alemães e seus descendentes data dos anos de 1860. Por volta deste ano foram surgindo os primórdios de povoamento com o nome de Colônia Germânica. Em 9 de maio de 1876, esta área foi elevada à categoria de Freguesia e recebeu o nome de Nossa Senhora da Candelária da Germânia.

Daí se desencadearam os processos emancipatórios, mas somente em 07 de julho de 1925, ocorre a criação do município de Candelária.

O município de Candelária está localizado na região central do Rio Grande do Sul, mais precisamente no Vale do Rio Pardo. Sua população de aproximadamente 30.000 habitantes, segundo o Censo de 2000, é conhecida como cordial e hospitaleira. Sua economia é baseada na agropecuária com o cultivo de fumo, arroz, e soja; e também com a criação de bovinos e suínos.

MAPA 2: Limites geográficos e características físicas do município de Candelária - RS



Fonte: Laboratório de geoprocessamento da UNISC

A localização da cidade no pé da serra, no Vale do Rio Pardo, fez com que o município tivesse uma grande variedade de paisagens e ecossistemas. Ao Sul campos e coxilhas, onde se destaca o Pampa com suas grandes propriedades rurais, criações de gado, plantações de soja e de arroz. Ao Norte, a serra e as pequenas propriedades dos descendentes de alemães, onde as mesas são fartas de cucas, bolos, geléias e schimiers.

Assim é Candelária, cidade pequena, com ruas largas e espaçosas, que conciliam antigas edificações com o progresso dos dias atuais. Mas, infelizmente a população desta cidade hospitaleira, convive diariamente, com a escassez de recursos para investimentos no município e com a precária infra-estrutura urbana local – saneamento básico, acessos, comunicações e telecomunicações etc.

O Município de Candelária, portanto, possui uma população aproximada de 30 mil habitantes, destes aproximadamente 13 mil são moradores da zona urbana, sendo que grande parte encontra-se em condições precárias de sobrevivência. Esta situação de vulnerabilidade social acaba por levar muitos pais a inserirem seus filhos no mercado de trabalho precocemente em busca de complementação para o sustento familiar. Neste sentido faz-se necessário combater a exploração do trabalho infantil bem como a existência de um local que abrigue, assista e atenda as necessidades das crianças e adolescentes socialmente vulnerabilizados principalmente no turno inverso a escola.



Fonte: Internet – GOOGLE EARTH, acesso em 10 de novembro de 2008.

Segue abaixo fotografias das ruas e de algumas casas localizadas na vila Ewaldo Prass, local onde está a sede do Centro Social Amigo da Criança, local onde funciona o PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil...

Foto 1: Ruas localizadas próximas ao PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 2: Ruas localizadas próximas ao PETI



Fonte :Foto da autora

Foto 3: Casas de alguns dos participantes, localizadas próximo ao PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 4: Casas de alguns dos participantes, localizadas próximo ao PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 5: Casas de alguns dos participantes, localizadas próximo ao PETI



Fonte: Foto da autora

A “Crackolândia”, local onde as drogas são consumidas e comercializadas diariamente, constitui em um prédio abandonado invadido pelos traficantes. Maior ponto de venda e consumo de drogas do município de Candelária – RS

Foto 6: Crackolândia



Fonte: Foto da autora

O Lixão ao lado da “crackolândia”, local onde os vulnerabilizados que catam lixo selecionam os materiais.

Foto 7: Lixão ao lado da Crackolândia



Fonte: Foto da autora

No sentido de atender a esta demanda a Prefeitura Municipal gestionou a inclusão do município de Candelária no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do Governo Federal, que vem funcionando no município desde 2001 no Centro social Amigo da Criança e do Adolescente localizado na entrada da Vila Ewaldo Prass, área habitada pela população extremamente carente do município.

Espelhado no Programa acima mencionado, em 2006 surge o Projeto Acreditar que se desenvolve no Centro de Múltiplo Uso na outra extremidade da cidade onde hoje se faz presente outra vila de pessoas, as quais se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social.

Segue abaixo fotografias das ruas e de algumas casas localizadas no bairro Rincão Comprido, local onde está a sede do Acreditar instalado no Centro de Múltiplo Uso...

Foto 8: Ruas localizadas próximas ao Acreditar



Fonte: Foto da autora

Foto 9: Ruas localizadas próximas ao Acreditar



Fonte: Foto da autora

Foto 10: Casas de alguns dos participantes, localizadas próximo ao Acreditar



Fonte: Foto da autora

Foto 11: Casas de alguns dos participantes, localizadas próximo ao Acreditar



Fonte: Foto da autora

Foto 12: Casas de alguns dos participantes, localizadas próximo ao Acreditar



Fonte: Foto da autora

A grande diferença entre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o projeto Acreditar encontra-se no sujeito promotor das ações, haja vista que, o PETI é uma iniciativa do governo federal com o subsídio da Prefeitura Municipal que para se consolidar ainda necessita receber doações dos clubes de serviços e da sociedade civil e o Projeto Acreditar é de iniciativa exclusiva de um grupo de voluntários assessorados pelo Gabinete da 1ª Dama; não recebendo, portanto nenhuma ajuda financeira do governo federal, nem assistido por alguma política pública proveniente deste. Pelo município também não é fornecido verba financeira para o Projeto Acreditar, porém, cabe mencionar que o poder público municipal presta auxílio através de empréstimos de veículos quando necessário e da prestação de serviços feita pelos seus servidores públicos, além de ceder o espaço o qual o mencionado projeto é desenvolvido.

Assim, considerando a condição de pobreza e exclusão social de uma parcela significativa da população urbana de Candelária, a essência deste trabalho esta na possibilidade de haver diferença nos resultados sociais obtidos entre um projeto gerado localmente, ou endógeno, em comparação com um projeto exógeno.

### **3 OBJETOS DE ESTUDO: PROJETOS DE AÇÃO SOCIAL**

#### **3.1 PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**

A sociedade atual é marcada por múltiplos fatores desumanos como desemprego, violência, maus tratos, desrespeito, e outros tantos que acarretam na desestrutura total das famílias. Por conseguinte, a criança e o adolescente vítimas dessa desestrutura familiar são colocadas a margem da sociedade pela vulnerabilidade que se encontram.

Neste sentido, apesar de Candelária ser considerada uma cidade pequena, pacata e hospitaleira, apresenta um número considerável de famílias que se encontra em situação de extrema pobreza e privação de direitos, situação alarmante que acaba gerando inúmeros fatos denunciados ou não de trabalho infantil, além de inúmeros casos de tráfico, de furtos, assaltos e o que é muito pior, mortes grotescas.

Com o intuito de garantir um ambiente estrutural funcional adequado para atender as necessidades primordiais dessas crianças e adolescentes, surge uma iniciativa positiva do governo federal intitulada de PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o qual se caracteriza por ser um programa de transferência direta de renda do governo federal para famílias de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho precoce.

Assim, o PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil busca proporcionar um desenvolvimento pedagógico e social, bem como propiciar bem estar e motivação, assegurando a proteção integral a criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social, garantindo seus direitos fundamentais. Para isso, o PETI concede uma bolsa às famílias desses meninos e meninas em substituição à renda que traziam para casa. Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola e fazê-los frequentar a jornada ampliada.

De acordo com o MDS- Ministério do Desenvolvimento Social, o PETI funciona da seguinte forma: os Estados, por intermédio dos seus órgãos gestores de Assistência Social, realizam levantamento dos casos de trabalho infantil que ocorrem em seus municípios. Esse levantamento é apresentado às Comissões Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil para validação e estabelecimento de critérios de prioridade para atendimento às situações de trabalhoinfantil.

As demandas validadas pela Comissão Estadual são submetidas à Comissão Intergestora Bipartite (CIB), para pactuação. As necessidades pactuadas são informadas ao MDS, com a relação nominal das crianças e adolescentes a serem atendidos e as respectivas atividades econômicas exercidas. O MDS aprova e informa ao Estado as etapas a serem cumpridas, pelos municípios, para implantação do Programa. São elas:

- Inserção das famílias no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, informando a atividade exercida pelas crianças;
- Inserção ou reinserção das crianças e adolescentes na escola;
- Seleção, capacitação e contratação dos monitores que trabalharão na jornada ampliada;
- Documentação das famílias;
- Estruturação de espaços físicos para a execução da jornada ampliada;
- Disponibilização de transporte para as crianças e adolescentes, principalmente as que se encontrarem em área rural;
- Encaminhamento do Plano de ação devidamente preenchido e assinado pelo gestor municipal que, posteriormente, será enviado pelo Estado ao MDS; e
- Envio da declaração emitida pela Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil.

Neste sentido cabe lembrar, que famílias, cujas crianças exercem atividades típicas da área urbana, têm direito à bolsa mensal no valor de R\$ 40 por criança. Porém, para receber a bolsa do programa, as famílias têm que assumir compromissos com o governo federal, garantindo:

- frequência mínima das crianças e adolescentes na escola e na jornada ampliada equivalente a 75% do período total;
- afastamento definitivo das crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho;
- participação das famílias nas ações socioeducativas que lhes forem oferecidas;
- as ações de controle são executadas pelos municípios.

No sentido de atender a esta demanda a Prefeitura Municipal gestionou a inclusão do município de Candelária no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do Governo Federal, que vem funcionando no município desde 2001 no Centro social Amigo da Criança e do Adolescente localizado na entrada da Vila Ewaldo Prass, área habitada pela população extremamente carente do município. No mencionado programa apenas 50 crianças participantes são beneficiadas com a bolsa de R\$ 40,00 enviada diretamente as famílias do participante pelo governo federal, as demais participam do programa sem receber a bolsa ou qualquer outro subsídio em dinheiro do governo federal ou de qualquer órgão público. Sabe-se que hoje o programa assiste a 120 crianças e que o governo federal envia apenas R\$ 1.000,00 valor este que seria referente às 50 crianças bolsistas a fim de contribuir para os gastos de aluguel do local onde o Programa é desenvolvido, despesas com os profissionais envolvidos, alimentação, higiene, educação, segurança, materiais pedagógicos, etc...

Foto 13: Prédio do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil /  
Centro Social Amigo da Criança



Fonte: Foto da autora

Obviamente este valor se torna irrisório diante do montante necessário para manter essas crianças no mencionado Programa, sendo assim torna-se inolvidável mencionarmos que a Prefeitura Municipal vem suprindo os valores deficientes das crianças bolsistas e mantendo integralmente as 70 crianças excedentes.

O referido programa também conta com parcerias feitas através dos clubes de serviço, como LIONS, ROTARY, Liga Feminina de Combate ao Câncer, Bombeiros Voluntários; e, também pela sociedade civil, através de voluntários e de doações provenientes de mercados, açougues, padarias, etc...

Assim sendo, no total são 120 crianças que freqüentam o Centro Social, 60 no turno da manhã e 60 no turno da tarde, esses grupos são divididos em quatro turmas de acordo com a sua idade e série escolar, e cada dia um professor desenvolve atividades diversas com esses grupos.

No prédio existem quatro salas onde funcionam biblioteca, sala de brinquedos, sala de reforço escolar e trabalhos diversos e sala de vídeo, conta também com cozinha, banheiros, refeitório.

Foto 14: Biblioteca do PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 15: Reforço escolar do PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 16: Sala de vídeo do PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 17: Sala de brinquedos do PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 18: Sala de brinquedos do PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 19: Cozinha do PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 20: Refeitório do PETI



Fonte: Foto da autora

As atividades são desenvolvidas no turno inverso a escola, de segundas a sextas-feiras com turmas na manhã que recebem café e almoço e da tarde que também recebem almoço e lanche.

Foto 21: Lanche oferecido aos participantes do PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 22: Distribuição do lanche aos participantes do PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 23: Hora do lanche no PETI



Fonte: Foto da autora

Os participantes do PETI são beneficiados, portanto, com reforço escolar, por sua vez, as turmas são divididas por idades e por matérias a ser reforçadas.

Foto 24: Aulas de reforço escolar turno manhã



Fonte: Foto da autora

Foto 25: Aulas de reforço escolar turno tarde



Fonte: Foto da autora

Foto 26: Sala de estudos, biblioteca



Fonte: Foto da autora

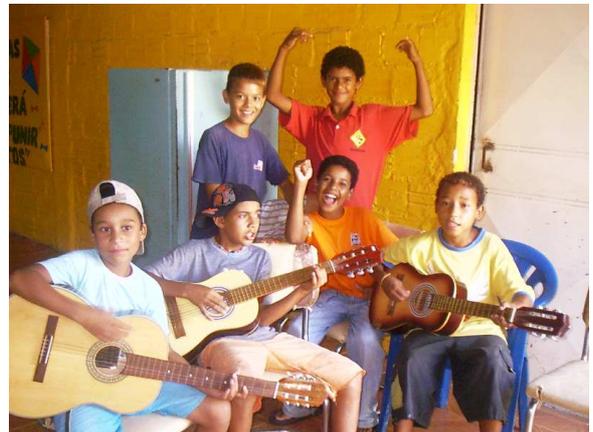
Os participantes do PETI também são beneficiados com:

Foto 27: Aulas de música no PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 28: Aulas de música, violão no PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 29: Aulas de informática no PETI



Fonte: Foto da autora

São oferecidas também, aulas de artesanato, utilização de materiais reciclados, pintura, costura, as quais são ministradas por monitores voluntários:

Foto 30: Aula sobre utilização de materiais reciclados no PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 31: Aula de artesanato no PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 32: Aula de costura



Fonte: Foto da autora

As aulas de dança, capoeira, hip hop, street dance, também são ministradas por monitores voluntários:

Foto 33: Aula de dança, ballet



Fonte: Foto da autora

Foto 34: Apresentação do grupo de ballet do PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 35: Aulas de hip hop e street dance



Fonte: Foto da autora

Foto36: Aulas de Capoeira



Fonte: Foto da autora

Foto 37: Apresentação do grupo de capoeira do PETI



Fonte: Foto da autora

As aulas de futebol e outras modalidades esportivas são ministradas por um dos monitores contratados para o projeto, o qual possui formação acadêmica na área e presta serviços voluntários ao projeto fora do seu horário de trabalho.

Foto38: Apresentação da escolinha de futebol



Fonte: Foto da autora

Como podemos verificar os participantes do PETI são beneficiados por várias atividades, das quais, a maioria não se faz presente no organograma do programa a nível nacional. Assim, por mais que a equipe de funcionários e monitores contratados para atender o projeto se proponha a desenvolver ações que não fazem parte do corpo do projeto, ainda assim, se tornam insuficientes para atender a demanda necessária. Torna-se imprescindível enaltecer o trabalho desenvolvido pelos voluntários que prestam serviço ao PETI, porém estas ações ainda não são suficientes para suprir as necessidades dos beneficiários.

Sendo assim, segue abaixo algumas das outras atividades de lazer, diversão e brincadeiras de socialização que os participantes do PETI usufruem oriundas de doações os clubes de serviço.

Foto 39: Play ground do PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 40: Casinha de bonecas do PETI



Fonte: Foto da autora

Foto 41: Sala de jogos



Fonte: Foto da autora

São realizadas atividades nas datas festivas que objetivam unir as famílias e despertar um maior interesse e um maior envolvimento entre os funcionários do PETI que acompanham as crianças com as famílias destes beneficiados.

Foto 42: Reunião com os pais



Fonte: Foto da autora

Porém, o que se torna memorável mencionar não são as atividades previstas no programa que beneficiam os participantes proporcionando a estes o básico da dignidade humana. Mas sim, aquelas iniciativas que partiram tanto do grupo de monitores e funcionários contratados para executar este programa, bem como, as oriundas da comunidade local, clubes de serviços e comércio em geral. Dentre estas atividades podemos citar como exemplo os

pedágios beneficentes, e o bric. O pedágio ocorre uma vez por ano e participam os professores e monitores responsáveis pelo PETI em Candelária, os valores arrecadados são destinados ao pagamento de obras e benfeitoras feitas no Centro Social Amigo da Criança, bem como para a aquisição de algum material necessário.

Foto 43: Pedágio beneficente em prol do PETI



Fonte: Foto da autora

Já o Bric, acontece mensalmente, onde são vendidos a comunidade carente da Vila Ewaldo Prass por valores irrisórios, roupas, calçados e objetos em geral oriundos de doações da comunidade local e clubes de serviço. A verba arrecadada no Bric permanece retida pela coordenadora do PETI e disponibilizada no final do ano para o pagamento de todas as despesas de uma viagem que é oferecida a todos os integrantes do PETI. Cabe mencionar que esta é uma excelente ferramenta de socialização, pois estimula o sentimento de solidariedade da comunidade local, bem como propicia aos carentes oportunidades de adquirir bens materiais sem assistencialismos, além de elevar a auto estima das crianças e propiciar conhecimento e vivência através das viagens realizadas.

Foto 44: Bric mensal



Fonte: Foto da autora

Foto 45: Bric mensal 2



Fonte: Foto da autora

Foto 46: Excursão de final do ano 2008 – Pinheiral /RS



Fonte: Foto da autora

Foto 47: Equipe de funcionários do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Candelária/RS



Fonte: Foto da autora

### 3.2 PROJETO ACREDITAR

Espelhado no PETI surge o Projeto Acreditar que se desenvolve no Centro de Múltiplo Uso na outra extremidade da cidade onde hoje se faz presente outra vila de pessoas, as quais se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social. Esta ação fez-se necessária devido ao alto índice de violência e drogadição encontrados entre os jovens, somado à evasão escolar e à falta de perspectivas dos mesmos em relação ao futuro, assim como o agravante da desestrutura familiar, fatos alarmantes, e infelizmente facilmente encontrados nas famílias residentes no município de Candelária-RS.

Foto 48: Centro de Múltiplo Uso – Projeto Acreditar



Fonte: Foto da autora

O Projeto Acreditar é de iniciativa exclusiva de um grupo de voluntários coordenados pelo Gabinete da 1º Dama e a partir do ano de 2009 assessorados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação do município de Candelária – RS. Este grupo de voluntários é composto por mais de 30 indivíduos provenientes da sociedade em geral que atuam sob um regime de escalas nas mais diversas atividades oriundas do projeto.

As atividades diretamente prestadas aos beneficiários, ou seja, as crianças e adolescentes, ocorrem apenas 3 vezes por semana no turno inverso a escola, e dentre elas estão coral, hora do conto, reforço escolar, atividades recreativas, dinâmicas de grupo, teatro, jogos

pedagógicos, passeios pela cidade, oficinas de arte, capoeira, hip hop, jogos de futebol, vôlei, circuito, atividades de lazer e entretenimento, etc... Além destas atividades todos os participantes recebem lanches oriundos de doações da comunidade local, e comércio em geral. Todas essas ações são desenvolvidas pelo pelos voluntários do Projeto Acreditar como um meio de prevenção contra os riscos que crianças e adolescentes ficam expostas no período de ociosidade, já que atividades recreativas são um importante instrumento de socialização, educação, promoção de saúde, cooperação, solidariedade e cidadania.

Cabe lembrar que o público alvo atendido pelo projeto Acreditar está assim dividido:

**Turno da Manhã:** participantes efetivos 47 crianças e pré-adolescentes, sendo que 56 foram inscritos no total.

**Turno da Tarde:** participantes efetivos 33 crianças e adolescentes, sendo que 45 foram inscritos no total.

**Total de participantes efetivos:** 80

**Faixa etária:** de 5 a 15 anos.

As atividades desenvolvidas no Projeto Acreditar aos seus beneficiários, são uma ótima maneira de ensinar valores importantes para o futuro, como honestidade, respeito e amizade. Com jogos e brincadeiras, até a escola fica mais atrativa. As atividades físicas também estimulam a criatividade, alimentam sonhos, desenvolvem o raciocínio e a coordenação motora das crianças, desde os primeiros anos de vida. É uma forma de inclusão social, pois possibilita retirar crianças e adolescentes de situações de exploração, abandono, violência e pobreza, garantindo-lhes o direito de jogar, brincar, correr, praticar esportes, sonhar e lutar pelos seus direitos como cidadãos.

Ao preparar os jovens para a prática esportiva regular, o projeto pretende atuar na valorização do conhecimento, no incentivo às atividades coletivas e na convivência com pessoas de sua faixa etária, almejando como resultado a formação de cidadãos mais bem preparados para o exercício de seus direitos e deveres.

Neste sentido, vale lembrar, que o projeto Acreditar tem como objetivo, oferecer um espaço extra-escolar para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social,

focalizando o aprendizado através de atividades recreativas, lutando contra a falta de oportunidades e incentivo à auto-confiança das crianças e adolescentes, assim como o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, para que elas possam superar as dificuldades e os obstáculos do cotidiano exercendo a cidadania. Além disso, também é meta deste projeto, trabalhar a afetividade, as percepções, a expressão, o raciocínio e a criatividade; estimular a capacidade de conviver em grupo e formar novos laços de amizades; complementar o espaço destinado à educação, aumentando o interesse; estimular a aceitação da vitória ou da derrota e ajudar a fortalecer as relações de solidariedade, fortalecendo os laços de cidadania e fomentando o capital social.

Foto 49: Crianças do projeto Acreditar com o uniforme, moletons confeccionados pelas oficinas dos projetos sociais, com doação da serigrafia.



Fonte: Foto da autora

As crianças participantes do Acreditar compartilham de atividades de lazer, diversão e brincadeiras de socialização:

Foto 50: Brincadeiras e jogos no Acreditar



Fonte: Foto da autora

Foto 51: Brinquedos provenientes de doações da comunidade em geral e dos clubes de serviços



Fonte: Foto da autora

Foto 52: Aulas de música com monitores voluntários



Fonte: Foto da autora

Foto 53: Aulas de informática, as quais ocorrem uma vez por mês na assistência social, monitor voluntário



Fonte: Foto da autora

Foto 54: Reforço escolar turno manhã



Fonte: Foto da autora

Foto 55: Reforço escolar turno tarde



Fonte: Foto da autora

Foto 56: Recreação



Fonte: Foto da autora

Foto 57: Brincadeiras e jogos



Fonte: Foto da autora

Foto 58: Brincadeiras e jogos



Fonte: Foto da autora

Foto 59: Aulas de capoeira com monitores voluntários



Fonte: Foto da autora

Grupo de capoeira se apresentando no 1º Encontro Municipal de Projetos Sociais, aulas ministradas por 2 monitores voluntários e uniforme proveniente de doações de clubes de serviço.

Foto 60: Apresentação do grupo de capoeira do Acreditar



Fonte: Foto da autora

Palestras ministradas por voluntários sobre temas como: sexo, drogas, oportunidades de trabalho, reinserção social, justiça e cidadania.

Foto 61: Palestras



Fonte: Foto da autora

Foto 62: Distribuição das doações da comunidade em geral e dos clubes de serviço



Fonte: Foto da autora

Foto 63: Preparação do reforço alimentar



Fonte: Foto da autora

Foto 64: Reforço alimentar



Fonte: Foto da autora

Foto 65: Distribuição do reforço alimentar



Foto da autora

Torna-se inoxidável ressaltar a importância deste projeto para toda a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social do município de Candelária-RS, uma vez que a partir dessa primeira ação endógena, surgiram inúmeros outros projetos sociais e atendimentos socioassistenciais, que são desenvolvidos a partir da necessidade dessas pessoas tais como:

**BANCO DA SUCATA** – Este projeto visa melhorar a qualidade de vida das famílias desfavorecidas, através de reformas em suas moradias, contribuindo assim, para o processo de reinclusão dos excluídos através da elevação de sua auto-estima e da plena consciência de seus direitos como cidadão.

O material utilizado para as reformas são sobras de construções doadas pela comunidade, comércio e indústria, o qual fica armazenado em um espaço cedido pela Secretaria Municipal de Obras a fim de viabilizar melhores condições de distribuição para as famílias contempladas. Hoje o projeto já beneficiou mais de 50 famílias (participantes e não participantes do projeto Acreditar), as quais participam efetivamente na reforma umas das outras, em forma de mutirão, demonstrando tanto a existência como a colocação em prática do capital social da comunidade candelariense.

Foto 66: Casa antes da reforma do Banco da Sucata



Fonte: Foto da autora

Foto 67: Casa depois da reforma do Banco da Sucata



Fonte: Foto da autora

**MUTIRÃO DA CIDADANIA** – Esta ação socioassistencial vem sendo desenvolvida através do apoio da equipe de voluntários do Gabinete da 1º Dama, bem com também recebe doações oriundas da comunidade, de entidades e de eventos beneficentes, caracterizando um verdadeiro mutirão de solidariedade, fraternidade e companheirismo tanto entre os doadores, quanto entre os voluntários, mas principalmente entre os beneficiários.

As famílias participantes do Mutirão da cidadania são acompanhadas e orientadas pela equipe de voluntários sobre higiene pessoal e cuidados com a saúde, além disso, recebem informações sobre ações ambientalistas, as quais são colocadas em prática nas ruas da cidade todos os sábados durante o dia todo. Pela assiduidade e compromisso recebem auxílio alimentação, proveniente das doações.

Foto 68: Mutirão da cidadania



Fonte: Foto da autora

Foto 69: Doações de alimentos para o Mutirão da cidadania



Fonte: Foto da autora

**HORTA COMUNITÁRIA** – A segurança alimentar e nutricional tem o objetivo de garantir a todo o cidadão o direito humano a uma alimentação com mais qualidade independente da etnia, religião, classe social, sexo, idade, e, por isso desenvolveu-se a hora

comunitária, a fim de sanar essa carência alimentar existente nessas famílias frequentadoras do Projeto Acreditar. Hodiernamente, são aproximadamente 20 famílias, que garantem a alimentação mais saudável da sua família bem como garante uma oportunidade de geração de renda, haja vista que toda a produção depois de dividida entre os participantes pode ser comercializada. Os participantes recebem orientações sobre plantio e cultivo de uma equipe composta por agricultores e técnicos agrícolas voluntários, além da colaboração do grupo de voluntários do Gabinete da 1º Dama. Cada família é responsável pelo cultivo de 6 canteiros de 30 metros de extensão cada, esta extensão de terra foi cedida por um colégio que a anos atrás era uma escola agrícola. Já foi cultivado nesta área alface, beterraba, repolho, rabanete, pepino, mandioca, moranga, batata doce e milho. Este mesmo grupo projeta e planeja um horto de flores para complementar sua renda futura. Provenientes dessas ações positivas, já surgiram rumores de uma possível associação entre os participantes a fim de formarem uma cooperativa para comercializar futuramente esses produtos, o que demonstra mais uma vez, a presença constante de indícios de capital social fomentado por ações endógenas de desenvolvimento.

Foto 70 : Horta comunitária



Fonte: Foto da autora

Foto 71: Almoço comunitário dos participantes da Horta comunitária com os alimentos cultivados por eles próprios



Fonte: Foto da autora

**CAMPANHA DO AGASALHO** - As famílias que se encontram em vulnerabilidade social, pertencentes ao projeto Acreditar são beneficiadas pela Campanha do agasalho durante os meses de abril, maio, junho e julho através das doações arrecadadas pela comunidade em geral, comércio e indústria, para isto, basta as crianças e adolescentes estarem freqüentando assiduamente as atividades propostas pelo projeto, terem um rendimento e comportamento escolar satisfatório, e, estarem devidamente cadastradas no projeto, incluindo os dados de seus familiares viabilizando a separação das roupas e calçados conforme as necessidades específicas de cada família.

Todas as famílias são convidadas a participar dos mutirões de coletas nas residências da população de Candelária, que ocorrem todos os sábados pela manhã, durante os meses acima mencionados, bem como, para ajudar na separação e distribuição dos agasalhos. Esta é uma forma de despertar na comunidade um sentimento de solidariedade fomentando o estoque de capital social.

Foto 72: Campanha do agasalho



Fonte: Foto da autora

Foto 73: Entrega de doações da Campanha do agasalho



Fonte: Foto da autora

**SOPÃO SOLIDÁRIO** – Durante os meses de junho, julho, agosto e setembro o inverno de muitas famílias carentes, participantes ou não do projeto Acreditar, é aquecido com o sopão solidário de inverno, preparado exclusivamente por voluntários e supervisionado por uma nutricionista cedida da Prefeitura Municipal. Os alimentos utilizados são na sua totalidade provenientes de doações da comunidade, supermercados locais, comércio em geral e indústria. O sopão é oferecido 3 vezes por semana na sede do Centro de Múltiplo Uso Acreditar.

Foto 74: Sopão comunitário



Fonte: Foto da autora

Foto 75: Distribuição do sopão comunitário



Foto da autora

OFICINA DE COSTURA – Através de doações de máquinas de costura pelos clubes de serviço do município de Candelária-RS, de costureiras voluntárias, e do incansável grupo de voluntárias do Gabinete da 1º Dama, é possível realizar oficinas de costura que oportunizam a confecção e reforma de roupas, cobertores, roupas de cama. As peças confeccionadas são distribuídas entre as participantes dos cursos e as demais doadas aos participantes do projeto Acreditar. Essas oficinas ocorrem mensalmente, sendo que a cada edição são confeccionadas peças diferentes, oportunizando um rodízio entre os participantes, para que todos desfrutem das mesmas oportunidades de aprendizado. Esta ação também já motivou grupos a discutirem e propor para o ano de 2010 uma cooperativa entre os participantes, a fim de comercializar as peças que aprenderam a confeccionar, descaracterizando completamente esta ação como um assistencialismo tão criticado pela sociedade.

Foto 76: Oficina de costura



Fonte: Foto da autora

Crianças participantes do Acreditar usando os abrigos de moletom confeccionados pela oficina de costura que foram doados para eles:

Foto 77: Crianças beneficiadas com os abrigos de moletom



Fonte: Foto da autora

OFICINA DE FRALDAS – Em parceria com indústrias e clubes de serviço se conseguiu máquinas e matérias para confecção de fraldas e, mais uma vez através dos voluntários do Gabinete da 1ª Dama, são realizadas oficinas que ensinam os participantes a confeccionarem fraldas, o que beneficia diretamente bebês, crianças e jovens que possuem deficiência além de idosos que necessitam desse suporte social. Os participantes são beneficiados tanto com o aprendizado, quanto com as fraldas confeccionadas por eles próprios, o excedente é doado para as pessoas cadastradas que também necessitam.

Foto 78: Oficina de fraldas



Fonte: Foto da autora

ACOMPANHAMENTO DE GESTANTES – Semanalmente, o grupo de voluntárias da 1º Dama, através de um rodízio, promove encontros com grupos de gestantes onde elas aprendem a confeccionar seu próprio enxoval, desenvolvendo suas habilidades através do tricô e costura. Este grupo também recebe orientação psicológica, nutricional, fisioterapêutica e física, desenvolvidas tanto por profissionais cedidos pela Prefeitura Municipal, como por profissionais voluntários. Estas atividades promovem o fortalecimento dos vínculos familiares, vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade.

Foto 79: Cursos para gestantes



Fonte: Foto da autora

OFICINA DE BOLACHAS, PÃES, CUCAS, ALIMENTOS EM GERAL... – Mais uma vez, através da parceria de clubes de serviço, comunidade em geral, comércio e voluntários torna-se possível beneficiar a população carente do município de Candelária através do desenvolvimento de oficinas de bolachas, pães, cucas, salgadinhos, pizzas, enfim, alimentos em geral. São provenientes de doações todos os materiais utilizados como forno, fogão, bacias, travessas, talheres, bem como farinha, açúcar, ovos, óleo, leite, etc... Esta oficinas ocorrem mensalmente sendo que a cada edição são ensinadas receitas diferentes, oportunizando um rodízio entre os participantes, para que todos desfrutem das mesmas oportunidades de aprendizado.

Foto 80: Cursos de culinária



Fonte: Foto da autora

Foto 81: Alimentos produzidos distribuídos entre os participantes



Fonte: Foto da autora

**OFICINA DE PINTURA** – As oficinas de pintura ocorrem normalmente ocorrem mensalmente, salvo nas épocas que antecedem a Páscoa e o Natal, quando o fluxo de confecção das peças para decorar a cidade aumenta significativamente, e, as atividades são obrigadas a se intensificar. As atividades também são ministradas por voluntários do gabinete da 1º Dama, e os materiais também são oriundos de doações da comunidade em geral e dos clubes de serviços. Com o propósito de incentivar o turismo e tornar Candelária uma cidade mais acolhedora foi implantado um projeto paisagístico pela prefeitura Municipal nas ruas, avenidas e praça de Candelária. Toda a comunidade demonstrou-se parceira nesse projeto e as peças confeccionadas nas oficinas de pintura e costura são utilizadas para embelezar a cidade, tornando-a referência estadual e fazendo com que vários município visitem candelária e comprovem a beleza deste maravilhoso trabalho.

Foto 82: Oficina de pintura



Fonte: Foto da autora

**BAILE DOS SONHOS** – Projeto de cunho social desenvolvido através de parcerias entre a sociedade civil, clubes de serviço e voluntários do gabinete da 1º Dama, o qual oportuniza o sonho de apresentar a sociedade candelariense, as jovens adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social. Essas adolescentes recebem durante todo o ano,

orientações psicológicas, pessoal familiar e social, além de participarem e oficinas de arte, costura, cozinha, bijuterias, orientações de etiqueta social e palestras com temas pertinentes a idade, como sexo, drogas, futuro profissional. Esta ação tem como diferencial o apadrinhamento social de empresários locais que custeiam a maior parte dos valores gastos neste projeto.

Foto 83: Meninas participantes do Baile dos sonhos



Fonte: Foto da autora

Foto 84: Baile dos sonhos



Fonte: Foto da autora

EMANCIPAR – Através do diagnóstico das razões que produzem as desigualdades sociais em cada comunidade percebe-se a necessidade de projetar junto às lideranças das próprias comunidades as melhores condições para mudar a realidade, neste sentido, iniciaram-se os trabalhos denominados Emancipar, com o objetivo de fornecer proteção social básica através de oficinas que ministram um melhor aproveitamento de alimentos, reaproveitamento de retalhos, criação e venda de materiais recicláveis, curso de eletricidade, instalações hidráulicas, pedreiro, marcenaria, empregada doméstica, babá, secretária e costura industrial, os quais objetivam promover uma melhora na qualificação da mão de obra e oportunizar melhores condições de emprego no mercado de trabalho.

Como podemos perceber, o Projeto Acreditar não recebe nenhuma ajuda financeira do governo federal, nem é assistido por alguma política pública proveniente deste. Pelo município também não é fornecido verba financeira para o Projeto Acreditar, porém, cabe mencionar que o poder público municipal presta auxílio através de empréstimos de veículos quando necessário e da prestação de serviços feita pelos seus servidores públicos, como marceneiros e pintores, psicólogas e assistentes sociais, além de ceder o espaço o qual o mencionado projeto é desenvolvido. No mais, todas as despesas, todos os materiais necessários para atender as 80 crianças participantes provém de doações dos clubes de serviços e principalmente da sociedade civil.

Foto 85: Alguns integrantes da equipe de voluntários do Projeto Acreditar



Fonte: Foto da autora

Foto 86: Camiseta confeccionada pelas voluntárias do Gabinete da 1ª Dama, para as mesmas utilizarem nas atividades de ação social prestadas.



Fonte: Foto da autora

No projeto Acreditar não existem funcionários ou contratados, todas as ações sócio-assistenciais prestadas são desenvolvidas por voluntários junto aos participantes, como as atividades de alimentação, higiene pessoal, educação, atividades esportivas, culturais e de lazer, além de oficinas e palestras junto às famílias, caracterizando uma mobilização do capital social presente no município.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa possui caráter exploratório, com base num estudo de caso, e visa obter um maior conhecimento referente ao tema desenvolvimento endógeno e exógeno e sua influência sobre o desenvolvimento econômico e social de populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social assistidas por diferentes projetos sociais. Assim, segundo Richardson (1999):

A pesquisa exploratória é usada em casos nos quais é necessário definir o problema com maior precisão e identificar cursos relevantes de ação ou obter dados adicionais antes que se possa desenvolver uma abordagem. Como o nome sugere, a pesquisa exploratória procura explorar um problema ou uma situação para prover critérios e compreensão. A pesquisa exploratória utiliza métodos bastante amplos e versáteis. Os métodos empregados compreendem: levantamentos em fontes secundárias (bibliográficas, documentais e outras), levantamentos de experiência, estudos de casos selecionados e observação informal. (RICHARDSON, 1999, p. 99).

O estudo de caso é apresentado na literatura como uma das estratégias de pesquisa, pois o mesmo permite um maior detalhamento e aprofundamento do objeto de estudo. No presente caso, o projeto terá como unidade de análise os indivíduos envolvidos com o PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e com o Projeto Social Acreditar, sendo o primeiro mantido por recursos do governo federal (exógeno), em convênio com a Prefeitura Municipal, e o segundo de inspiração e manutenção exclusivamente de recursos comunitários locais (endógeno).

As explorações bibliográficas, as explicações dos informantes, e as observações superficiais nos projetos em estudo, permitiram elaborar um questionário, o qual foi aplicado aos responsáveis pelas famílias de beneficiários dos projetos, a partir de uma adaptação do material proposto por Christian Grootaert (Questionário Integrado para medir Capital Social) para pesquisas desenvolvidas pelo Banco Mundial. Para tanto, algumas questões tiveram que ser adaptadas pela autora, uma vez que o questionário original foi desenhado para pesquisar

comunidades. Vale ressaltar que este questionário foi aplicado a 40 responsáveis das famílias participantes do Projeto Acreditar, como também em 40 responsáveis das famílias participantes do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, sendo que destes últimos todos fazem parte do programa e recebem os subsídios do governo federal. Assim sendo, não foram, portanto, entrevistadas as famílias dos participantes do PETI que não são subsidiadas pelo governo federal e sim pela Prefeitura Municipal, isto para manter esclarecido e bem perceptível as diferenças apresentadas entre as ações endógenas X exógenas.

Neste sentido, podemos auferir que os questionários cumprem duas funções básicas:

- descrever as características de um indivíduo ou grupo
- medir determinadas variáveis de um grupo social

E, uma descrição adequada das características de um grupo, tanto beneficia a análise a ser feita por um pesquisador, como também ajuda na compreensão dos fenômenos sociais que ocorrem. Assim, é de responsabilidade do pesquisador determinar o tamanho, a natureza e o conteúdo do questionário de acordo com o problema pesquisado e respeitar o entrevistado como ser humano que pode possuir interesses e necessidades divergentes do pesquisador.

O questionário da presente pesquisa que foi aplicado aos responsáveis dos beneficiários dos projetos Acreditar e PETI é composto por perguntas abertas e fechadas, entrevistas individuais e fora aplicado diretamente pelo pesquisador.

A fim de determinar a efetividade dos projetos de assistência social sob análise, fora aplicado uma análise transversal através de um levantamento de indicadores junto à população assistida pelos respectivos projetos. Entre esses indicadores podemos citar a inclusão de crianças e adolescentes no processo de educação formal, as taxas de evasão escolar, o grau de alfabetização das famílias envolvidas, taxas de desemprego, relações de trabalho, entre outros.

Para a análise utilizamos tanto métodos qualitativos, quanto quantitativos de avaliação. Esse pluralismo metodológico, ou seja, o uso articulado de várias técnicas de investigação é, na verdade, o que no ponto de vista da autora engrandece significativamente em termos de relevância este trabalho.

Além disso, foi utilizado com extrema satisfação e êxito, a técnica da observação participante, a qual, partiu da convivência da autora com as atividades diárias mantidas pelos projetos em estudo, o que com toda certeza contribuiu tanto para a testagem da hipótese formulada inicialmente como para uma maior compreensão dos fatos no momento em que os mesmos estavam ocorrendo em ambos objetos de estudo.

A técnica da observação participante nada mais é, do que um estudo exploratório que consiste em uma observação mais livre, sem fichas ou listas de registros embora se tenha que cumprir as recomendações do plano de observação que deve ser determinado pelos objetivos da pesquisa.

Esta técnica é recomendada para o estudo de grupos e comunidades, pois desta forma o observador adquire mais condições de compreender os hábitos, atitudes, interesses, relações pessoais bem como características da vida diária da comunidade.

A Observação participante por sua vez, exige muito mais o pesquisador do que outras técnicas de estudo, pois além deste ter que dispor de preparo técnico e domínio do conteúdo de todos os elementos envolvidos na metodologia de trabalho precisa ter domínio emocional e afetivo uma vez que interage diretamente com o cotidiano dos entrevistados. Esta interação, na verdade é tanto significativa como gratificante, pois possibilita a obtenção das informações no momento em que ocorrem os fatos, além de possibilitar ao pesquisador uma simultaneidade de ocorrência espontânea ao acontecimento.

Cabe lembrar, que em todos os momentos foi esclarecido o propósito da presença da autora, pois, tornava-se necessário um contato freqüente e permanente, despendendo tempo suficiente no campo para deixar de ser desconhecida, ou tratada como tal. Durante a execução da técnica da observação participante foram observadas diversas reações do grupo, desta forma foram adaptadas algumas posturas e focados determinados aspectos apenas nas ocasiões mais oportunas, enfim, embora houvesse empatia com o grupo, era necessário manter a atenção ao que se passava em volta, desenvolvendo a capacidade de manter-se imparcial. Uma vez que a neutralidade era necessária a pesquisa, a autora não poderia se envolver demasiadamente nos parâmetros afetivos do grupo, o que comprometeria a validade da investigação. Assim, se procurou sempre manter o equilíbrio entre a proximidade e o distanciamento para preservar o espírito crítico necessário.

Para tanto e em linhas gerais, o método de trabalho adotado obedeceu aos seguintes parâmetros:

- leitura de referências bibliográficas que discutiam os conceitos de desenvolvimento endógeno e exógeno;
- leitura de referências bibliográficas sobre políticas públicas sociais e seus efeitos na sociedade;
- leitura de referências bibliográficas que abordavam os diferentes conceitos de capital social e suas interfaces complexas;
- leitura de referências bibliográficas de pesquisas anteriores sobre o tema do estudo, os projetos sociais Acreditar e PETI;
- questionário e entrevistas com os responsáveis das famílias dos beneficiários dos projetos sociais em estudo;
- análise dos questionários e das entrevistas segundo o referencial escolhido: desenvolvimento endógeno x desenvolvimento exógeno.
- descrição dos projetos estudados: Acreditar e PETI.

Passamos à análise dos dados apresentados nos questionários:

Inicialmente foram apresentados aos responsáveis das famílias entrevistadas questões referentes à identificação pessoal (Tópico1), como por exemplo, a idade do entrevistado conforme tabela 1 abaixo:

Tabela 1 : Idade dos entrevistados responsáveis pelos projetos

IDADE	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
MENOS DE 18 ANOS	-	-	-	-
19 – 29 ANOS	17	42,5	14	35
30 – 39 ANOS	11	27,5	16	40
40 – 49 ANOS	8	20	5	12,5
50 ANOS OU MAIS	4	10	5	12,5
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: Pesquisa da autora

De acordo com os dados da tabela 1 podemos verificar que no Acreditar a faixa etária de maior concentração entre os responsáveis encontra-se nas pessoas com idade entre 19 e 29 anos (42, 5%), decrescendo gradualmente à medida que a faixa etária aumenta. Isso caracteriza

que as famílias pertencentes ao Acreditar possuem como responsáveis indivíduos mais jovens em idade ativa para trabalhar, porém alguns com pouca experiência de vida ainda. Já no PETI a faixa etária de maior concentração entre os responsáveis encontra-se nas pessoas com idade entre 30 e 39 anos (40%), pessoas que teoricamente já possuem uma experiência de vida maior viabilizando uma facilidade nas questões de gestão da família, principalmente nas que exigem uma maior responsabilidade.

Tabela 2 : Sexo dos entrevistados responsáveis pelos projetos

SEXO	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
MASCULINO	12	30	14	35
FEMININO	28	70	26	65
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: Pesquisa da autora

Pode-se verificar pelos dados apresentados na tabela 2 referente ao sexo dos responsáveis das famílias envolvidas nos projetos que em ambos predomina o Sexo Feminino, Acreditar 70% e PETI 65%, respectivamente.

Tabela 3: Estado civil dos entrevistados responsáveis pelos projetos

ESTADO CIVIL	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
SOLTEIRO(A)	10	25	8	20
CASADO(A)	1	2,5	6	15
RELAÇÃO ESTÁVEL	24	60	20	50
DIVORCIADO(A)	-	-	-	-
SEPARADO(A)	-	-	2	5
VIÚVO(A)	5	12,5	4	10
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: Pesquisa da autora

Podemos perceber com base nos dados da tabela 3 referente ao estado civil dos entrevistados que das 40 famílias entrevistadas do projeto Acreditar 60% dos seus responsáveis vivem numa relação estável, dados semelhantes ocorrem no PETI onde 50% dos responsáveis vivem em relação estável. O que comprova que cada vez mais as famílias estão se organizando informalmente ao invés da tradicional união civil e religiosa.

Cabe lembrar que, a presença de responsáveis solteiros no Acreditar número que atinge 25% dos entrevistados e no PETI 20% dos entrevistados, demonstra que vivemos em uma sociedade moderna onde as relações familiares desestruturam-se gradativamente.

Já referente ao índice de viúvos (as) nos projetos, tanto no Acreditar 12,5% como no PETI 10%, torna-se relevante, pois demonstra o elevado nº de falecimentos ocorridos nas famílias dos projetos decorrentes de brigas, drogas, tráfico de armas, etc...

Tabela 4: Raça/cor dos entrevistados responsáveis pelos projetos

RAÇA/COR	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
BRANCA	2	5	5	12,5
NEGRA	26	65	25	62,5
MULATA	12	30	10	25
OUTRA				
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: Pesquisa da autora

Segundo a tabela 4, a qual nos apresenta as respostas dos entrevistados referente a raça e cor podemos destacar que em ambos os projetos Acreditar 65% e PETI 50% predomina a cor negra. Já a cor mulata obteve dados não tão expressivos, mas muito significativos sendo que no Acreditar atingiu 30% e no PETI 40%. A cor branca foi a resposta da minoria dos entrevistados, sendo que no Acreditar atingiu apenas 5% e no PETI 10%.

Dando continuidade ao questionário foram apresentadas aos responsáveis das famílias entrevistadas questões referentes às características do domicílio (Tópico 2), como por exemplo, a situação do domicílio do entrevistado conforme tabela 5 abaixo:

Tabela 5 : Situação do domicílio

SITUAÇÃO DOMICÍLIO	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
PRÓPRIO	3	7,5	4	10
ALUGADO			3	7,5
ARRENDADO				
CEDIDO	7	17,5	2	5
OCUPADO	30	75	31	77,5
FINANCIADO				
OUTRA				
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: Pesquisa da autora

Destaca-se como resposta na tabela 5, referente a situação do imóvel a alternativa ocupado, sendo escolhida por 75% dos entrevistados do Acreditar e por 77,5% dos entrevistados do PETI, evidenciando a presença de uma ocupação ilegal nos dois extremos da cidade que reside a maior parte da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

A próxima questão ainda diz respeito ao assunto moradia, porém questiona ao entrevistado qual o tipo de construção da sua moradia. Os dados estão apresentados na tabela 6 a seguir:

Tabela 6: Tipo de construção da moradia do entrevistado

TIPO DE CONSTRUÇÃO	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
TIJOLO/ALVENARIA	3	7,5	7	17,5
MADEIRA	5	12,5	8	20
MATERIAL APROVEITADO/RECICLADO	15	37,5	7	17,5
MISTO	17	42,5	18	45
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: Pesquisa da autora

De acordo com os números apresentados na tabela 6, podemos perceber que no Acreditar 42,5% e no PETI 45% das famílias possuem como tipo de construção nas suas casas material misto, porém, não podemos desmerecer os dados referente a alternativa material aproveitado/reciclado que no projeto Acreditar 37,5% atingiu números bastante expressivos. Um fator que pode ter contribuído para esses dados pode ser o Projeto Banco da Sucata que no decorrer dos anos de 2008 e 2009 já beneficiou mais de 50 famílias dos participantes do projeto Acreditar.

Tabela 7: Número de pessoas que residem no domicílio

Nº PESSOAS QUE RESIDEM NO DOMICÍLIO	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
2				
3				
4	5	12,5	8	20
5	8	20	10	25
6	8	20	12	30
7	10	25	5	12,5
8	6	15	3	7,5
9	3	7,5	1	1
10			1	1
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: Pesquisa da autora

Percebe-se através dos dados apresentados na tabela 7 que em ambos os projetos os números de pessoas que residem nos domicílios é elevadíssimo, o que torna esse trabalho ainda mais relevante, uma vez que já é sabido, que estamos tratando de famílias que vivem em situação de extrema vulnerabilidade social, e, logo com números tão elevados de residentes nos domicílios torna-se perceptível a gravidade da situação e a tamanha dificuldade de solução da mesma.

Neste sentido, podemos verificar que no Acreditar 25% das pessoas entrevistadas responderam que na sua residência vivem 7 pessoas, 20% responderam 6 moradores e igualmente 20%, 5 moradores. Os dados pouco se alteram a medida que sobe o número de residentes, atingindo 15% para as residências com 8 moradores e 7,5% para as residências com 9 moradores.

A situação no PETI não se modifica muito, uma vez que 30% dos entrevistados responderam que na sua residência moram 6 pessoas, 25% responderam 5 moradores, 20% responderam 4 moradores. Dos 40 entrevistados 7,5% responderam que na sua residência vivem 8 moradores, 2,5% responderam 9 moradores e igualmente 2,5% , 10 moradores.

Verifica-se que em ambos os casos nenhuma família é composta por menos de 4 pessoas, o que em famílias de classe média seria uma situação rotineira.

Prosseguindo com o questionário foram apresentadas aos responsáveis das famílias entrevistadas questões referentes à qualificação escolar (Tópico 3) conforme a tabela 8 a seguir:

Tabela 8 : Tipo de escola que frequenta ou frequentou

TIPO DE ESCOLA QUE FREQUENTA OU FREQUENTOU	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
PÚBLICA MUNICIPAL			40	100
PÚBLICA ESTADUAL	40	100		
PARTICULAR				
OUTRA				
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: Pesquisa da autora

Com base nas respostas dos entrevistados é possível perceber que 100% dos entrevistados do Projeto Acreditar frequentou ou frequenta escola pública Estadual e que 100% dos entrevistados do PETI frequentou ou frequenta escola pública Municipal, essa totalidade dos números se dá devido ao fato de proximidade destas escolas com as residências dos entrevistados.

Tabela 9: Grau de instrução do entrevistado

GRAU DE INSTRUÇÃO	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
SABE LER E ESCREVER MAS NÃO FREQUENTOU ESCOLA	7	17,5	12	30
ANALFABETO	12	30	10	25
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	18	45	16	40
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	3	7,5	2	5
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO				
ENSINO MÉDIO COMPLETO				
SUPERIOR INCOMPLETO				
SUPERIOR COMPLETO OU MAIS				
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: Pesquisa da autora

A tabela acima comprova a deficiência que um grande nº dos entrevistados 45% possuem ensino fundamental incompleto, já no PETI esse nº atinge 40%. Outro dado relevante é a incidência de responsáveis entrevistados analfabetos; no projeto Acreditar os nº atingiram 30% e no PETI 25%.

Através dos dados percebe-se que um grande nº de responsáveis entrevistados sabe ler, mas não frequentaram escola. No projeto Acreditar os dados somam 17,5%, já no PETI os dados chegam a 30%.

Já um nível um pouco mais elevado de escolaridade só é atingido por uma minoria em ambos projetos, no Acreditar apenas 7,5% dos entrevistados completaram o ensino fundamental e no PETI apenas 5% concluíram o ensino fundamental comprovando a necessidade de investimentos urgentes em políticas públicas ligadas diretamente a área da educação.

Tabela 10: Situação escolar dos dependentes

SÉRIE ESCOLAR	ACREDITAR		PETI	
NÃO FREQUENTA ESCOLA AINDA	44	25,88	28	18,67
CRECHE MUNICIPAL	7	4,12	21	14
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	81	47,65	51	34
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	31	18,24	39	26
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	4	2,35	7	4,66
ENSINO MÉDIO COMPLETO	3	1,76	4	2,67
SUPERIOR INCOMPLETO				
SUPERIOR COMPLETO OU MAIS				
TOTAL	170	100	150	100

Fonte: Pesquisa da autora

De acordo com a tabela 10 a situação escolar dos dependentes não se altera muito em relação à situação escolar dos responsáveis, os dados com maior índice de resposta continuam sendo aqueles que comprovam uma situação precária em relação ao acesso e a oportunidades de frequentarem escolas por parte dos envolvidos dos projetos.

A maioria dos dependentes de ambos os projetos possuem ensino fundamental incompleto acarretando em dificuldades futuras de oportunidades e de inserção no trabalho formal por parte destes indivíduos.

Dando continuidade ao questionário foram apresentadas aos responsáveis das famílias entrevistadas questões referentes à qualificação profissional (Tópico 4) conforme a tabela 11 a seguir:

Tabela 11: Qualificação profissional do entrevistado

SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
EMPREGADOR				
ASSALARIADO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	9	22,5	4	10
ASSALARIADO SEM CARTEIRA DE TRABALHO				
AUTÔNOMO COM PREVIDÊNCIA SOCIAL				
AUTÔNOMO SEM PREVIDÊNCIA SOCIAL	5	12,5	4	10
APOSENTADO/ PENSIONISTA	2	5	2	5
DESEMPREGADO	6	15	10	25
VIVE DE BISCATES	18	45	20	50
OUTRA				
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: Pesquisa da autora

De acordo com os números apresentados na tabela 11 acima, percebe-se um elevado número de desempregados entrevistados sendo que no Acreditar esse número atinge 15% e no PETI 25%.

Porém, os números mais significantes que encontramos nesta tabela, são os que fazem referência a alternativa de resposta vive de biscates, Acreditar 45% e PETI 50% o que acarreta lamentavelmente em rendas instáveis nessas famílias.

Verifica-se que 22,5% dos representantes das famílias do projeto Acreditar são assalariados com CTPS. Um fator que pode ter contribuído positivamente para a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho formal, são o surgimento de oportunidades que foram facilitadas pelos cursos oferecidos às famílias participantes do projeto.

Tabela 12: Renda do chefe da família

RENDA	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
ATÉ 100,00	1	2,5		
101,00 ATÉ 200,00	10	25	11	27,5
201,00 ATÉ 300,00	13	32,5	14	35
301,00 ATÉ 400,00	6	15	7	17,5
401,00 ATÉ 500,00	9	22,5	8	20
ACIMA DE 500,00	1	2,5		
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: Pesquisa da autora

Dando prosseguimento ao questionário, as próximas questões estão atreladas a relação familiar (Tópico 5) e, por conseguinte, a tabela 12, mais uma vez demonstra que a renda comprova a situação de pobreza e vulnerabilidade social que se encontra essas famílias. Os maiores índices de respostas encontram-se entre R\$ 201,00 e R\$ 300,00 o que caracteriza que as famílias de ambos os projetos envolvidos possuem rendas muito inferiores inclusive ao salário mínimo.

Cabe lembrar que o índice Acreditar 22,5% e PETI 20% se deve aos responsáveis aposentados que possuem como renda 1 salário mínimo.

Tabela 13: Renda familiar

RENDA	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
ATÉ 100,00				
101,00 ATÉ 200,00	6	15	4	10
201,00 ATÉ 300,00	12	30	13	32,5
301,00 ATÉ 400,00	14	35	15	37,5
401,00 ATÉ 500,00	6	15	7	7,5
ACIMA DE 500,00	2	5	1	2,5
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: Pesquisa da autora

De acordo com a tabela 13 acima, mais uma vez a renda comprova a situação de pobreza e vulnerabilidade social que se encontra essas famílias. Mesmo somando a renda de todos os integrantes das famílias os índices de respostas que se destacaram encontram-se numa faixa etária de valores muito baixos, entre R\$301,00 e R\$ 400,00 salientando a existência de rendas muito inferiores inclusive ao salário mínimo, mesmo que computado todos os valores recebidos pelos indivíduos das famílias envolvidas nos projetos sociais.

Feitas essas perguntas, de caráter mais básico com o intuito mais de proporcionar um panorama geral da situação de vulnerabilidade social que estas famílias atendidas pelos projetos sociais se encontram, partimos para as questões mais específicas, direcionadas, as quais objetivam analisar a efetividade e a capacidade de mobilização de capital social existente na comunidade por ambos os projetos em estudo, sendo um mantido por agentes comunitários locais, ou seja, endógeno, e o outro similar, em termos de seus objetivos, porém mantido e apoiado por agentes e recursos exógenos.

Neste viés, iniciamos essa segunda parte da análise dos dados apresentando as respostas obtidas na questão referente a grupos e redes de associação (Tópico 6), a qual indagava aos entrevistados se os mesmos ou qualquer outro membro do seu domicílio pertenciam a mais algum tipo de grupo ou organização, rede ou associação formalmente organizada ou que se reúne regularmente para praticar alguma atividade, ou, apenas conversar sobre assuntos em comum que não seja os projetos em estudo Acreditar/PETI.

Tabela 14: Grupos e redes

	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
SIM	26	65	18	45
NÃO	14	35	22	55
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: pesquisa da autora

Conforme a tabela 14 podemos verificar que a incidência de pessoas que participam de algum tipo de grupo, organização, rede ou associação no Projeto acreditar é perceptivelmente maior (65%) do que a das pessoas que participam do PETI (45%). Os números no Acreditar são superiores aos do PETI devido aos grupos que se formaram a partir das necessidades compartilhadas nas reuniões semanais que ocorrem no projeto Acreditar. Como podemos constatar já no PETI a mesma situação não se faz presente.

A pergunta seguinte questiona qual o tipo de organização ou grupo os entrevistados ou os familiares residentes no seu domicílio fazem parte, e já é possível percebermos uma expressiva diferença entre as respostas dos entrevistados dos dois projetos.

Tabela 15: Tipo de organização ou grupo

<b>ACREDITAR</b>	<b>PETI</b>
MUTIRÃO DA CIDADANIA	PROJETO EMANCIPAR
SOPÃO COMUNITÁRIO	SOPÃO COMUNITÁRIO
BANCO DA SUCATA	BAILE DOS SONHOS
HORTA COMUNITÁRIA	SERVIÇO SENTINELA
OFICINAS DE COSTURA	CAMPANHA DO GASALHO
OFICINA DE CULINÁRIA	
OFICINA E FRALDAS	
GRUPO DE GESTANTES	
BAILE DOS SONHOS	
SERVIÇO SENTINELA	
CAMPANHA DO AGASALHO	

Fonte: pesquisa da autora

Nota-se que os participantes do Acreditar participam de muitos grupos ou organizações, devido a estes grupos estarem relacionados e atingirem a todos os integrantes das famílias do projeto Acreditar.

Já os participantes do PETI participam apenas dos grupos que estão diretamente relacionados aos beneficiários.

A próxima questão mostra segundo as respostas dos entrevistados como uma pessoa passa a ser membro na visão dos beneficiários dos respectivos projetos. Assim podemos verificar que o acesso ao Acreditar independe de aprovação permissão de qualquer órgão ou entidade seja particular, pública ou estatal. É um ato de vontade própria, sem burocracia, apenas compreende um engajamento recíproco firmado entre as famílias interessadas e os voluntários e profissionais envolvidos na organização e manutenção do projeto. Já o acesso ao PETI depende de disponibilidade de vaga e cadastramento, inviabilizando muitas vezes o ingresso das crianças no projeto, contribuindo para a perpetuação da situação de trabalho infantil e de vulnerabilidade social dessas crianças.

A tabela 16 é alusiva ao número de dias de trabalho que os membros do domicílio do entrevistado dedicaram ao projeto (Acreditar/PETI) no ano de 2009:

Tabela 16: Número de dias de trabalho dedicados ao projeto (Acreditar/PETI) no ano de 2009

	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
0	3	7,5	14	35
1-5 DIAS	20	50	16	40
6-10 DIAS	8	20	8	20
MAIS DE 10 DIAS	9	22,5	2	5
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: pesquisa da autora

Percebe-se o engajamento das famílias do Acreditar é bem mais intenso, 50% dos entrevistados responderam que se dedicaram entre 1 a 5 dias no ano de 2009 em atividades ligadas ao projeto, 20% responderam entre 6 a 10 dias e 22,5% responderam que se dedicaram mais de 10 dias em atividades ligadas ao projeto Acreditar.

No PETI este engajamento não ocorre com tanta ênfase, até existe uma parcela que se demonstra interessada em colaborar participando das atividades propostas pelo PETI, mas muitas vezes esta parcela de integrantes é desestimulada devido à falta de um número significativo de participantes, o que acaba acarretando em um enfraquecimento da rede de solidariedade e cidadania proposta pelo projeto.

Tabela 17: Benefícios de fazer parte do projeto (Acreditar/PETI)

	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
MELHORA A RENDA ATUAL DO MEU DOMICÍLIO			28	70
É IMPORTANTE EM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS				
BENEFICIA A COMUNIDADE	38	95	32	80
FACILITA O ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS				
ESTIMULA A EDUCAÇÃO	36	90	38	95
PROPORCIONA OPORTUNIDADES DE INSERÇÃO AO TRABALHO	34	85		
POSIÇÃO SOCIAL E/OU AUTO-ESTIMA	22	55		
PRAZER/DIVERSÃO	5	12,5	2	5
OUTROS				

Fonte: pesquisa da autora

Torna-se visível que os beneficiários do projeto Acreditar possuem consciência de que a participação deles no projeto viabiliza meios alternativos de sobrevivência, isto, é facilmente percebido com base no dados da tabela 17, acima, pois quando questionados quanto aos

maiores benefícios de fazer parte dos projetos, 95% admite que este beneficia a comunidade, ou seja eles mesmos. Neste sentido, pode-se verificar que um grande número dos entrevistados 90% também reconhece a importância do mesmo projeto no que se refere ao estímulo da educação.

Cabe ainda ressaltar que 85% dos entrevistados responsáveis pelo projeto Acreditar reconhecem que as oportunidades de inserção no mercado de trabalho são facilitadas através do aprendizado nos cursos e oficinas ministradas, além da ampliação e do fortalecimento das redes de amizade e convívio social desenvolvidas no projeto. Os participantes do Acreditar são beneficiados diretamente, além das suas famílias, pois estes cursos e oficinas que são fornecidos atingem a todos os integrantes das famílias do projeto Acreditar.

Já os participantes do PETI não possuem uma ligação tão forte com o projeto, isto se torna perceptível a medida que através da convivência se percebe uma certa hostilidade desencadeada pelo excesso de burocracia envolvida nas atividades do PETI, bem como pela ausência de atividades que envolvam toda a família dos beneficiários.

Podemos verificar que 90% dos entrevistados responsáveis pelas famílias dos beneficiários admitem que o PETI estimule a educação e 80% reconhece que beneficia a comunidade, segundo os dados demonstrados na tabela acima. Porém através da técnica da observação participante pude extrair rumores de insatisfação em decorrência das limitações que o projeto demonstra isto devido às regras impostas externamente pelo governo federal que não leva em consideração as especificidades do local.

Se tratando ainda de grupos e redes, porém direcionando mais para questões de afinidades, a seguinte questão faz referência à religião, sexo e raça dos entrevistados e dos membros da sua comunidade.

Tabela 18: Religião, sexo e raça dos entrevistados e da sua comunidade

	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
RELIGIÃO	18	45	18	45
SEXO	18	45	20	50
RAÇA	30	75	22	55

Fonte: pesquisa da autora

Podemos verificar, de acordo com a tabela 18 que os participantes apresentam indícios de identificação, pertencimento. Os dados refletem que eles se sentem enquadrados no mesmo grupo social, condicionando assim, a sua integração na sociedade.

Ainda se tratando de afinidades e sentimentos de pertencimento ao grupo a tabela 19 nos retrata questões referentes à ocupação, formação educacional/grau de escolaridade.

Tabela 19: Ocupação, formação educacional/grau de escolaridade dos entrevistados e da sua comunidade

	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
OCUPAÇÃO	20	50	28	70
FORMAÇÃO EDUCACIONAL/GRAU ESCOLARIDADE	36	90	32	80

Fonte: pesquisa da autora

Pelos dados da tabela acima, podemos compreender que há consciência dos indivíduos entrevistados tanto no Acreditar como no PETI, em relação ao grupo ao qual pertencem, pois, como já vimos em tabelas anteriores tanto o nível de instrução como conseqüentemente a qualificação profissional são extremamente precários nestas famílias. Porém, é sabido que por mais que estas pessoas tenham consciência das suas limitações às mesmas não desenvolvem meios de extrapolar essas barreiras e sair de uma vez dessa condição de miséria social. Reconhecem que este é um vínculo que as une, mas muitas não possuem força, vontade ou sequer estímulo de sair desta condição.

A questão seguinte faz referência à percepção dos entrevistados sobre as fontes de financiamento dos projetos em estudo, as respostas encontram-se na tabela 20, logo a seguir:

Tabela 20: Fontes de financiamento dos projetos em estudo

	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
OS PRÓPRIOS MEMBROS FINANCIAM	10	25		
FONTES LOCAIS / PREFEITURA MUNICIPAL	30	75		
FONTES EXTERNAS/ GOVERNO FEDERAL			40	100
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: pesquisa da autora

Destarte, as famílias dos beneficiários possuem plena consciência de quem financia os projetos, e através da observação participante pude perceber que por mais que saibam quem financia, e de quem é a responsabilidade pelo andamento de cada projeto, insistem em reivindicar “tudo a todos”, muitas vezes perdendo oportunidades de melhoria por ausência de organização. Isto ocorre em ambos os projetos, no PETI as reclamações são ouvidas, mas muito pouco se pode resolver; já no Acreditar, as reclamações são ouvidas e propostas de melhoria e mudanças são sugeridas, porém ainda são poucos os que se propõem a ajudar realmente.

A tabela 21, abaixo, nos apresenta grandes diferenças entre os projetos em relação as pessoas que exercem maior influência, que aconselham ou orientam os grupos dos projetos (Acreditar/PETI). Como podemos perceber no Acreditar a maioria 75% das pessoas influentes que orientam o grupo são pessoas da comunidade ligadas diretamente aos anseios dos envolvidos, pois, pertencem ao grupo. Além destas pessoas o projeto ainda conta com mais os indivíduos que são de fora do grupo, mas que pertence a comunidade, viabilizando, portanto a mobilização principalmente das pessoas envolvidas direta ou indiretamente nos projetos, proporcionando a estes indivíduos oportunidades de se expressar e de trabalhar em prol do seu próprio desenvolvimento e da sua comunidade. Daí a relevância deste trabalho, demonstrar a importância de proporcionar aos indivíduos das famílias de beneficiários possibilidades de eles mesmos perceberem suas necessidades e especificidades e irem em busca de soluções adequadas ao contexto social local.

Tabela 21: Proveniência das pessoas mais influentes, que aconselham ou orientam os grupos dos projetos (Acreditar/PETI)

	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
PERTENCEM AO GRUPO	30	75		
SÃO DE FORA DO GRUPO, MAS PERTENCEM À COMUNIDADE	8	20		
SÃO DE FORA DO GRUPO E NÃO PERTENCEM A COMUNIDADE	2	5	40	100
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: pesquisa da autora

Os entrevistados do PETI não apresentam as mesmas características devido as suas regras e burocracias serem impostas de cima, externamente, não levando em conta as especificidades do local onde o programa esta sendo aplicado.

A última questão do tópico grupos e redes, alude a consciência que os entrevistados possuem no que tange a origem e a criação dos projetos em estudo.

Tabela 22: Origem e criação dos projetos de estudo

	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
O GOVERNO CENTRAL OU FEDERAL			40	100
O GOVERNO LOCAL	12	30		
UM LÍDER LOCAL	10	25		
MEMBROS DA COMUNIDADE	18	45		
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: pesquisa da autora

Nesta tabela os entrevistados do Acreditar se demonstraram um pouco desinformados quanto à questão da origem dos projetos. Imagino que isto ocorra devido à simplicidade com que o projeto vem se desenhando, bem como pela estrutura informal dos envolvidos, haja vista que são voluntários, porém alguns eram ou são ligados a prefeitura ou órgãos públicos, acredito que esta situação acaba gerando certa confusão. Já no PETI na sua totalidade pode-se perceber que está bem evidente, ou seja, que é de conhecimento de todos que o governo central ou federal é o responsável pela origem do projeto.

Dando continuidade as próximas questões estão arraigadas as questões de confiança e solidariedade (Tópico 6). O primeiro questionamento diz respeito, a frequência com que as pessoas do mesmo projeto (Acreditar/PETI) ajudam-se mutuamente. Segue abaixo na tabela 23 as respostas a essa indagação.

Tabela 23: Frequência que as pessoas participantes do mesmo projeto social ajudam-se mutuamente

	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
SEMPRE	4	10	1	2,5
QUASE SEMPRE	28	70	6	15
ALGUMAS VEZES	6	15	30	75
RARAMENTE	2	5	2	5
NUNCA			1	2,5
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: pesquisa da autora

Os números da tabela acima nos mostram dados relevantes na questão social, haja vista que 70% dos entrevistados do Acreditar responderam que quase sempre as pessoas envolvidas no projeto ajudam uma as outras. No PETI os entrevistados responderam na sua maioria que apenas algumas vezes as pessoas envolvidas no projeto ajudam umas as outras e aplicando a técnica da observação participante pude perceber que as respostas seriam maiores na alternativa raramente se não fosse o empenho dos funcionários do PETI em resgatar o mínimo de cidadania das famílias envolvendo-as o máximo possível dentro das limitações existentes nas atividades desenvolvidas pelo projeto.

A pergunta posterior compreende um ponto bem importante, pois aborda uma situação hipotética a qual, os entrevistados são questionados quanto ao tipo de contribuição que poderiam oferecer caso outro projeto da comunidade que não lhe beneficiasse diretamente necessitasse da ajuda dos entrevistados para desenvolver-se.

Tabela 24: Contribuição dos entrevistados para projetos da comunidade que não lhe beneficiassem diretamente

	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
NÃO	4	10	18	45
SIM, CONTRIBUIRIA COM TEMPO	36	90	22	55
SIM, CONTRIBUIRIA COM TEMPO E DINHEIRO				
SIM, CONTRIBUIRIA COM DINHEIRO				
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: pesquisa da autora

Devido à situação de extrema vulnerabilidade social os resultados não são tão surpreendentes, os quais demonstram que ninguém contribuiria com dinheiro em ambos os projetos.

Contudo torna-se visível que as pessoas envolvidas no Acreditar são mais solidárias segundo a tabela acima, haja vista que 90% dos entrevistados responderam que contribuiriam com tempo para um projeto que não lhe beneficiasse diretamente, mas que trouxesse benefícios para a comunidade local.

Dando continuação ao questionário, as próximas questões estão atreladas as ações coletivas e cooperação (Tópico 7) e, por conseguinte, a tabela 25 nos apresenta os dados referentes a participação ou não dos entrevistados ou de alguém do seu domicílio em alguma atividade comunitária que beneficiasse a comunidade nos últimos 6 meses.

Tabela 25: Participação em atividades comunitárias

	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
SIM	29	72,5	13	32,5
NÃO	11	27,5	27	67,5
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: pesquisa da autora

Mais uma vez se comprova nesta tabela que os indivíduos entrevistados participantes do projeto Acreditar cooperam ativamente com atividades comunitárias que beneficiam a comunidade, dos 40 entrevistados, 29% participam de alguma atividade comunitária ou realizam algum trabalho em benefício da comunidade. Já no PETI os números se apresentam de uma forma completamente diferente, pois dos 40 entrevistados apenas 13% participam de alguma atividade comunitária ou realizam algum trabalho em benefício da comunidade.

Complementando a pergunta anterior, para os entrevistados que responderam sim, a próxima pergunta refere-se à quantidade de vezes nos últimos seis meses que estas atividades comunitárias foram prestadas, conforme podemos verificar as respostas na tabela 26, abaixo:

Tabela 26: Quantidade de participações nas atividades comunitárias

	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
1-5	19	65,52	7	53,85
6-10	6	20,69	5	38,46
MAIS DE 10	4	13,79		

TOTAL: 29 Acreditar  
13 PETI

Fonte: pesquisa da autora

Tendo como base somente os 29 entrevistados do Acreditar que responderam que participam de alguma atividade comunitária ou realizam algum trabalho em benefício da comunidade, podemos verificar que a frequência de participações neste projeto é significativamente superior à frequência dos entrevistados do PETI.

Ao serem questionados sobre uma situação hipotética como no caso de algum problema que pudesse afetar diretamente ou indiretamente o bairro/localidade dos entrevistados, os mesmos acreditariam que as pessoas da sua comunidade investiriam seu tempo e trabalho na solução deste problema, as respostas evidenciaram dados muito relevantes como demonstra a tabela 27, a seguir:

Tabela 27: Relação de confiança e ajuda mútua

	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
MUITO PROVÁVEL	14	35	2	5
NEM PROVÁVEL, NEM INPROVÁVEL	12	30	10	25
MUITO IMPROVÁVEL	7	17,5	18	45
NÃO SABE, NÃO RESPONDEU	7	17,5	10	25
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: pesquisa da autora

Comprova-se novamente na tabela 27 que os indivíduos entrevistados participantes do projeto Acreditar confiam e acreditam que as pessoas do seu próprio bairro /localidade cooperam para solucionar problemas que atingem direta ou indiretamente a sua comunidade, pois dos 40 entrevistados 35% acham muito provável que essa relação de ajuda mútua aconteça.

No PETI os números se apresentam de uma forma adversa, onde as relações de confiança supostamente se encontram desestruturadas devido a ausência de estímulos de integração entre as famílias dos beneficiários.

Prosseguindo com o questionário foram apresentadas aos responsáveis das famílias entrevistadas questões referentes à informação e comunicação (Tópico 8). Na primeira questão deste tópico foi indagado aos entrevistados com que frequência eles utilizavam os meios de comunicação, como jornal, rádio, televisão e internet. As tabelas 28 e 29 demonstram o nível cultural em que os entrevistados se encontram, onde as fontes de informação se limitam a rádio e televisão, meios de comunicação os quais não exige esforço de raciocínio intelectual, e que muitas vezes não passam de meros reprodutores de um conhecimento pronto, e nem sempre verídico.

Tabela 28: Frequência com que os entrevistados do projeto Acreditar utilizam os meios de comunicação

**ACREDITAR**

	LÊ JORNAL		HOUE RÁDIO		ASSISTE TV		TEM ACESSO A INTERNET	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
DIARIAMENTE			16	40	28	70		
SEMANALMENTE			8	20	4	10		
ALGUMAS VEZES POR SEMANA			10	25	2	5		
ALGUMAS VEZES POR MÊS	3	7,5						
MENSALMENTE								
RARAMENTE	37	92,5	6	15	6	15		
TOTAL	40	100	40	100	40	100		

Fonte: pesquisa da autora

Tabela 29: Frequência com que os entrevistados do projeto PETI utilizam os meios de comunicação

**PETI**

	LÊ JORNAL		HOUE RÁDIO		ASSISTE TV		TEM ACESSO A INTERNET	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
DIARIAMENTE			12	30	27	67,5		
SEMANALMENTE			10	25	5	12,5		
ALGUMAS VEZES POR SEMANA	2	5	10	25	3	7,5		
ALGUMAS VEZES POR MÊS	10	25					2	5
MENSALMENTE	6	15						
RARAMENTE	22	55	8	20	5	12,5	38	95
TOTAL	40	100	40	100	40	100	40	100

Fonte: pesquisa da autora

Os dados demonstram o nível cultural em que os entrevistados se encontram, onde as fontes de informação se limitam a rádio e televisão, meios de comunicação os quais muitas vezes não passam de meros reprodutores de um conhecimento pronto, e nem sempre verídico.

Percebe-se que no PETI ainda existe um maior acesso aos meios de comunicação que exige um pouco e raciocínio intelectual, ou pelo menos leitura. Alguns destes entrevistados possuem inclusive contato com o mundo virtual, através da internet, é uma pena que os números ainda sejam muito inexpressivos.

No acreditar a situação é ainda mais alarmante, pois são raros os casos que dispõem de viabilidade para interagir com os meios de comunicação que exigem do raciocínio intelectual. Poucos sabem ler, e destes muitos não tem acesso tanto por falta de meios para financiar a compra de um jornal, por exemplo.

Dando seguimento ao questionário daremos início ao Tópico 9 que engloba as questões referentes a coesão e inclusão social conforme a tabela 30 a seguir, que enfatiza as diferenças existentes entre as pessoas de um mesmo bairro, e como o entrevistado percebe essas diferenças:

Tabela 30: Classificação das diferenças entre as pessoas que vivem no mesmo bairro/localidade

	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
EXTREMAMENTE DIFERENTES				
MUITO DIFERENTES	4	10	6	15
RELATIVAMENTE DIFERENTES				
POUCO DIFERENTES	33	82,5	29	72,5
MUITO POUCO DIFERENTES	3	7,5	5	12,5
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: pesquisa da autora

A tabela 30 demonstra que os entrevistados de ambos os projetos consideram que grupo que convive na mesma localidade ou bairro que eles não possuem muitas características adversas, isto se evidencia por talvez todos se encontrarem em situação de vulnerabilidade social. Os casos que não se encaixam nestes dados são considerados em ambas as comunidades, casos isolados, exceções.

Em continuidade a pergunta anterior, os entrevistados foram interrogados a respeito de quais dessas diferenças seriam responsáveis por causar possíveis problemas.

Assim, por terem consciência de que vivem em situação de vulnerabilidade social os entrevistados responderam que os problemas mais frequentes ocasionados pelas diferenças existentes entre o grupo são a discriminação e violência, isto provavelmente em decorrência dos fatores negativos do tráfico de drogas, de armas e da prostituição.

No Acreditar alguns entrevistados citaram a falta de oportunidades desencadeada pelo pré conceito de que se residem em áreas dominadas pelo tráfico, conseqüentemente possuem alguns envolvimento com o mesmo, tornando-se uma pessoa não confiável, não sociável.

Ainda neste viés foi indagado aos entrevistados se os mesmos acreditavam que os problemas ocasionados pelas diferenças entre os membros da comunidade sejam responsáveis por atos de violência.

Diante da pergunta acima as respostas do Acreditar são mais significativas e vão ao encontro da situação já descrita, a qual salienta a opinião da maioria dos entrevistados que

afirma que residir em uma área onde o crime organizado e o tráfico de drogas exercem tanta influência nos moradores, é condenar-se a nunca sair dessa condição de vulnerabilidade social.

No projeto Acreditar uma das entrevistadas iniciou sua resposta com um incisivo... “Sim, as crianças não tem oportunidade, não acham um jeito de melhorar de vida, até estudam, mas não conseguem arrumar um emprego bom depois, por que moram na vila, vão acabar roubando, conhecem os lugar pra depois entrar com os outros pra roubar...E aí, dá nisso, acabam ficando pela vila, por ai, vendendo droga, acham que pelo menos ganham dinheiro pra come, não pensam que podem ser prezo, morto, não pensam no amanhã...”

(ENTREVISTADO 1, Projeto Acreditar)

Ao serem questionados os entrevistados se demonstraram preocupados e insatisfeitos com a situação presente no seu cotidiano...

“...enquanto a gente da duro ralando tem os sem vergonha, vida boa que só atrapalham a vida da gente, se envolve com coisa errada e bota a culpa no governo que não dá solução”

(ENTREVISTADO 2, Projeto Acreditar)

Infelizmente encontram-se ainda pessoas estagnadas, totalmente passivas, esperando alguma solução partir dos órgãos públicos, por mais que estas pessoas estejam cercadas de voluntários formadores de opinião que trabalham em equipe na busca de soluções para os mais diversos problemas das comunidades carentes.

Como desfecho a essa pergunta cabe salientar o repúdio de alguns entrevistados moradores das áreas atingidas pela incontrolável disseminação das drogas...

“Essa maldita droga é o pior de tudo, ela acaba com quem usa e com quem ta perto, quem é da família, que convive, porque as pessoas ficam sem noção, acabam brigando, e matando por nada!”

(ENTREVISTADO 3, Projeto Acreditar)

No PETI, algumas diferenças são citadas como desencadeadoras de discriminação e de conflitos entre os habitantes da mesma comunidade como percebemos na resposta de um dos entrevistados a seguir:

“ Dá muita briga, os branco se acham mais que os preto, ficam só incomodando, pior que lá fora eles se dão melhor que os preto mesmo, a gente mora tudo no mesmo lugar, mas eles sempre tem preferência.”

(ENTREVISTADO 1, PETI)

A situação de extrema vulnerabilidade social se faz presente na indignação de um entrevistado conforme fala descrita abaixo:

“Sim, todo mundo quer um emprego, a gente precisa de dinheiro, tem que come, compra roupa, mas as vezes a gente não vê saída, acha que ta fazendo o certo trabalhando direitinho, mas daí vem os outros que fazem as coisa errada e te deixam sem moral, as criança querem um tênis e eu não posso comprar, mas daí o vizinho pega e rouba, ou vende a droga e tira dinheiro pra compra para os filhos dele... a gente sabe que é ruim, mas uns não entendem, querem a vida fácil e acaba prejudicando todo mundo, a gente acaba passando por ladrão e drogado sem ser, perde emprego, as pessoas olham a gente diferente, como se a gente só pudesse fazer o mal. Ninguém pensa que a gente tem que viver se cuidando, porque dá as brigas, tentam um mata o outro com facão, espeto, pedra, tem uns que são pior que bicho.”

(ENTREVISTADO 2, PETI)

A pergunta seguinte ainda dentro do tópico coesão e inclusão social refere-se à capacidade de tomar decisões e mudar o destino, segue abaixo a tabela 31 com os dados referentes a essa questão:

Tabela 31: Capacidade de tomar decisões e mudar o destino

	ACREDITAR		PETI	
	Nº	%	Nº	%
TOTALMENTE INACAPAZ DE MUDAR	3	7,5	11	27,5
GERALMENTE INACAPAZ DE MUDAR	4	10	4	10
NEM INCAPAZ, NEM CAPAZ	5	12,5	9	22,5
GERALMENTE CAPAZ DE MUDAR	4	10	3	7,5
TOTALMENTE CAPAZ DE MUDAR	19	47,5	7	17,5
NÃO SABE, NÃO RESPONDEU	5	12,5	6	15
TOTAL	40	100	40	100

Fonte: pesquisa da autora

Podemos verificar através dos dados apresentados que enquanto que no Acreditar 47,5% das pessoas entrevistadas Acreditar ser capaz de mudar o seu destino no PETI a apatia dos moradores se evidencia nos dados onde 27,5% se considera totalmente incapaz de mudar seu destino e 22,5% encontram-se num estágio de apatia tão intenso que não se consideram nem capazes, nem incapazes, são seres humanos totalmente passivos, esperando uma chance de mudar sua condição social, porém nada fazem para que essa chance ocorra.

Iniciaremos agora a análise das questões do último tópico, as específicas dos projetos sociais (Tópico 10). As três primeiras perguntas referem-se à percepção do entrevistado quanto a alguma mudança após o início do projeto social, o qual participa referente à sua comunidade, famílias beneficiadas e membros diretamente beneficiados respectivamente...

Para os entrevistados participantes do projeto Acreditar houve sim uma grande mudança significativa na comunidade depois que o projeto iniciou, conforme descreve as respostas dos entrevistados a seguir:

“Sim, as crianças tem pra onde ir enquanto a gente trabalha, a gente fica tranqüila, porque tão lá seguro, aprendendo o que é certo, não tão correndo solto por ai, dando trabalho.”  
(ENTREVISTADO 4, Projeto Acreditar)

Além da questão da segurança das crianças mencionada na citação acima, o sentimento de cooperação também foi citado como um fator positivo de mudança ocorrida.

“Sim, a comunidade se uniu um pouco mais, a gente se reuni uma vez por mês e trocamos idéias, preocupações, a gente pode conversar sobre nossos filhos e decidir o que a gente acha melhor para eles.”  
(ENTREVISTADO 5, Projeto Acreditar)

Cabe salientar também o sentimento de valorização do ser humano expresso por esses entrevistados, através do poder de dialogar e tomar decisões em conjunto a respeito do futuro das crianças da comunidade beneficiadas pelo projeto. Outra mudança positiva refere-se as

oportunidades advindas das especializações geradas através dos cursos de capacitações que atingem as famílias dos beneficiários.

“As pessoas podem fazer os cursos que são oferecidos lá no projeto e assim a gente pode ter uma profissão já que não pode estudar e arrumar um emprego, a gente tem oportunidade que antes não tinha.”

(ENTREVISTADO 6, Projeto Acreditar)

Para os entrevistados do PETI a mais significativa mudança ocorrida foi a diminuição das crianças na rua onde mendigavam e assaltavam, conforme demonstram os trechos a seguir:

“As crianças saíram das ruas, antes viviam por aí, metidas com o que não deve, agora elas tem um lugar pra ficar, pra aprender coisas boas.”

(ENTREVISTADO 3, PETI)

“Sim, as crianças tem pra onde ir enquanto os pais trabalham, não ficam pela rua pedindo, ou roubando.”

(ENTREVISTADO 4, PETI)

“Sim porque antes essas crianças estavam tudo trabalhando, uns nem iam na escola, agora eles tem compromisso, tem que ir no PETI senão perde a vaga, não ganha mais comida e não ganha o dinheiro.”

(ENTREVISTADO 5, PETI)

Nesta última fala podemos perceber a importância dada ao valor que recebem do governo pela criança que frequenta o PETI, além da demonstração de preocupação em perder a vaga no projeto e não poder desfrutar mais de seus benefícios.

Como já fora mencionado anteriormente, a pergunta sobre a ocorrência de alguma mudança após o início do projeto social nas famílias beneficiadas foi aplicada, e, através das respostas obtidas pelos entrevistados do Acreditar se pode perceber que após o surgimento deste projeto se desencadeou uma maior união entre os integrantes das famílias e até entre as famílias como um todo. Podemos perceber facilmente isso através da seguinte fala:

“ Passamos a freqüentar as reuniões do projeto isso une mais a família.”

(ENTREVISTADO 7, Projeto Acreditar)

Outro benefício bastante elogiado pelos entrevistados após o início do projeto são os cursos, as oficinas, enfim, as palestras oferecidas aos familiares dos beneficiários que viabilizam futuras oportunidades de inserção no mercado de trabalho como demonstram os depoimentos a seguir:

“ Através do projeto Acreditar podemos fazer os cursos que temos interesse criando oportunidades de emprego.”

(ENTREVISTADO 8, Projeto Acreditar)

“Sim porque muitos de nós só puderam trabalhar depois de fazer algum curso aqui e aprender alguma coisa, daí a gente pode ter algum dinheiro que antes não tinha, só podia contar com o bolsa família.”

(ENTREVISTADO 9, Projeto Acreditar)

Para as famílias do PETI as mudanças mais significativas ocorridas nas famílias após o início do projeto simbolizam um dos graus mais elevados de seqüestro da dignidade humana uma vez que os entrevistados demonstram satisfação pelo simples fato de os filhos terem um lugar para ir e poder comer como enfatiza o texto do entrevistado abaixo:

“ Sim porque nos ajudou em muitas coisas, por exemplo, as crianças que vem no PETI podem comer durante o tempo que não estão na escola, coisa que nem sempre a gente tem pra dar, a gente como pai fica um pouco mais tranquilo, porque pelo menos tão comendo e tão seguro.”

(ENTREVISTADO 6, PETI)

Outra preocupação amenizada pelo PETI segundo os entrevistados é a questão do ensino, do reforço escolar propriamente dito, pois os pais ou responsáveis dessas crianças na maioria das vezes são ignorantes e não dispõem de conhecimento para auxiliar os filhos nas lições escolares. Essas informações se encontram enfatizadas nas falas a seguir:

“ Sim porque a gente pode trabalhar tranqüilo, a gente sabe que as crianças estão seguras e estão aprendendo tendo reforço do colégio, coisa que a gente não pode ajudar, porque a gente não sabe ler nem escrever.”

(ENTREVISTADO 7, PETI)

“ A gente pode contar com a ajuda que o governo manda, é pouco mas já ajuda, além da gente saber onde são as crianças e que são com gente do bem que vão ensinar alguma coisa pra eles.”

(ENTREVISTADO 8, PETI)

Se tratando da pergunta referente a alguma mudança após o início do projeto social, o qual o entrevistado faz parte, todas as respostas a essa pergunta foram benéficas no que diz respeito a mudanças nos beneficiários, uma vez que todas as crianças demonstraram estar aprendendo alguma coisa, o que já seria satisfatório. Houve uma melhora geral no desempenho escolar, bem como no relacionamento e convívio familiar e escolar. Aprenderam a desenvolver habilidades domésticas e artísticas auxiliando nas tarefas de casa, contribuindo para o sustento da sua família não com o trabalho infantil, mas com atividades lúdicas e prazerosas que podem ser desenvolvidas para auxiliar nas tarefas domésticas; além de estimular a auto-estima e a valorização do ser humano.

“ Minhas filhas aprenderam a fazer coisas de artesanato e continuam fazendo em casa, aprenderam nos cursos e querem fazer pra ganhar um dinheiro, se sentem importante, útil fazendo alguma coisa para ajudar... É bom porque elas aprendem e ensinam a gente”.

(ENTREVISTADO 10, Projeto Acreditar)

“ As crianças aprenderam a ter compromisso, as vezes, quando chove eu nem quero deixar eles ir, porque vão molhar o tênis e depois não tem outro, mas eles querem ir, gostam das pessoas que ajudam lá e das coisas que aprendem”.

(ENTREVISTADO 11, Projeto Acreditar)

“ Eles são aprendendo a lutar pelo seus sonhos e não esperar que tudo caia do céu”.

(ENTREVISTADO 12, Projeto Acreditar)

Nos beneficiários do PETI observou-se uma significativa mudança em relação ao comportamento social, as crianças aprenderam a ter disciplina, cumprir horários e

principalmente respeitar as pessoas, comportamentos que antes eram facilmente burlados pelos beneficiários perante a sua família, escola e sociedade. Pode-se perceber também uma sensível melhora no rendimento escolar em geral, essa situação se evidencia no depoimento abaixo:

“ Eles aprendem muito com as professoras do PETI, elas ajudam eles a entender as matérias do colégio que a gente não sabe ensinar e nem tem tempo pra isso, é melhor eles ficarem lá porque daí estudam pra um dia trabalhar num lugar descente e não ter que fazer o que a gente faz”.

(ENTREVISTADO 9, PETI)

Outra pergunta que fez parte do questionário aplicado intenta sobre a percepção do entrevistado no que tange aos trabalhos desenvolvidos pelos projetos, se estes proporcionam alguma oportunidade de melhoria de vida tanto para os beneficiados diretamente como para as famílias beneficiadas que anteriormente não existia. Destarte, ocorreu unanimidade nas respostas dos entrevistados do Acreditar, pois todos afirmaram que a partir das ações sociais desenvolvidas pelo projeto houve oportunidades de melhoria de vida para os beneficiados e suas respectivas famílias. Na verdade, essa era a hipótese que apostamos desde o início deste trabalho, pois acreditávamos que um dos grandes diferenciais entre os projetos em estudo são as atividades desenvolvidas pelo Acreditar, as quais beneficiam não só seus beneficiários, mas também atinge diretamente suas famílias. Além disso, as ações desenvolvidas não possuem somente caráter assistencialista, facilitador de benefícios como dinheiro, são ações que visam preparar essas pessoas para o mercado de trabalho, para o futuro; como um entrevistado mesmo disse, “não nos basta dar o peixe, tem que nos ensinar a pescar”. Esse fato se comprova nos depoimentos a seguir de entrevistadas quando questionadas sobre as oportunidades de melhoria de vida que surgiram com o desenvolvimento do projeto.

“Com os cursos que a gente pode fazer é possível no futuro a gente ter uma profissão, ganhar um dinheirinho e ajudar em casa, sair dessa situação.”

(ENTREVISTADO 13, Projeto Acreditar)

“ A gente não tem estudo, a gente tem que trabalhar, não quero que meus filhos passem por isso, quero que eles trabalhem num lugar bom, aqui eles podem ver que existem outras coisas possíveis de fazer, e aprendem como fazer, não a ganhar tudo pronto”.

(ENTREVISTADO 14, Projeto Acreditar)

“Sabe, tem gente que xinga, diz que o governo gasta dinheiro com os pobre, que a gente é tudo sem vergonha que não quer trabalhar, isso não é verdade, tem muita gente boa e honesta aqui... Falta é oportunidade pra gente, nos cursos a gente aprender a ganhar o pão, ninguém dá nada, a gente aprende a fazer”.

(ENTREVISTADO 15, Projeto Acreditar)

Para os beneficiários do PETI as melhorias ocorreram em vários sentidos, mas o que torna a situação preocupante é o fato de alguns entrevistados citarem situações que ocorreram mudanças às quais, são extremamente básicas, que não respeitam a dignidade da pessoa humana, como comer, por exemplo. Esses depoimentos reforçam a idéia de que não basta o governo intervir com ações de caráter essencialmente assistencialista e imediatista. Torna-se necessário rever as políticas públicas existentes, a fim de promover concomitantemente com as ações assistenciais medidas que fomentem o desenvolvimento humano e social em um processo contínuo.

“ Eles tem oportunidade de estudar, de ficar ao lado e aprender com gente do bem, de ver coisas boas e certas, não só ruindade, podem pensar em ter futuro”.

(ENTREVISTADO 10, PETI)

“ Sim, porque eles reforçam o estudo, olham filme, podem ver televisão que em casa a gente não tem, sempre aprendem, melhor que tá largado em casa, ou pela rua pedindo”.

(ENTREVISTADO 11, PETI)

“Graças a deus não é o caso dos meus, mas tem muita criança que só se alimenta com o que ganha no PETI, e ainda tem gente que diz que o governo gasta muito com quem não quer trabalhar, coisa de quem não sabe o que fala, nunca passou trabalho, nem fome”.

(ENTREVISTADO 12, PETI)

Passamos a pergunta que indaga aos entrevistados em quais das atividades desenvolvidas pelos projetos sociais, os quais fazem parte, que eles mais se identificam. Assim sendo, podemos perceber através das respostas obtidas, que os entrevistados do Acreditar demonstram ter uma maior identificação com o projeto, devido o mesmo, atingir todos os membros das famílias. No geral os entrevistados aparentam estar muito satisfeitos com o

projeto e principalmente as ações sociais que partem do mesmo. Dentre as ações sociais desenvolvidas os entrevistados demonstraram preferência pelo sopão solidário e pela campanha do agasalho e pelo banco da sucata; ações cujo fim visa sanar apenas necessidades básicas do ser humano, demonstrando a precariedade da situação em que sobrevivem.

Junto a esses depoimentos de satisfação podemos perceber a gratidão com que essas pessoas encaram estas ações sociais, talvez daí partam indícios de uma relação de fé entre as famílias de beneficiários, uma vez que se ajudam mutuamente, pois os mesmos sabem das necessidades e das especificidades da sua comunidade, fomentando assim, a teoria do capital social, objeto de estudo do presente projeto. Abaixo podemos perceber através dos relatos estes indícios...

“Ajudo sempre no sopão. Faço, porque te digo minha filha, é muito triste ser pobre, a gente não pode querer nada porque a gente não consegue e não tem ninguém pela gente, admiro essas pessoas que vem aqui, sei que não ganham nada, mas tão aqui para ajudar, são anjos que Deus manda pra nós”.

(ENTREVISTADO 16, Projeto Acreditar)

“Através do banco da sucata eu pude melhorar a minha casa, a gente tem que fazer pela gente, não dá para esperar que os outros façam, de que adianta reclamar e não fazer nada, se a gente se une tem força pra ir bem mais longe, fazer bem mais coisas”.

(ENTREVISTADO 17, Projeto Acreditar)

“Acho que as mais importantes são o sopão e a campanha do agasalho, além dos cursos de costura, culinária, porque todo mundo precisa comer e se vestir e estes outros cursos dão a oportunidade de conseguir emprego”.

(ENTREVISTADO 18, Projeto Acreditar)

Outro fator importante já mencionado, mas que merece destaque são as oficinas e cursos promovidos pelo Acreditar através de materiais e capital humano voluntário. Com a utilização da técnica da observação participante pode-se apreciar estes magníficos atos de solidariedade e compaixão. Através do acompanhamento durante a realização de vários cursos e oficinas tornou-se perceptível a vontade que estas pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social possuem de se organizar e formar grupos ou associações que

futuramente auxiliem no surgimento de oportunidades de emprego ou quem sabe no próprio sustento das famílias. Pois, ainda é perceptível a ausência de líderes que estimulem o desenvolvimento social dessas famílias, fato que constatamos na fala a seguir:

“ Com os cursos, participo de todos, já fiz de culinária, costura, bolacha, edredom, moletom, vários, como não tenho emprego, faço faxina, aproveito para participar, nos cursos a gente sempre combina de se reunir depois e formar um grupo de trabalho para fazer as coisas e depois vender, mas falta gente que lidere isso”.

(ENTREVISTADO 19, Projeto Acreditar)

No depoimento abaixo podemos verificar a necessidade de enfatizar a questão da auto-estima, da valorização do ser humano como cidadão de direitos e obrigações, para que os mesmos desenvolvam capacidades de liderança, e se tornem pessoas plenamente capazes de acreditar, superar e conquistar. Torna-se inolvidável mencionar que não se pode roubar a esperança de viver dessas pessoas, pois muitas vezes isso é a única coisa que eles possuem. Na verdade, estão acostumados, dado sua história de vida, a sobreviver à margem de tudo que se possa definir abstratamente como cidadania, e diante da pergunta sua resposta foi muito singela, além de marcada por um incômodo conformismo:

“As gurias estão muito felizes, as pequenas já esperam ansiosamente chegar os 15 anos para participar do baile dos sonhos, pra elas é uma conquista, se sentem princesas, é um sonho colocar vestido, ganhar roupa nova, se dedicam o ano todo, participam das tarefas com gosto, pra poder participar o baile, ajuda elas a sentir que podem realizar seus sonhos, a acreditar nelas mesmas”.

(ENTREVISTADO 20, Projeto Acreditar)

A situação de ausência de oportunidades no PETI não é diferente do que ocorre no Acreditar, porém existem limitações quanto ao desenvolvimento de ações que não são diretamente relacionadas aos beneficiários uma vez que o governo disponibiliza verba para o atendimento de um determinado público alvo, e portanto se for necessário disponibilizar materiais, capital humano ou qualquer outro custo que não esteja previsto no orçamento aprovado pelo governo, acaba se tornando inviável a execução de quaisquer ações sociais, salvo se forem desempenhadas através de materiais e capital humano voluntário; o que muitas vezes ocorre, graças ao espírito de liderança e solidariedade da equipe responsável pelo PETI.

Um exemplo é o bric que ocorre uma vez por mês, onde são comercializados por valores irrisórios roupas, calçados, e outros objetos doados por voluntários da comunidade.

“ Gosto muito do bric que tem lá no PETI a gente pode comprar coisas que a gente precisa como roupa, sapato, bem barato, isso ajuda a gente muito, pois com o que a gente ganha não dá pra comprar coisa nova nas lojas”.

(ENTREVISTADO 13, PETI)

Além do bric, a equipe do PETI organiza reuniões e palestras sobre assuntos gerais que interessem as famílias em geral, a fim de atrair esses familiares e expor o mínimo de conhecimento sobre educação, normas e deveres do cidadão e normas convivência familiar e social.

“Gosto das palestras que tem com as psicólogas, elas orientam a gente como educar melhor nossos filhos”.

(ENTREVISTADO 14, PETI)

Ao serem questionados se participam dessas atividades mencionadas por eles próprios por se identificarem com as mesmas, os entrevistados participantes do Projeto Acreditar demonstraram-se bastante interessados e participativos. Os entrevistados do PETI já não apresentaram tanta empatia, isto porque as atividades que são prestadas pelo projeto atingem quase que na sua totalidade apenas os beneficiários diretos do projeto.

Destarte, nos depoimentos abaixo dos entrevistados do Acreditar, podemos verificar o quanto o presente estudo é pertinente haja vista, que em todas as falas se faz presente à questão do caráter endógeno ser fomentador de capital social... Dessa forma, fica evidenciado as relações de fidúcia, onde os frequentadores das oficinas e dos cursos ajudam-se mutuamente e o caráter endógeno pois as ações sociais desenvolvidas partem das necessidades levantadas pela própria comunidade.

“ Ajudo a fazer o sopão, a gente faz rodízio entre as voluntárias, um dia eu pico as verduras, outro dia ajudo na distribuição, a gente se reúne de manhã e vê o que cada uma faz... Quando tem campanha do agasalho ajudo também, a gente separa as peças de roupa, acha os pares dos

sapatos... E participo do mutirão da cidadania, ajudando a limpar as ruas da cidade a manter tudo organizado.

(ENTREVISTADO 21, Projeto Acreditar)

“ Participo do banco da sucata, já ajudei a reformar mais de 10 casas, já ajudei nas oficinas de marcenaria também, primeiro fiz o curso e depois como já tinha aprendido, ajudai a ensinar os outros, a gente tem que ajudar pra ser ajudado”.

(ENTREVISTADO 22, Projeto Acreditar)

“ Sim, participo da horta comunitária a gente se ajuda ensinando uns aos outros, dividimos toda a nossa produção, ajuda um monte porque podemos comer alimento que a gente mesmo plantou e ainda sobra pra dar para os vizinhos que também precisam, um dia agente quer formar um grupo e plantar bem mais para poder vender depois e ganhar um dinheiro a mais”.

(ENTREVISTADO 23, Projeto Acreditar)

“ Minha filha participou do curso de gestante e eu e ela fizemos juntas a oficina de fraldas e o curso de tricô para roupinhas de bebê, achei ótimo porque pude estar perto dela além de aprender e ensinar tudo o que sei”.

(ENTREVISTADO 24, Projeto Acreditar)

Com o intuito de disponibilizar uma livre expressão para os entrevistados, lhes foi questionado quais as ações que poderiam ser desenvolvidas pelo projeto ao qual fazem parte, além das já desenvolvidas.

E, diante desta pergunta a unanimidade dos entrevistados do projeto Acreditar responderam que gostariam que o projeto fosse desenvolvido diariamente, porém, todos tem consciência que para isso acontecer o trabalho voluntariado precisaria de mais reforço, e isto não é tarefa fácil de se conseguir, uma vez que o grupo precisa estar comprometido com a ação social, para não correr o risco de se perder voluntários no meio do processo de desenvolvimento das atividades elaboradas, prejudicando assim o andamento das ações. Segundo os entrevistados falta para o projeto também objetos lúdicos utilizados para as brincadeiras pedagógicas e uma praça tipo playground, o que pode ser adquirido através de doações de empresas e apoio da comunidade.

“ Poderia ter mais brinquedos para as crianças, tanto pequenos, tipo jogos, etc... Como também, aquelas praças de madeira ou plástico... Mas sei que é difícil, porque tem um pessoal aqui da vila que poderia roubar”.

(ENTREVISTADO 25, Projeto Acreditar)

“Querida que tivesse o projeto todos os dias, e que tivesse mais gente para ajudar”.

(ENTREVISTADO 26, Projeto Acreditar)

No PETI como já vimos anteriormente os entrevistados demonstraram interesse na realização de atividades que atinjam a todos os integrantes das famílias, mas ao mesmo tempo, sabem que a equipe do PETI não dispõe de recursos financeiros nem de muitos voluntários, como demonstra o depoimento a seguir:

“ Gostaria que os pais tivessem mais atividades para fazer relacionadas ao PETI, mas sei que as professoras já fazem o que podem porque não vem dinheiro pra isso.”

(ENTREVISTADO 15, PETI)

Essa situação reforça ainda mais o objeto e estudo do presente projeto haja vista que o grupo de voluntariado oscila demasiadamente devido a falta de vínculo, ou seja, de identidade entre os participantes, haja vista que as regras e limitações do PETI impostas exogenamente pelas políticas públicas do governo federal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a magnitude do tema, bem como suas múltiplas implicações, temos consciência que muitos pontos podem ter ficado em aberto, pois apenas discutimos aqueles aspectos que reputamos essenciais à apreensão da proposta.

Assim, o que se pretendeu demonstrar com o transcurso da presente dissertação, inicialmente, foi a contextualização do conceito de desenvolvimento e a sua relação com o desencadeamento da pobreza e da exclusão social, já que eles não podem ser considerados como um termo isolado, de uso meramente descritivo. Ao revés, eles impõem conceitos dinâmicos, com contextos sinérgicos amplos que retratam a realidade da falta de aplicabilidade dos direitos sociais.

Para tanto, traçaram-se algumas características e efetividades do processo de desenvolvimento endógeno, bem como se analisou criticamente o paradoxo existente entre a positivação dos direitos fundamentais sociais e a omissão pública nesse contexto.

Feitas essas considerações, extremamente necessárias acerca da pobreza e da exclusão social provenientes do desenvolvimento de cunho essencialmente econômico, vale consignar, por derradeiro, que a tarefa central do presente trabalho, aqui chega ao fim pelo objetivo a que se propôs, ressaltando, todavia, que certamente, teve-se a oportunidade de tratar sobre aqueles aspectos que reputamos de maior importância para a boa fluidez do cerne da proposta, qual seja o reconhecimento da importância do capital social e do protagonismo das organizações locais no processo de desenvolvimento.

Demonstrou-se, no decorrer da investigação, que embora o conceito de capital social seja ainda problemático e multifacetado, o mesmo poder ser uma ferramenta útil para auxiliar comunidades e governos a resolverem problemas de relevância, atingindo conseqüentemente o desenvolvimento almejado. Percebe-se enfim, que existem outros fatores tão importantes quanto os indicadores econômicos para serem analisados, como a presença e a qualidade das relações sociais, em se tratando de desencadear e qualificar o processo de desenvolvimento.

Aliás, nesse ínterim, pode-se dizer que já se torna perceptível a influência do capital social sobre o desenvolvimento de determinada localidade, pois, é através de uma base de estruturação fundamentada em elementos como cooperação, civismo e confiança mútua, ou seja, capital social, atrelados aos elementos econômicos e tecnológicos de forma sinérgica visando atingir um objetivo comum que se traça o caminho do desenvolvimento. Cabe auferir, que a análise e avaliação destes indicadores sócio-culturais são imprescindíveis na explicação das causas das diferenças regionais.

Destarte, da mesma forma que o capital social, o desenvolvimento tampouco resulta da cooperação espontânea dos contatos sociais, mas exige uma intervenção consciente e deliberada de organizações públicas. Este é o caso do município de Candelária –RS, o qual possui um estoque de capital social que é constantemente fomentado através da inclusão social dos excluídos pelos projetos sociais de gênese e concepção endógena apoiados pelo poder público municipal.

Nesse passo, tornou-se mister tanto ressaltar a função e as responsabilidades do Estado, bem como capacitar as comunidades para que elas próprias possam se organizar para solucionar os seus problemas e exigir de maneira sensata os seus direitos, condições básicas na busca de uma sociedade justa, democrática e participativa.

Assim, frente à complexidade das sociedades urbanas modernas, é importante repensarmos as estratégias de ações sociais frente à participação do terceiro setor, pois, ao levarmos em conta o estudo de caso do presente trabalho, os projetos sociais desenvolvidos no município de Candelária – RS, fica evidenciado, que apesar das ações voluntárias, da ajuda mútua, enfim, do capital social, se configurar uma esfera distinta do Estado e do mercado, estes

tendem a articular-se frequentemente a instituições, empresas privadas e agências estatais no combate à pobreza.

Certamente, esta interação acarretará inúmeros conflitos, principalmente em situações de transição política, o que inevitavelmente irá vulnerabilizar as instituições voluntárias, porém, é necessário adjudicar essa interação, pois essa sincronia potencializará futuras possibilidades de cooperação social e combate à exclusão social.

Assim, por tudo que se evidenciou até aqui, afirmamos que apenas a participação local não gera forças suficientes para a transformação da sociedade, mas que é a partir do plano local que se concentram as energias, as experiências, enfim as forças sociais da comunidade que constituem o poder local daquela região, esta é a fonte do verdadeiro capital social, aquele que nasce e se alimenta da solidariedade, da coesão social, e gera forças emancipatórias de transformação social.

Nesse sentido, resta uma necessidade premente que as comunidades locais fortaleçam suas organizações, a fim de evitar que organizações externas limitem suas potencialidades de atuação. Pois, é justamente esta capacidade de comandar o próprio processo de desenvolvimento e de mobilizar suas potencialidades, que viabiliza o desenvolvimento endógeno.

Por fim, ao nosso sentir, de acordo com os argumentos acima expostos, alinhamo-nos, ressaltando que a sustentabilidade do desenvolvimento endógeno só será possível através da articulação constante de novas formas de inclusão dos atores sociais, a fim de que estes possam protagonizar e efetivar as ações que emergem da própria iniciativa local.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, Jair. *Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista*. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14. dez, 1996.
- ABRAMOVAY, R. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Economia Aplicada, São Paulo, v. IV, p. 379-397, 2000.
- ALBUQUERQUE, R.C; KNOOP, J. As políticas sociais no Brasil: desafios. In: VELLOSO, J.P; ALBUQUERQUE, R.C; KNOOP, J. *Políticas sociais no Brasil: descentralização, eficiência e equidade*. Rio de Janeiro: Inae; Ildes, 1995.
- ALENCAR, Edgar; GOMES, Marcos A. O. *Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo*. Lavras: Ufla/Faepe, 1998.
- AMARAL FILHO, Jair do. *A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local*. In IPEA, n.23. p. 262-286, 2001.
- ARENDT, H. *A Condição Humana*. 9a Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1999.
- BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro. (org) *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- BANDEIRA, Pedro. Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza. *Capital Social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- BAQUERO, Marcello. *Capital Social, Desenvolvimento Sustentável e democracia na América Latina*. Porto Alegre: Ed, UFRGS, 2007.
- BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. *Desenvolvimento Regional, democracia local e capital social*. Ijuí: Ed, Unijuí, 2008.

BARQUERO, Antonio Vázquez. *Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização*. Porto Alegre: Ed, UFRGS, 2002

BARROS, R.P, HENRIQUES, R. & MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. In R Henriques (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, Rio de Janeiro, p. 21-47, 2000.

BARROS, R.P, HENRIQUES, R. & MENDONÇA, R. *Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* p.123-142, 2000.

BASSAN, Dilani Silveira. *Desenvolvimento desigual na região do Vale do Rio pardo*. 2002. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado- Universidade de Santa Cruz do Sul, 2002.

BECKER, D.F., WITTMANN, M.L. (Org) *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BECKER, D.F. Capital social: uma nova derivação da economia de mercado. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza. *Capital Social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BOISIER, Sergio E. *El difícil arte de hacer region*. Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Cusco, CBC, 1992

BOISIER, Sergio E. *Sociedad civil, participacion, conocimiento y gestion territorial*. Santiago de Chile, ILPES, 1997.

BORDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afânio. *Escritos de educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BRANDÃO, Alberto de O.; SILVA, Andréa de; GUADGININ, Luis Alberto. *Das origens do Estado ao advento do Terceiro Setor*. In: ENAPAD, 26., 1998, Foz do Iguaçu.

BRANDÃO, Carlos A. *Localismos, mitologias e banalizações na discussão do processo de desenvolvimento*. In: Encontro Nacional de Economia Política, 7., 2002, Curitiba, maio 2002.

BROSE, Markus. *Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho*. Santa cruz do Sul/RS, EDUNISC, 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. *Participação social no Brasil hoje*. Polis Papers, n.2, 1998. Disponível em: [<http://www.polis.org.br/publicações/papers/19982.html>] . Acesso em: 04 jun. 2009.

COHEN, Ernesto, FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLEMAN, James S. Social Capital. In: Winship. Christopher; ROSEN, Sherwin (org.). *Organizations and Institutions: sociological and economic approaches to the analysis of social structure. Foundation of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990. Cap. 12, p. 300-321.

CORREA, Darcisio. *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

CORREA, Silvio Marcus de Souza (org.) – *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

COSTA, Antonio C. G. *Por uma cultura de cooperação: capital social e mobilização empresarial de base*. Brasília: Sebrae, 2002.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Sustentabilidade e endogenização: novos paradigmas para o desenvolvimento regional. In. BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. *Desenvolvimento regional-local: determinantes e desafios contemporâneos*, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 187-228.

DA MATTA, R. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan., 1990.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

DE FRANCO, A. A revolução do local - globalização, glocalização, localização. Brasília: AED/São Paulo: Ed. Cultura, 2003/2004.

DE FRANCO, A. Pobreza e desenvolvimento local. Brasília: AED, 2002.

DOWBOR, Ladislau. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. In: BAVA, Silvio Caccia (Org.). *Desenvolvimento local*. São Paulo: Polis, n.25, 1996.

ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. [Lei Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990](#). Brasil.

FAMURS – federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. Disponível em: [ <http://www.famurs.com.br/informacoesMunicipais>] Acesso em 5 ago. 2009.

FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: [<http://fee.rs.gov.br/sitefee>] Acesso em 10 maio. 2009.

FERNANDES, Rubem C. O que é o Terceiro Setor. In: IOSCHPE, E. (Org). *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. *Redefinição política ou despolitização?* As concepções de “terceiro setor” no Brasil. *Revista Katálysis*, Florianópolis, nº 5, jul.-dez, 2001.

FRANCO, Augusto de. *Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. Brasília: Instituto de Política; Millenium, 2000.

FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GODBOUT, J., 1999. *O Espírito da Dádiva*. Rio de Janeiro: Editora FGV

GOOGLE EARTH E MAPS. Disponível em: [www.Tecnologia.Terra.com.br](http://www.Tecnologia.Terra.com.br) . Acesso em 10 nov. 2008.

GOMES, Mônica A., PEREIRA, Maria L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciênc. saúde coletiva*, Abr 2005, vol.10, no.2, p.357-363.

GOREZEVSKI, Clóvis (org.). *Direitos Humanos Educação e Cidadania*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

GOREZEVSKI, Clóvis; REIS Jorge Renato dos. (org.). *Direitos fundamentais sociais como paradigmas de uma sociedade fraterna*. Santa Cruz do Sul: Ed. IPR, 2008.

GROOTAERT, Christiaan et al. *Measuring social capital: an integrated questionnaire*. Washington, World Bank Working Paper, nº 18, 2004.

HADDAD Paulo, R. *Cultura e associativismo*. Apresentado no Seminário do BNDS sobre Arranjos Produtivos Locais. Belo Horizonte, set, 2004. Disponível em: [[http://www.bnds.gov.br/conhecimento/seminário/apl\\_texto2.pdf](http://www.bnds.gov.br/conhecimento/seminário/apl_texto2.pdf)]. Acesso em: 08 mar.2009.

HERMET, Guy. *Cultura e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HIGGINS, Silvio Salej. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos, 2005.

JANUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores Sociais no Brasil*. Campinas, SP: Alínea, 2003.

KALOUSTIAN S.M; FERRARI M. *Família brasileira, a base de tudo*. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília, 1994.

KLIKSBERG, Bernardo. *Desigualdade na América Latina: O debate adiado*. São Paulo, Cortez: UNESCO, 2000.

KLIKSBERG, Bernardo. Capital social e cultura: chaves esquecidas do desenvolvimento. In: *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo, Cortez: UNESCO, 2001.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME  
Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>, vários acessos.

MAGALHÃES, Rosana. Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. *Cad. Saúde Pública*, vol.18, 2002.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARSIGLIA, Javier. Desenvolvimento e gestão local: temas e atores em um cenário de mudanças. In: BAVA, Silvio, C. (org). *Desenvolvimento local*. São Paulo: Polis, n.25, 1996.

MARTINS, J.S. (org.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. (2ª ed.). Ed. Hucitec, São Paulo, 1993.

MILANI, Carlos R. S. *Como articular o 'capital' e o 'social'? Teorias sobre o capital social e implicações para o desenvolvimento local*. In *Redes*, Santa Cruz do Sul, Edunisc, v. 9, n. 2, p. 31-54, 2004.

MILANI, Carlos R.S. *Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local*. In *Redes*, Santa Cruz do Sul: Edunisc, v. 12, n.1, p. 195 - 224, jan/abr. 2007.

MONASTERIO, Leonardo M. Capital social e crescimento econômico no Rio Grande do Sul. In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro. (org) *Respostas regionais aos desafios da globalização*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

MORAES, Jorge. L. A de. Capital social: e desenvolvimento regional. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza. *Capital Social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Reforma do Estado e democratização do poder local. In: VILLAS-BÔAS, Renata; TELLES, Vera (Orgs). *Poder local, participação popular, construção da*

*cidadania*. São Paulo: Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais, 1995.

POCHMANN, M. (Org). Desenvolvimento, trabalho e solidariedade. Novos caminhos para inclusão social. São Paulo: Cortez, 2002.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

RICHARDSON, R.J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

RIEDL, Mario e VOGT, Olgário – Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social, in CORREA, Silvio Marcus de Souza (org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

RIST, Gilbert. La cultura y el capital social: cómplices o víctimas del “desarrollo”? In: KLIKSBURG, Bernardo; TOMASSINI, Luciano (Compiladores). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: Banco Interamericano de Desarrollo; Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2.000.

ROMÃO, Mauricio. Distribuição de renda, Pobreza e desigualdades regionais no Brasil. In: CAMARGO, José, GIAMBIAGI, Fábio (Orgs). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

SAPELLI, Denise M. *Indicadores de Capital Social numa organização do Terceiro Setor*. 2006. Dissertação (Programa de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Educação, Ibiguaçu-SC).

SCHMIDT, João Pedro. Exclusão, Inclusão e Capital Social: O Capital Social na ações de inclusão. In: REIS, Jorge R.; LEAL, Rogério Gesta. *Direitos Sociais e Políticas Públicas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Ática, 1998.

SKIDMORE, David. Sociedade civil, capital social e desenvolvimento econômico. In. ABREU, Alzira. *Transição em fragmentos: Desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

SKOCPOL, Theda e Morris P. Fiorina (org). *Civic Engagement in American Democracy*. Nova York, The Brroklin Institution Press, 1999.

SOUZA, Marcelo. Quem são os “fora-de-escola” do Barsil? Como vai? Revista População Brasileira, Ano 2, n. 2. Brasília, set, 1997.

SOUZA, Maria Luiza. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Evolução econômica e social da região do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

TENÓRIO Fernando. G. (Org). *Cidadania e desenvolvimento local*. Ijuí, Unijuí, 2007.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VOGT, Olgário Paulo. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o Capital Social*. 2006. 435 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2006.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANEXO A – Questionário aplicado aos responsáveis pelas famílias participantes dos projetos  
Acreditar e PETI

QUAL DOS PROJETOS DE AÇÃO SOCIAL VOCÊ PARTICIPA?  
 ACREDITAR       PETI

**1. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL**

1.1 IDADE \_\_\_\_\_

1.2 SEXO  
 M     F

1.3 ESTADO CIVIL  
 SOLTEIRO(A)  
 CASADO(A)  
 RELAÇÃO ESTÁVEL  
 DIVORCIADO(A)  
 SEPARADO(A)  
 VÍUVO(A)

1.4 RAÇA/COR  
 BRANCA  
 NEGRA  
 MULATA  
 OUTRA

**2. CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO**

2.1 SITUAÇÃO  
 PRÓPRIO  
 ALUGADO  
 ARRENDADO  
 CEDIDO  
 OCUPADO  
 FINANCIADO  
 OUTRA

2.2 TIPO DE CONSTRUÇÃO  
 TIJOLO/ALVENARIA  
 MADEIRA  
 MATERIAL APROVEITADO/RECICLADO  
 MISTO

2.3 NÚMERO DE PESSOAS QUE RESIDEM NO DOMICÍLIO \_\_\_\_\_

**3 QUALIFICAÇÃO ESCOLAR**

3.2 TIPO DE ESCOLA QUE FREQUENTA OU FREQUENTOU  
 PÚBLICA MUNICIPAL  
 PÚBLICA ESTADUAL  
 PARTICULAR  
 OUTRA

**3.3 GRAU DE INSTRUÇÃO**

- SABE LER E ESCREVER MAS NÃO FREQUENTOU ESCOLA  
 ANALFABETO  
 ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO  
 ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO  
 ENSINO MÉDIO INCOMPLETO  
 ENSINO MÉDIO COMPLETO  
 SUPERIOR INCOMPLETO  
 SUPERIOR COMPLETO OU MAIS

**3.4 SITUAÇÃO ESCOLAR DOS DEPENDENTES**

IDADE	SEXO	SERIE ESCOLAR

**4. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL****4.1 SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

- EMPREGADOR  
 ASSALARIADO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA  
 ASSALARIADO SEM CARTEIRA DE TRABALHO  
 AUTÔNOMO COM PREVIDÊNCIA SOCIAL  
 AUTÔNOMO SEM PREVIDÊNCIA SOCIAL  
 APOSENTADO/ PENSIONISTA  
 DESEMPREGADO  
 VIVE DE BISCATES  
 OUTRA

**4.2 RENDA CHEFE DA FAMÍLIA R\$** \_\_\_\_\_

**4.3 RENDA FAMILIAR R\$** \_\_\_\_\_

**5. GRUPOS E REDES**

**5.1 VOCÊ OU QUALQUER OUTRO MEMBRO DO SEU DOMICÍLIO PERTENCE A MAIS ALGUM TIPO DE GRUPO OU ORGANIZAÇÃO, REDE OU ASSOCIAÇÃO FORMALMENTE ORGANIZADO OU QUE SE REÚNE REGULARMENTE PARA PRATICAR ALGUMA ATIVIDADE, OU, APENAS CONVERSAR SOBRE ASSUNTOS EM COMUM QUE NÃO SEJA O PROJETO (ACREDITAR/PETI)?**

- SIM  
 NÃO

**5.2 QUAL O TIPO DE ORGANIZAÇÃO OU GRUPO** \_\_\_\_\_

**5.3 COMO UMA PESSOA PASSA A SER MEMBRO DO PROJETO (ACREDITAR/PETI)**

**5.4 QUANTOS DIAS DE TRABALHO OS MEMBROS DO SEU DOMICÍLIO DEDICARAM AO PROJETO (ACREDITAR/PETI) NO ANO DE 2009** \_\_\_\_\_

**5.5 NA SUA OPINIÃO, QUAL É O MAIOR BENEFÍCIO DE FAZER PARTE DO PROJETO (ACREDITAR/PETI)**

- MELHORA A RENDA ATUAL DO MEU DOMICÍLIO
- É IMPORTANTE EM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS
- BENEFICIA A COMUNIDADE
- FACILITA O ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS
- ESTIMULA A EDUCAÇÃO
- PROPORCIONA OPORTUNIDADES DE INSERÇÃO AO TRABALHO
- POSIÇÃO SOCIAL E/OU AUTO-ESTIMA
- PRAZER/DIVERSÃO
- OUTROS

**5.6 PENSANDO NOS MEMBROS DESTES PROJETO, A MAIORIA É DO(A) MESMO(A)**

- RELIGIÃO QUE A SUA
- SEXO QUE O SEU
- RAÇA QUE O SEU

**5.7 OS MEMBROS DESTES GRUPO TÊM, EM SUA MAIORIA, A MESMA...**

- OCUPAÇÃO QUE A SUA
- FORMAÇÃO EDUCACIONAL OU GRAU DE ESCOLARIDADE QUE A SUA

**5.8 QUAL A FONTE DE FINANCIAMENTO MAIS SIGNIFICATIVA DESSE GRUPO...**

- OS PRÓPRIOS MEMBROS FINANCIAM
- FONTES LOCAIS / PREFEITURA MUNICIPAL
- FONTES EXTERNAS/ GOVERNO FEDERAL

**5.9 AS PESSOAS MAIS INFLUENTES, QUE ACONSELHAM OU ORIENTAM O GRUPO DO PROJETO (ACREDITAR/PETI) ...**

- PERTENCEM AO GRUPO
- SÃO DE FORA DO GRUPO, MAS PERTENCEM À COMUNIDADE
- SÃO DE FORA DO GRUPO E NÃO PERTENCEM A COMUNIDADE

**5.10 QUEM ORIGINALMENTE CRIOU ESTE PROJETO...**

- O GOVERNO CENTRAL OU FEDERAL
- O GOVERNO LOCAL
- UM LÍDER LOCAL
- MEMBROS DA COMUNIDADE

## **6 CONFIANÇA E SOLIDARIEDADE**

**6.1 HOJE EM DIA, COM QUE FREQUENCIA VOCÊ DIRIA QUE AS PESSOAS NESTE DO PROJETO (ACREDITAR/PETI) AJUDAM UMAS AS OUTRAS...**

- SEMPRE
- QUASE SEMPRE
- ALGUMAS VEZES
- RARAMENTE
- NUNCA

**6.2 SE UM OUTRO PROJETO QUALQUER DA COMUNIDADE NÃO LHE BENEFICIA DIRETAMENTE, MAS TEM BENEFÍCIOS PARA MUITAS OUTRAS PESSOAS DO(A) BAIRRO/LOCALIDADE, VOCÊ CONTRIBUIRIA PARA O TAL PROJETO...**

- NÃO
- SIM, CONTRIBUIRIA COM TEMPO
- SIM, CONTRIBUIRIA COM TEMPO E DINHEIRO
- SIM, CONTRIBUIRIA COM DINHEIRO

## **7. AÇÃO COLETIVA E COOPERAÇÃO**

**7.1 NOS ÚLTIMOS 6 MESES, VOCÊ OU ALGUÉM DO SEU DOMICÍLIO PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE COMUNITÁRIA, EM QUE AS PESSOAS SE REÚNEM PARA REALIZAR ALGUM TRABALHO EM BENEFÍCIO DA COMUNIDADE...**

- SIM
- NÃO

7.2 QUANTAS VEZES NOS ÚLTIMOS 6 MESES \_\_\_\_\_

7.3 EM CASO DE ALGUM PROBLEMA QUE AFETASSE DIRETAMENTE OU INDIRETAMENTE SEU BAIRRO/LOCALIDADE, VOCÊ ACREDITA QUE AS PESSOAS DA SUA COMUNIDADE INVESTIRIAM SEU TEMPO E SEU TRABALHO NA SOLUÇÃO DESTES PROBLEMAS? EXPLIQUE SUA RESPOSTA...

- ( ) MUITO PROVÁVEL  
 ( ) NEM PROVÁVEL, NEM INPROVÁVEL  
 ( ) MUITO IMPROVÁVEL  
 ( ) NÃO SABE, NÃO RESPONDEU

## 8. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

8.1 PARA VOCÊ, QUAL É A PRINCIPAL FONTE DE INFORMAÇÃO A RESPEITO DO QUE O GOVERNO (LOCAL, FEDERAL) ESTÁ FAZENDO...

8.2 COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ...

	LÊ JORNAL		HOUE RÁDIO		ASSISTE TV		TEM ACESSO A INTERNET	
DIARIAMENTE								
SEMANALMENTE								
ALGUMAS VEZES POR SEMANA								
ALGUMAS VEZES POR MÊS								
MENSALMENTE								
RARAMENTE								

## 9. COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL

9.1 MUITAS VEZES EXISTEM DIFERENÇAS NAS CARACTERÍSTICAS ENTRE AS PESSOAS QUE VIVEM NUM MESMO BAIRRO/LOCALIDADE. COMO VOCÊ CLASSIFICARIA ESSAS DIFERENÇAS NO(A) SEU(SUA) BAIRRO/ LOCALIDADE

- ( ) EXTREMAMENTE DIFERENTES  
 ( ) MUITO DIFERENTES  
 ( ) RELATIVAMENTE DIFERENTES  
 ( ) POUCO DIFERENTES  
 ( ) MUITO POUCO DIFERENTES

9.2 NA SUA OPINIÃO, ALGUMA DESSAS DIFERENÇAS CAUSAM PROBLEMAS? QUAIS PROBLEMAS?

9.3 VOCÊ ACREDITA QUE OS PROBLEMAS OCACIONADOS PELAS DIFERENÇAS ENTRE OS MEMBROS DA SUA COMUNIDADE SEJAM RESPONSÁVEIS POR ATOS DE VIOLÊNCIA?

9.4 VOCÊ SENTE QUE TEM PODER PARA TOMAR DECISÕES QUE PODEM MUDAR O SEU DESTINO?

- ( ) TOTALMENTE INCAPAZ DE MUDAR  
 ( ) GERALMENTE INCAPAZ DE MUDAR  
 ( ) NEM INCAPAZ, NEM CAPAZ  
 ( ) GERALMENTE CAPAZ DE MUDAR  
 ( ) TOTALMENTE CAPAZ DE MUDAR  
 ( ) NÃO SABE, NÃO RESPONDEU

**10. ESPECÍFICAS DOS PROJETOS DE AÇÃO SOCIAL**

**10.1** NA SUA OPINIÃO, HOVE ALGUMA MUDANÇA SIGNIFICATIVA NA COMUNIDADE DEPOIS DO INÍCIO DO PROJETO (ACREDITAR/PETI)? SE A RESPOSTA FOR SIM, DIGA QUAL?

**10.2** NA SUA OPINIÃO, HOVE ALGUMA MUDANÇA SIGNIFICATIVA NAS FAMILIAS BENEFICIADAS POR ESTE PROJETO (ACREDITAR/PETI)? SE A RESPOSTA FOR SIM, DIGA QUAL?

**10.3** NA SUA OPINIÃO, HOVE ALGUMA MUDANÇA SIGNIFICATIVA NOS MEMBROS QUE SÃO DIRETAMENTE BENEFICIADOS POR ESTE PROJETO (ACREDITAR/PETI)? SE A RESPOSTA FOR SIM, DIGA QUAL?

**10.4** OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS POR ESTE PROJETO (ACREDITAR/PETI) PROPORCIONAM ALGUMA OPORTUNIDADE DE MELHORIA DE VIDA PARA OS BENEFICIADOS DIRETAMENTE, OU MESMO, PARA AS FAMILIAS BENEFICIADAS QUE ANTERIORMENTE NÃO EXISTIA? JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA...

**10.5** QUAIS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO PROJETO (ACREDITAR/PETI) VOCÊ MAIS SE IDENTIFICA? POR QUÊ?

**10.6** VOCÊ PARTICIPA DELA? COMO?

**10.7** NA SUA OPINIÃO, QUAIS AS AÇÕES QUE PODERIAM SER DESENVOLVIDAS PELO PROJETO (ACREDITAR/PETI), ALÉM DAS DESENVOLVIDAS HOJE?